



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP**

JULIANA CRISTINA MINARÉ PEREIRA

**FEMINISMOS PLURAIS: UMA LEITURA
CRÍTICA DE *DESMUNDO* E *PONCIÁ VICÊNCIO***



ARARAQUARA – S.P.

2023

Juliana Cristina Minaré Pereira

**FEMINISMOS PLURAIS: UMA LEITURA
CRÍTICA DE *DESMUNDO* E *PONCIÁ VICÊNCIO***

Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara – Universidade Estadual Paulista, UNESP – para Defesa Final e requisito para obtenção do título de Doutora em Letras, pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários.

Linha de pesquisa: Teorias e Crítica da Narrativa

Orientador: Professor Dr. Paulo César Andrade da Silva

ARARAQUARA – S.P.

2023

P436f

Pereira, Juliana Cristina Minaré

Feminismos plurais: : uma leitura crítica de Desmundo e Ponciá
Vicêncio / Juliana Cristina Minaré Pereira. -- Araraquara, 2023
163 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Paulo César Andrade da Silva

1. Literatura brasileira contemporânea. 2. Feminismo. 3. Crítica
literária feminista. 4. Autoria feminina. 5. Pós-colonialismo. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de
Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JULIANA CRISTINA MINARÉ PEREIRA

FEMINISMOS PLURAIS: uma leitura crítica de *Desmundo e Ponciá Vicêncio*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Estudos Literários.

Linha de pesquisa: Teorias e Crítica da Narrativa.
Orientador: Prof. Dr. Paulo César Andrade da Silva.

Data da defesa: 18/12/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Paulo César Andrade da Silva
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –

Membro Titular: Profa. Dra. Cleide Antônia Rapucci
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Assis.

Membro Titular: Profa. Dra. Larissa da Silva Lisboa Souza
Universidade Federal de Lavras.

Membro Titular: Profa. Dra. Thaís Fernanda Rodrigues da Luz Teixeira
Departamento de Educação SEE/SP.

Membro Titular: Prof. Dr. Wagner Santos Araújo
Instituto Federal de São Paulo – Campus Araraquara.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Ao Luiz Antônio,
que transformou tudo.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é uma dádiva. Sou grata por tudo, pela minha vida e saúde, pela minha família, pelos meus amigos, pelo meu trabalho e sou muito grata por meus mestres e professores. Todos os que fizeram parte da minha formação desde a mais tenra idade. Com o tempo e a prática docente aprendi que sem conhecimento não vamos a lugar algum. Para as coisas mais simples, precisamos conhecer e saber e, também, agradecer, já que não é possível construí-lo, o conhecimento, sem o auxílio de outras pessoas.

Essa tese é resultado do acúmulo de saberes adquiridos ao longo da vida, das experiências vividas, de quando eu ainda nem sabia o que era feminismo, mas me sentia extremamente incomodada com situações que não sabia nomear. É resultado de muita leitura, de dias e dias de trabalho e da participação de todos aqueles que me rodeiam, já que, como disse, não fazemos nada sozinhos.

Agradeço, então, a oportunidade de experienciar a pós-graduação, que me transformou de uma maneira que é impossível traduzir em palavras. Agradeço à professora Fani Tabak que incentivou minha vinda para Araraquara, à professora Guacira Marcondes, que me acolheu na chegada e agradeço especialmente ao professor Paulo Andrade, por ter aceitado o desafio das mudanças que me propus a fazer no projeto e caminhar comigo até aqui.

Agradeço as amigadas forjadas na morada do sol, especialmente a Daniela Nascimento, dona da mente mais inquieta que tive o prazer de conhecer. Sua presença está em cada página desse trabalho.

À minha família, o abraço mais fraterno. Aos meus pais, irmãs, de sangue e de alma, primos, tios. Todos foram fundamentais nessa construção que começou muito antes da pós-graduação.

Finalizo com o coração cheio de gratidão pela família que Araraquara me propiciou formar. Ao Juhan, companheiro de vida, ao Brucy, o filho de pelos, que me ensinou a amar verdadeiramente e, agora, ao Luiz Antônio, que carrego nos braços, e tem me feito refletir ainda mais sobre o que é ser mulher nesse mundo.

A maternidade é, sem dúvidas, o maior desafio que já experimentei e combiná-la com a pós-graduação colocou ambas num outro patamar de dificuldade. No entanto, sou grata pela oportunidade de maternar nesse momento tão especial da minha vida acadêmica. Certamente,

ser mãe do Luiz Antônio me ensina, a cada dia, a importância do papel de um professor, de um tutor, de um guia que pode fazer grande diferença na vida do outro.

Assim, desejo que esse trabalho, e tudo que ele representa na minha vida, seja fonte de inspiração para muitas pessoas, sobretudo para as mulheres e para as mães.

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoava versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.

Conceição Evaristo

RESUMO

A presente pesquisa objetiva analisar as similaridades e discrepâncias, a partir da crítica literária feminista, das obras *Desmundo*, de Ana Miranda (1996), e *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo (2002). A aproximação justifica-se pelo fato de ambas terem em suas centralidades narrativas personagens cuja perspectiva é vista pelo ângulo da condição de autoria feminina. Acrescente-se ainda que a diferença étnico-racial das autoras possibilita uma alteração significativa de percepção do que é ser mulher. Olhar tais narrativas em conjunto, a partir de uma crítica feita por e para mulheres, nos possibilita, como hipótese principal, compreender, através da literatura, a importância da pluralidade dos movimentos feministas e, sobretudo, a necessidade de mudança do ponto de vista narrativo, abrindo espaço para que as próprias mulheres contem suas histórias. No que tange ao material literário, são analisadas as personagens de cada narrativa e como suas composições dialogam com as teorias estudadas. Oribela e Ponciá são observadas a partir da crítica feminista e teorias pós-coloniais, que contribuem para a compreensão de obras que são desestabilizadoras da ordem canônica preestabelecida.

Palavras – chave: *Desmundo*; *Ponciá Vicêncio*; Feminismo; Crítica feminista; Pós-colonialismo.

ABSTRACT

This dissertation proposes an interpretative analysis of two literary works *Desmundo* (1996), by Ana Miranda and *Ponciá Vicêncio*, by Conceição Evaristo (2002). The approximation of the texts is justified by the centrality of characters whose perspective is the women condition by female authors. Besides that, the ethnic-racial difference between the authors allow for a meaningful change of perception from one to the other. Looking at these narratives as a set, from a critique made by and for women, allows us, as a main hypothesis, to understand through literature, the importance of the plurality of feminist movements and, above all, the need for a change of the narrative point of view, making room for the women themselves to tell their own stories. With regard to the literary material, both the characters of each narrative and the ways in which their compositions dialogue with the applied theories are analyzed. Oribela and Ponciá are observed from the perspective of feminist criticism and postcolonial theories, which contribute to the understanding of works that destabilize the pre-established canonical order.

Key words: *Desmundo*; *Ponciá Vicêncio*; Feminism; Feminist Criticism; Postcolonialism.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	7
2 – <i>DESMUNDO</i> E <i>PONCIÁ VICÊNCIO</i>, UM UNIVERSO FEMININO PLURAL E CONTEMPORÂNEO	13
2.1 – <i>Desmundo</i> e sua fortuna crítica	16
2.2 – <i>Ponciá Vicêncio</i> e sua fortuna crítica.....	26
2.3 – O encontro entre Oribela e Ponciá.....	31
3 – PERSPECTIVAS DA AUTORIA FEMININA BRASILEIRA	45
3.1 – A Literatura de Autoria Feminina Negra	53
3.2 – Conceição Evaristo e sua escrevivência	63
3.3 – Crítica feminista – uma união de vozes	67
4 – FEMINISMOS PLURAIS	76
4.1 – Feminismo Negro.....	82
4.2 – A perspectiva decolonial	95
4.3 – Feminismo marxista	101
5 – AS PERSONAGENS, ORIBELA E PONCIÁ, RETRATOS DAS MULHERES BRASILEIRAS	112
5.1 – Oribela, a mulher portuguesa	121
5.2 – Ponciá, a mulher negra	128
5.3 – Oribela, Ponciá e os feminismos plurais.....	135
5.4 – Oribela e Ponciá, as mulheres libertas.....	142
6 – CONCLUSÃO.....	149
REFERÊNCIAS	152

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge da inquietação provocada pela leitura da obra *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. Ao longo da Graduação e do Mestrado, *Desmundo*, de Ana Miranda, foi meu *corpus* de pesquisa, que me chamou a atenção por ter em seu centro narrativo uma personagem irrequieta e combativa como Oribela e os sofrimentos por ela experienciados no desmundo. Assim, o desenvolvimento de minha pesquisa girou em torno dessa personagem à frente de seu tempo, irreverente e lutadora, buscando ultrapassar as barreiras impostas pela sua condição feminina numa sociedade patriarcal. No Doutorado a pesquisa permaneceria nesse caminho, comparando-a com outra personagem feminina complexa e sofredora, a Ammu, de *O Deus das pequenas coisas*, de Arundathy Roy, que trata da condição das mulheres indianas pós-colonização britânica. No entanto, a pesquisa sofreu muitas reviravoltas após meu encontro com Ponciá Vicêncio.

O centro de interesse da pesquisa permanece o mesmo, investigar a condição feminina através da literatura, perceber como a arte literária e suas autoras constroem personagens que nos fazem refletir sobre nossa existência, possibilitando preencher lacunas deixadas pela literatura canônica que, historicamente, marginalizou escritoras e encerrou personagens femininas em estereótipos que fixam a mulher num determinado discurso, como forma de manutenção de poder. À medida que os estudos feministas foram avançando e a escrita feminina passou a circular com mais regularidade, tornou-se urgente a revisão desses discursos pré-moldados baseados na naturalização da opressão das mulheres. Interessa, ainda, saber mais sobre a história das mulheres, também apagada e silenciada pelo sistema patriarcal.

Logo, o que mudou com a leitura da obra de Conceição Evaristo é que passaram a ecoar em mim algumas perguntas que nunca havia me feito e passei a questionar o que seria uma mulher na sociedade brasileira. Ao me deparar com uma personagem negra e seus sofrimentos, suas dores e angústias, percebi, tardiamente, que há um abismo entre mulheres brancas e mulheres negras. Ponciá me fez perder o privilégio de não saber e, dessa maneira, descobri que ao dizer a palavra ‘mulher’ não consigo abarcar todas as existências femininas, inclusive a de Ponciá. A partir dessa reflexão, a forma de encarar essas escritas se transformou radicalmente e tornou-se urgente investigar a diferença, que vem do campo social, mas que se apresenta no universo literário da autoria feminina.

A obra de Roy não se apequena nesse cenário, Ammu é também uma mulher atravessada por sua raça e sua classe e tem sua vida transformada por essas questões. No entanto, pareceu-me mais urgente aproximar realidades literárias no contexto brasileiro e, dessa maneira, investigar como a literatura de autoria feminina tem se apresentado no cenário literário do Brasil e discutido essas personagens que são ‘mulheres’, mas que carregam consigo diferenças fundamentais e que nos fazem perceber que existem numerosos atravessamentos no ser mulher que são desvendados a partir de Oribela e Ponciá ao longo do trabalho. Isso posto, através das narrativas de Conceição Evaristo e Ana Miranda a pesquisa se propõe a revelar o universo plural das mulheres brasileiras, compreendendo a realidade das brancas, negras e indígenas. Juntas, essas personagens poderão nos mostrar algumas nuances do que é ser mulher no Brasil e suas implicações.

Vale, antes de tudo, uma breve apresentação das autoras e das obras escolhidas para essa investigação sobre as mulheres brasileiras. Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946, é de origem humilde e teve sua vida transformada com a migração para o Rio de Janeiro na década de 1970. Graduiu-se em Letras pela UFRJ e trabalhou como professora da rede pública de ensino da capital fluminense. Posteriormente fez mestrado em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro em 1996 e doutorou-se em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* em 2011. Foi participante ativa dos movimentos de valorização da cultura negra em nosso país, e fez sua estreia na literatura em 1990, quando passou a publicar seus contos e poemas na série *Cadernos Negros*.

Em 2003, Evaristo publicou o romance *Ponciá Vicêncio*, pela Editora Mazza, de Belo Horizonte, obra em que o protagonismo da ação cabe à figura feminina símbolo de resistência à pobreza e à discriminação. Já sua poesia, até então restrita a antologias e à série *Cadernos Negros*, ganha maior visibilidade a partir da publicação, em 2008, do volume *Poemas de recordação e outros movimentos*, em que mantém sua linha de denúncia da condição social dos afrodescendentes, porém inscrita num tom de sensibilidade e ternura próprios de seu lirismo, que revela um minucioso trabalho com a linguagem poética.¹

Ana Miranda nasceu em Fortaleza, no Ceará, em 1951, e transitou entre o Rio de Janeiro e Brasília ao longo de sua juventude. Iniciou sua carreira como escritora com a publicação das poesias *Anjos e Demônios* (1978) e *Celebrações de Outro* (1983). Além de escritora, é também

¹ Adaptado de <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo#targetText=Maria%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20Evaristo%20de,de%20ensino%20da%20capital%20fluminense>. Acesso em 18/08/19.

atriz e ilustradora, produzindo as capas de suas obras. Foi revelada ao grande público com a publicação de seu primeiro romance *Boca do Inferno*, em 1989, o que lhe rendeu o prêmio Jabuti de revelação em 1990. Outras narrativas vieram posteriormente *Desmundo*, *Amrik*, *Dias & Dias* e *Yuxin*, entre outras, centradas em personagens femininas. Suas obras sempre foram publicadas pela Companhia das Letras. Em sua última publicação, no entanto, *Xica da Silva – A cinderela negra* saiu pela Editora Record.

Apresentadas as autoras, seguimos para uma breve descrição de cada obra. Temos como *corpus* de pesquisa as obras *Desmundo* (1996), de Ana Miranda e *Ponciá Vicêncio* (2003), de Conceição Evaristo. Elas representam, dentro do contexto literário atual, uma problematização da condição feminina em momentos sócio-históricos distintos e ambas promovem reflexões sobre o estar no mundo feminino, o que nos interessa aqui. Além disso, trazem para o debate a questão de raça, já que uma narra a história de meninas portuguesas brancas, e a outra tem como centralidade narrativa a vida de uma menina negra pós-abolição da escravatura.

As narrativas são, nessa perspectiva, fontes de discussão para fatos históricos fundamentais na constituição da sociedade brasileira, e que têm as mulheres como foco. Elas surgem, sobretudo, a partir da efervescência do movimento feminista², que cria condições para que novos olhares sejam lançados para fatos históricos a partir do feminino. Por isso, a importância de se demarcar a autoria, já que como apontam as evidências, a produção literária sempre esteve centrada no universo masculino.

A narrativa de Ana Miranda, publicada em 1996, traz como enredo de *Desmundo* a ficcionalização do período colonial brasileiro, narrando a vinda de meninas órfãs portuguesas para o Brasil. Essa história é contada a partir da perspectiva da órfã Oribela, que narra todo o processo da viagem, desde a experiência da travessia transatlântica, passando pela obrigatoriedade do casamento, até chegar a sua liberdade. *Desmundo* proporciona um novo olhar ficcional para esse acontecimento. As meninas órfãs de Portugal ficavam sob a guarda da Rainha que, de acordo com os planos governamentais para a nova colônia, enviavam essas crianças para se casarem com os colonos que já estavam em terras brasileiras.

O intuito dessa travessia era claro: evitar a miscigenação desenfreada que estava acontecendo entre os portugueses, as indígenas e as negras. Com essa atitude, os valores sociais, sobretudo os pregados pela Igreja Católica, seriam mantidos também na colônia. Essa era uma necessidade latente já que, para os portugueses, os nativos não tinham alma por não seguirem

² Definido por bell hooks como "um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão". hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Trad. Ana Luiza Libânio. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

os preceitos cristãos. Conseqüentemente, não era do interesse da coroa portuguesa essa mistura de raças. Além disso, o casamento entre iguais era uma forma de manter a diferença hierárquica entre as raças.

A obra evidencia, ainda, a violência com que são tratadas essas mulheres brancas, as órfãs da rainha: “Órfãs, só o que restava, pudesse querer se mover a tão distante país, como se diz tipo de mulher que ninguém quer, tesoura aberta, martelo sem cabo, alfinete sem ponta, que como o cão sorrateiro morde o cavalo e mata o cavaleiro [...] As enjeitadas, as fideputas, que nem se rapta nem se dota, mulher da cafraria” (MIRANDA, 1996, p. 52). E dessa condição de violência, surge também a resistência. Nesse sentido, Oribela torna-se uma voz dissidente, que não aceita as imposições sociais de seu tempo sobre o seu corpo. Em termos de construção narrativa, o fato de Oribela narrar a própria história diz muito sobre a luta que se constrói a partir do texto literário.

Ponciá Vicêncio, primeiro romance de Conceição Evaristo, publicado em 2003, narra a trajetória da personagem que dá nome à obra, uma menina negra que recebe uma herança de seu avô, sua condição de andar com o braço para trás, escondendo a deficiência causada por ele mesmo. A narrativa se desenrola com a ida de Ponciá para a cidade em busca de uma nova condição de vida para ela e para os seus familiares que restaram vivos, mãe e irmão, e, além disso, há a constante expectativa em relação à herança deixada por Vô Vicêncio.

Assim, para compreender a história da personagem, faz-se necessário entender a história do avô. Este era ex-escravizado e carregava consigo o nome do antigo dono. Não está claro ao longo do texto em que período histórico acontecem os fatos, mas é perceptível que se trata de um período pós-escravização, revelando a falsa liberdade em que viviam os negros. Ao perceber essa ilusão, o avô de Ponciá enlouquece, mata a esposa com um facão e mutila uma das mãos numa tentativa de tirar a própria vida. Tudo isso resultado da incapacidade de lidar com a prisão em que a população negra vivia, apesar da pretensa sensação de liberdade promovida pela libertação das senzalas e da 'doação de terras' pelos senhores brancos.

Dessa condição de semiescravidão surgiu a angústia de Vô Vicêncio, por perceber que, de fato, nunca foi dono de nada, pois mesmo com as terras, que diminuía a cada dia, os negros ainda precisavam trabalhar para os brancos e dar a eles parte do que plantavam em suas 'próprias terras'. Após seu surto, o avô ria e chorava ao mesmo tempo e quando da sua morte, Ponciá, que era criança de colo, tem seu destino selado com a herança do avô. Quando começa a andar passa a imitar seus trejeitos, principalmente a andar de forma encurvada, com um braço para trás e a mão fechada, imitando o braço cotó. Ao longo da narrativa a personagem desenvolve

uma personalidade introspectiva. Assim como a mãe, trabalha com o barro e faz peças artesanais, e tem, como o avô, um anseio de mudar sua condição de semiescravidão.

Na vontade de mudança da condição vivida por seu povo, Ponciá, num repente, resolve ir para a cidade em busca de trabalho que pudesse mudar a realidade na qual se encontrava. Seu plano era trabalhar, juntar dinheiro e buscar sua mãe e seu irmão, única família que lhe restou. Entretanto, a vida é muito mais difícil e complexa do que ela pôde imaginar. Passou a trabalhar como empregada doméstica, ganhando muito pouco, apenas para a sobrevivência. Ainda assim ela conseguiu juntar dinheiro para comprar um barraco na favela.

No entanto, essa pequena mudança acontecida na vida de Ponciá demora muito tempo para se concretizar, assim, há um desencontro entre ela e os seus. Irmão e mãe também saem da vila. Ele em busca da irmã e de melhores oportunidades na cidade, a mãe, posteriormente, em busca dos filhos perdidos no mundo. O desenrolar da trama se dá pelo encontro entre os três e pela sentença dada pela herança de Vô Vicêncio, um retorno à terra e, sobretudo, um retorno à ancestralidade. Era preciso que a população negra buscasse suas raízes ancestrais para encontrar seu caminho no mundo, sua identidade.

Percebemos nessas breves descrições que essas são duas narrativas complexas que tratam a dicotomia da condição feminina branca e negra. Para estudá-las, subdividimos a tese em quatro capítulos. O primeiro traz uma abordagem ampla das obras e suas localizações no tempo e no espaço da literatura contemporânea brasileira. Além disso, fizemos um levantamento da fortuna crítica de cada uma, com o intuito de compreender como as narrativas estão sendo estudadas desde suas publicações. Esse conhecimento foi fundamental para aprofundarmos o entendimento das obras. Para finalizar o capítulo, fizemos a aproximação entre Oribela e Ponciá, apresentando a problematização que move a pesquisa: o que é ser mulher? É nesse momento que deixamos claro o porquê de estudarmos as obras em conjunto.

No segundo capítulo discutimos a questão da autoria feminina e como a diferença imposta pela raça exclui mulheres negras dos estudos considerados universais. Fizemos um apanhado histórico do surgimento dessa escrita, de como ela tem se colocado dentro do universo literário, historicamente masculino, e destacamos também que há um apagamento de escritoras negras nesse universo. Para discutir essa questão, trouxemos um estudo sobre a autoria feminina negra e suas nuances, seus objetivos e como ela vem lutando por espaço dentro do cenário literário. O capítulo se encerra com uma discussão em torno da escrevivência, termo cunhado por Conceição Evaristo e que nos fornece elementos para o entendimento da escrita das mulheres negras.

O cenário de diferenciação e racialização das mulheres leva a discussão para o movimento feminista, que se coloca como ferramenta de luta pelos direitos femininos, mas que pode ser excludente quando não considera as questões raciais que separam essas existências, aqui representadas por Oribela e Ponciá. Fizemos um percurso histórico do movimento no Brasil, destacando o silenciamento da participação negra e, posteriormente, trouxemos alguns dados sobre o surgimento do Feminismo Negro e como ele se colocou como forma de garantir que as mulheres negras tivessem seus direitos garantidos. Além disso, analisamos as personagens a partir desses movimentos.

Por fim, após todo o percurso de entendimento do universo que cerca as personagens, partimos para estudá-las em profundidade, para entendê-las em suas existências. Para tanto, trouxemos um estudo sobre o que é a personagem literária e suas relações com a realidade, essencial para essa discussão, depois analisamos cada uma dentro de seus universos narrativos, suas construções, para pensarmos como Oribela e Ponciá se tornam um recorte da existência feminina no Brasil, com suas dores e sofrimentos impostos pelo sistema patriarcal. Suas histórias revelam como o país foi construído a partir da exploração de mulheres e os reflexos que ainda persistem na atualidade.

2 – *DESMUNDO E PONCIÁ VICÊNCIO*, UM UNIVERSO FEMININO PLURAL E CONTEMPORÂNEO

Certos tipos de trauma que se abatem sobre os povos são tão profundos, tão cruéis, que, ao contrário do dinheiro, da vingança, e até mesmo da justiça, ou dos direitos, ou da boa vontade dos outros, apenas escritores são capazes de traduzi-los, transformando tristeza em significado e afiando nossa imaginação moral.

Tony Morrison

No primeiro capítulo deste estudo situamos as obras do *corpus* no cenário da literatura brasileira contemporânea e apontamos questões fundamentais que nos levou a uni-las nessa pesquisa comparatista. Além disso, apresentamos algumas das principais pesquisas realizadas sobre ambas para verificar como elas vêm sendo analisadas e, posteriormente, aprofundamos em nosso objetivo de aproximação, que é pensar a condição feminina, representada pelas personagens Oribela e Ponciá.

Desmundo e Ponciá Vicêncio são duas obras importantes que figuram a literatura atual e têm sido objeto de vários estudos críticos, sendo observadas e analisadas em diversos aspectos, sejam eles narrativos ou temáticos, como veremos a seguir. Ambas tratam da vida de mulheres e surgem no cenário literário nacional propondo um novo olhar sobre essas vivências. Tal afirmativa é corroborada pelo pensamento de Regina Dalcastagnè que afirma ser a literatura brasileira um território contestado. Em outras palavras, é possível dizer que há uma disputa de forças e vozes que a compõe, e a literatura escrita por mulheres surge como um dos pilares desse movimento contestatório. A autora acrescenta,

Hoje, cada vez mais, autores e críticos se movimentam na cena literária em busca de espaço – e de poder, o poder de falar com legitimidade ou de legitimar aquele que fala. Daí os ruídos e o desconforto causados pela presença de novas vozes, vozes ‘não autorizadas’; pela abertura de novas abordagens e enquadramentos para pensar a literatura; ou, ainda, pelo debate da especificidade do literário, em relação a outros modos de discurso, e das questões éticas suscitadas por esta especificidade (DALCASTAGNÉ, 2012, p.7).

De modo geral, a literatura brasileira passa a ser palco para que novas vozes possam se expressar, acrescentando novas perspectivas, outrora apagadas, esquecidas, silenciadas. As narrativas aqui estudadas ocupam esse papel, de estarem contestando o que está posto pela literatura canônica, acrescentando à cena literária novos olhares, inserindo no universo literário a perspectiva feminina de personagens que se aproximam pelo gênero, mas se distanciam por outros fatores e são essas características que justificam a aproximação das obras, com o intuito de compreender essas nuances femininas e suas construções narrativas.

Tanto Conceição Evaristo como Ana Miranda, trazem para suas obras personagens femininas que sofrem por suas condições de gênero, de raça e de classe. Cada autora constrói personagens que contestam suas realidades e que fogem do padrão de personagem feminina criado pela literatura canônica. Dessa forma, elas fogem do que já estava preestabelecido. Dalcastagnè nos ajuda a compreender essa fratura causada por essas escritas.

A não concordância com as regras implica avançar sobre o campo alheio, o que gera tensão e conflito, quase sempre, muito bem disfarçados. Por isso, a necessidade de refletir sobre literatura brasileira contemporânea e os estudos literários, situam-se dentro desse jogo de forças, observando o modo como se elabora (ou não se elabora, contribuindo para o disfarce) a tensão resultante do embate entre os que estão dispostos a ficar em seu “devido lugar” e aqueles que querem manter seu espaço descontaminado (DALCASTAGNÈ, 2012, p.7).

A escrita de autoria feminina e a construção de personagens como Oribela e Ponciá revelam esse movimento de transformação que a literatura contemporânea tem provocado. Se antes havia lugares determinados para as personagens femininas e nem havia abertura para mulheres escreverem suas obras, agora há um processo de contaminação, de disseminação de histórias que rompem com os padrões, escrita por mulheres que também rompem os padrões, por sentirem a necessidade de modificar o que está sendo contado. Assim, “pensem no quanto é grande o desejo de escrever, para que essas pessoas se submetam a isso - a fazer o que “não lhes cabe”, aquilo para o que “não foram talhadas”” (DALCASTAGNÈ, 2012, p.9).

Vale acrescentar ao debate o pensamento Karl Erik Schollhammer (2011), que afirma que “o escritor contemporâneo parece estar motivado por uma grande urgência em se relacionar com a realidade histórica, estando consciente, entretanto, da impossibilidade de captá-la na sua especificidade atual, em seu presente” (p.10). Esse resgate histórico está presente nas narrativas de Oribela e Ponciá, que figuram como tentativa de recuperar o passado das meninas órfãs

portuguesas e a história de luta das mulheres negras no período pós escravização. As obras, nesse sentido, buscam retratar essas realidades a partir da perspectiva das autoras, preenchendo lacunas na historiografia literária feminina.

Dois argumentos se juntam aqui: uma escrita que tem urgência, que realmente “urge”, que significa, segundo o Aurélio, que se faz sem demora, mas também que é *eminente*, que *insiste*, *obriga* e *impõe*, ou seja, uma escrita que se impõe de alguma forma. Ao mesmo tempo, trata-se de uma escrita que age para “se vingar”, que também pode ser entendido, recuperando-se o sentido etimológico da palavra “vingar”, como uma escrita que *chega a*, *atinge* ou *alcança* seu alvo com eficiência. O essencial é observar que essa escrita se guia por uma ambição de eficiência e pelo desejo de alcançar uma determinada realidade, em vez de se propor como uma mera pressa ou alvoroço temporal (SCHOLLHAMMER, 2011, p.11, *grifos do autor*).

O excerto acima exemplifica o que as narrativas representam: a urgência de contar, de expor, de denunciar, de demonstrar que não foi exatamente como se fizeram crer. A literatura contemporânea, portanto, tem essa necessidade de rever o que já foi dito sobre inúmeros assuntos e o *corpus* escolhido faz esses questionamentos em relação às mulheres. Há, no entanto, uma diferença importante em relação à condição das mulheres brancas e negras, expressa pelas narrativas, como veremos ao longo do trabalho.

Apresentadas essas questões, partimos para a fortuna crítica das obras, destacando alguns estudos de cada uma delas, observando como a crítica as tem tratado, o que nos ajuda na compreensão de cada uma delas para que, posteriormente, possamos compará-las. Como o estudo da obra *Desmundo* vem sendo feito desde a graduação, alguns trabalhos acadêmicos relacionados a obra já faziam parte da leitura e análise desenvolvida ao longo dos anos. Com a inserção de uma nova obra à pesquisa, foi necessário acrescentar a busca trabalhos relacionados à obra de Conceição Evaristo, dada a importância de analisarmos o que está sendo dito por outros pesquisadores, numa clara ação de respeito com a pesquisa e como ferramenta de verificação e confirmação do ineditismo do presente trabalho.

Assim, a partir dos trabalhos já lidos e estudados ao longo dos anos, outros relacionados à *Desmundo* foram acrescentados e em relação à *Ponciá Vicêncio* partimos do zero. As buscas foram feitas na plataforma *Google Acadêmico*, sempre buscando pelo nome das obras e fazendo a seleção a partir da descrição de cada trabalho, optando sempre por aqueles relacionados aos nossos objetivos de pesquisa, como o estudo do feminismo, do gênero e da raça. Dessa forma, escolhemos trabalhos que estavam correlacionados à pesquisa e que foram defendidos a partir da publicação das obras. Como resultado, formamos um pequeno banco de dados com trabalhos

de diversas universidades do país, espaçados ao longo dos anos. Vale destacar, ainda, que até o presente momento não encontramos nenhum trabalho que estuda as obras em conjunto.

2.1 – *Desmundo* e sua fortuna crítica

Desmundo tem sido objeto de diversos estudos desde sua publicação. Ao lançar luz sobre o passado colonial pela perspectiva feminina, a obra de Ana Miranda passou a ser estudada como uma revisitação do passado colonial brasileiro. Assim, temas como a viagem das órfãs e seu deslocamento ultramarino, a exploração dos corpos femininos pelo sistema patriarcal, bem como a insurgência de uma nova voz para contar fatos históricos são alguns dos percursos interpretativos da obra. Além dessa temática, há ainda a discussão sobre romance histórico e metaficção historiográfica, e qual definição seria mais adequada.

Para trazer um panorama dos estudos da obra, foram selecionadas algumas dissertações e teses que constam nos bancos de dados de pesquisa acadêmica. A escolha foi feita com base no pilar teórico de cada uma e foram organizadas por ordem cronológica. Iniciamos com a dissertação *Oribela – o uno que se desdobra*, de Cláudia Espíndola Gomes, da Universidade Federal de Santa Catarina, defendida nos anos 2000, que é um dos primeiros estudos de *Desmundo*. A pesquisa faz uma investigação da estrutura textual da narrativa e propõe uma aproximação entre a escrita de Ana Miranda e a de Guimarães Rosa, dado o trabalho lexical feito pela autora, sobretudo na utilização de palavras não dicionarizadas.

Alguns aspectos presentes na produção literária de Guimarães Rosa surgem na linguagem da personagem narradora, como a revelar a necessidade de compreender a realidade e o mundo, ambos muitas vezes incompreensíveis. A linguagem vai sendo, então, moldada conforme o uso que se quer fazer da língua (GOMES, 2000, p.22).

Para Gomes, a escrita de Ana Miranda tem relação com a rosiana devido à necessidade intrínseca de *Oribela* de expor seus anseios e angústias sobre o desmundo. Não há em seu linguajar palavras suficientes para descrever seus pensamentos e sentimentos, assim, surge um novo vocabulário, capaz de transcrever suas impressões sobre o mundo e sobre sua condição. *Oribela*, aturdida com a viagem, com o novo mundo, com o casamento, acrescenta sempre o prefixo ‘des’, como forma de demarcar pela linguagem seu inconformismo.

[...] *Desmundo*, uma vez que parece falar o termo exato para expressar o significado da nova terra para Oribela, que vê seu destino como ‘desrumo’, outro termo inexistente na língua oficial. Vale lembrar, ainda, que, ao se referir à nova terra, a personagem narradora utiliza palavras, dicionarizadas ou não, que são iniciadas pelo prefixo de negação ‘des’, como se em: ‘despejado lugar’ (p.16), ‘terras desabafadas’ (p.26), ‘desventura’ (p.11) [...] (GOMES, 2000, p.23).

Outra aproximação sugerida por Gomes é a utilização de arcaísmos marcados pela presença dos metaplasmos, outra característica da obra rosiana.

Há, entre as palavras não dicionarizadas, aquelas cujo matiz arcaico se faz pela ocorrência de metaplasmos, de alterações fonéticas, o que se verifica também em Guimarães Rosa [...] Em Ana Miranda, podem ser citadas como ocorrências de metaplasmos: a prótese em ‘alenternas’ (p.18), ‘alembiar’ (p. 14); em ‘estromentos’ (p.18), a desnasalização ins – es lembra que, na gramática popular, um traço recorrente é a flexibilização nasalação/denasalação das vogais [e] e [i], por alomorfias de prefixos, como ‘em’, em ilegal/inlegal, irreal/inreal, emagrecer/esmagrecer (GOMES, 2000, p.24).

Por se tratar de uma obra que dialoga com os fatos históricos, a utilização dessas palavras confere ao texto mais veracidade. Dessa forma, a pesquisadora quer mostrar como a utilização de palavras mais próximas da realidade do falante traz para a narrativa uma maior clareza naquilo que quer ser dito. Apesar de ficar claro ao longo do texto que Oribela é uma menina que teve algum estudo, esse processo de usar palavras não dicionarizadas revela também a sua surpresa com o desmundo. Em outras palavras, a nova vida que lhe foi imposta exigiu uma adequação na linguagem, já que a que ela possuía não dava conta de expressar a quantidade de mudanças, transformações e abusos sofridos. Assim, “há, na fala do povo, uma intuição da forma da palavra que se quer linguagem como imagem, conduzindo as criações não estatuídas, pelas quais o dizer enuncia com maior clarividência o que quer fazer-se voz” (GOMES, 2000, p.26).

Vale destacar que, no que tange à construção textual, é possível salientar os períodos longos, permeados por novas palavras e metáforas que sinalizam o atordoamento no qual a personagem estava imersa. Através das construções metafóricas a personagem narradora consegue expressar sua compreensão da realidade, “até mais que isto, a maneira como procura entender-se enquanto ser humano neste mundo que entra pela porta de seus olhos, a fazer que seus desejos sejam ‘torcidos com amarguras’” (GOMES, 2000, p.105).

Nesse sentido, vale observarmos algumas metáforas que exemplificam esse estar no mundo de Oribela e nos servirá como prenúncio das discussões propostas por esse trabalho. Após rechaçar o primeiro pretendente a marido cuspiendo em seu rosto, a órfã é devolvida em sua cela e relembra dizeres do pai: “Que besta tu és e de asas, feito uma galinha que quer avoar e não pode” (MIRANDA, 1996, p.57). Ao ter uma memória do pai, é possível percebermos que sua personalidade contestadora é anterior à sua chegada ao desmundo. Há nesse excerto uma comparação entre ela e uma galinha, que apesar de ter asas não pode voar, dando-nos a entender que ela sempre desejou coisas que não podia alcançar.

Essa passagem nos remete ao pensamento de Simone de Beauvoir (2016b, p.415), ao afirmar “fecham a mulher numa cozinha ou num budoar e se espantam de que seu horizonte seja limitado; cortam-lhe as asas e lamentam que não saiba voar. Que lhe abram o futuro e ela não será mais obrigada a instalar-se no presente”. Ao ser comparada com uma galinha, que deseja o voo e não pode, Oribela representa as mulheres que têm suas vidas limitadas ao padrão de gênero estabelecido pela sociedade, qualquer movimento fora do arquétipo é considerado desviante e duramente reprimido.

“Eu era a fronteira, para ser fecunda e dar chuva e colheita [...]” (MIRANDA, 1996, p.69). Nessa passagem, Oribela revela sua condição de fêmea, associada ao papel da maternidade: era ela responsável por gerar frutos, por gerar descendentes portugueses para ocupar o desmundo. Ana Miranda explora também os sentidos, como na passagem: “[...] Viliganda a olhar sem atinar bem e dona Branca com seu *olho de faca*, ferindo e seu silêncio de pedra” (MIRANDA, 1996, p.191, *grifo nosso*). Por meio da sinestesia, há a construção do distanciamento existente entre nora e sogra, ficando evidente a não aceitação de dona Branca com as atitudes de Oribela, em outras palavras, seu olhar era cortante e intimidador.

A construção linguística dessas passagens nos revela muito sobre a condição feminina, ponto central desse debate. Há o revelar da impossibilidade de realizar atividades fora do escopo determinado para as mulheres, como é o caso da comparação com a galinha. Há ainda a taxaço do dever da mulher de ser mãe, a responsável por criar os filhos da pátria, os futuros homens brancos que povoariam o novo mundo. E por fim, a rivalidade feminina expressa na relação entre sogra e nora, demonstrando como há perspectivas distintas de percepção do mundo, mesmo se tratando de duas mulheres. A sogra condena as atitudes de Oribela, numa evidente reprodução do discurso patriarcal e religioso, porém escondendo seus “próprios pecados”, como a relação incestuosa que tinha com o filho, Francisco de Albuquerque, marido de Oribela.

Há outras figuras apontadas pela pesquisadora, como a antítese e a hipérbole, que também são características da linguagem rosiana. Vale como destaque principal desse estudo a valorização da linguagem, a forma como a autora trabalha com a língua para formar o universo feminino de Oribela, para representar suas dores e angústias de ser mulher no desmundo, de sofrer o jugo do sistema patriarcal na pele. É por meio dela que seu sofrimento fica evidente.

Em 2006, foi defendida a tese *Mulheres contando história de mulheres: o romance histórico brasileiro contemporâneo de autoria feminina*, de Mariléia Gartner, pela Unesp de Assis. A autora defende que *Desmundo* é um romance polifônico, dadas as diversas vozes que surgem ao longo da narrativa através da fala da narradora. Além disso, um dos focos do trabalho é tratar das intertextualidades existentes ao longo do romance.

[...] o leitor atento logo percebe o forte caráter polifônico da obra [...] a voz da protagonista digladiada com outras vozes, ao longo da narrativa. No aparente monólogo, os relatos de Oribela são constituídos de diálogos com o discurso da história, da igreja, do patriarcado, da ciência e da história das mulheres (GARTNER, 2006, p.74).

As vozes que perpassam a narrativa vão revelando os constantes embates travados por Oribela, seja com a memória do seu pai, seja com a Igreja, com o marido ou a sogra, há sempre um movimento contestatório entre o que a personagem narradora quer e o que as outras vozes esperam que ela faça. Há momentos em que há uma marcação explícita da voz de outra personagem, como no exemplo a seguir, e há momentos em que percebemos a mudança pela diferença com o discurso de Oribela.

Disse Francisco de Albuquerque. Desterra de tua mente teus segredos. A franqueza é nobre e a amizade é capa dos desamparados, mulher desassossegada. Diz logo. Que fogo é esse que te arça? Se tens amor deixado em outras terras diz agora. E disse eu. Meu silêncio te dirá o que meu coração em si cala (MIRANDA, 1996, p.83).

Nessa passagem fica evidente a diferença de vozes. O marido quer que Oribela revele o motivo de sua inquietação e ela quer apenas calar diante do indizível. Para ela tudo no desmundo é desfavorável e estar casada com aquele homem é uma afronta aos seus anseios e desejos pessoais. Não há outro amor, como questiona Albuquerque, a inquietação advém do desconforto da subjugação imposta à personagem. Já para tratar da intertextualidade, Gartner faz uma relação entre as duas epígrafes que iniciam a obra, a primeira de Fernando Pessoa e a segunda de Manoel da Nóbrega, transcritas a seguir.

Ir para longe, ir para Fora, para a Distância Abstrata, Indefinidamente, pelas noites misteriosas e fundas. Levado, como a poeira, pelos ventos, pelos vendavais! Fernando Pessoa.

A' El-Rei D. João
(1552)
JESUS

Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra ha de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço do Nosso Senhor, apartados dos pecados, em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas orphãs, e si não houver muitas, venham de mistura dellas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaesquer farão cá muito bem à terra, e ellas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-hão do pecado. Manoel da Nobrega.

A pesquisadora analisa a utilização das epígrafes como uma forma de revelar o entrelaçamento existente entre o que é histórico e o que é literário, já que a vinda das órfãs para o Brasil faz parte da historiografia brasileira. Para além disso, os paratextos anunciam aspectos da personagem em relação à sua travessia. Assim, “os dois textos se complementam e se opõem, uma vez que o fragmento de Pessoa permite a duplicidade de leitura, ou seja, quando expressa o desejo de “ir para longe”, no contexto do romance, esse “longe” pode ser o Brasil ou Portugal” (GARTNER, 2006, p.84). Oribela tenta insistentemente retornar ao convento, por isso foge do marido, mas posteriormente ela encontra o amor com o mouro Ximeno Dias, o que corrobora essa dupla interpretação entre ir para longe ser o Brasil ou ser Portugal. Esse embate permeia toda a obra e “aponta, também, para a grande busca da personagem, ou seja, a busca da autenticidade feminina, desvincilhada das leis que regem a sociedade patriarcal” (GARTNER, 2006, p.84).

Gartner também propõe uma aproximação de *Desmundo* com a obra de Guimarães Rosa e destaca a intertextualidade existente com a obra de Gil Vicente, quando Ana Miranda traz para a narrativa a figura do Parvo, mas na figura feminina.

No teatro vicentino os parvos têm função cômica, causada pelos disparates que dizem. No entanto, há muito que refletir e analisar nesta figura, que se converte numa espécie de comentador independente da ação, pondo à mostra, com os seus disparates, o ridículo das personagens. Ele jamais se apresenta a si próprio, assim como não é observado pelo interesse que em si mesmo possa oferecer. A sua função constante é a de obter efeitos cômicos, a partir de situações alheias a ele. A novidade, em *Desmundo*, é aparecer uma Parva, figura feminina que, sendo louca, pode desnudar as relações patriarcais sem ser silenciada (GARTNER, 2006, p.94).

A pesquisadora ilustra com o seguinte excerto,

De noite escutei a voz da Parva na rua. Estúpida, hediputa can, que te mandem arrancar as arnelas, rota e triste, uma serpe por mulher, puta nascida de mosca encharcada no mais imundo monturo que se pode encontrar em pântanos e em masmorras, quem te deu atrevimento para cuspir nas coisas de noivado e de Deus? E vens com afrontas (MIRANDA, 1996, p.62).

Gartner sugere que a figura da Parva em *Desmundo* promove a carnavalização bakhtiniana, pois há uma comicidade em sua fala. No excerto acima a Parva revela a situação experienciada por Oribela ao negar o primeiro pretendente a marido, ou seja, ela traz para a praça pública uma situação desconfortável vivida pela personagem, “à Parva é permitido levar, ao espaço público, o que para outras mulheres é interdito, no espaço privado” (GARTNER, 2006, p.94). Outro ponto alto desse estudo é a discussão promovida em torno da surpresa de Oribela com as indígenas, as diferenças nas formas de viver e, principalmente, na relação com o corpo.

[...] em *Desmundo*, a descrição das nativas nuas leva Oribela a questionar o fato de ter sido ignorada pela história oficial a presença da mulher na colonização brasileira: “nunca fora me dito haver mulher assim”. Não se pode esquecer que em *Desmundo* o ponto de vista é o da jovem mulher e a comparação, em espelho, é inevitável: são observados os cabelos e as “vergonhas” de cima e de baixo. Sendo a própria personagem a cronista-mor do enredo, é possível conceber a voz de Oribela, também, como a voz que está reconstruindo a história das mulheres (GARTNER, 2006, p.89).

Esse levantamento nos é caro pois há um diálogo com a pergunta que permeia esta tese: o que é ser mulher? Oribela faz esse questionamento ao se deparar com formas de existência feminina muito distintas das que ela conhecia, o que gerou um estranhamento inicial, mas que também proporcionou uma transformação na forma como ela se percebia como mulher e como passou a se relacionar com o próprio corpo. Ao longo da narrativa a personagem se depara com mulheres negras, com as indígenas, com a Velha, e todas elas se comportam de maneira distinta, exercem papéis sociais específicos no Brasil Colônia, como veremos mais adiante.

Em 2010 damos destaque para a dissertação *Rememoração e Renembrancha: a revisão de perspectivas históricas em Beloved (1987), de Toni Morrison, e Desmundo (1996), de Ana Miranda*, de Marcela de Araújo Pinto, da Universidade de São Paulo, que propõe um estudo analítico de duas obras que tratam da condição feminina pelo viés da memória, fazendo com que as obras preencham lacunas na historiografia apagada das mulheres.

A rememoração e a renembrancha compartilham as características ligadas ao enigma da representação que retoma eventos do passado, principalmente a construção paradoxal de ausências e distâncias. Entretanto, esses dois tipos de memória diferenciam-se na formação da memória coletiva, pela rememoração, e da memória individual, pela renembrancha. As estratégias narrativas de cada romance acompanham a caracterização de cada um desses processos, distinguindo-se na constituição da memória e da vivência de Sethe e Oribela. As diferenças, no entanto, convergem para o mesmo objetivo de prevenir o apagamento do passado, revisando as perspectivas históricas oficialmente legitimadas para apresentar os momentos da história nacional norte-americana e da brasileira a que pertencem as personagens (PINTO, 2010, p.13).

Esse trabalho levanta questões fundamentais sobre o apagamento da memória feminina, e traz duas obras que lançam luz para a importância da memória individual e da memória coletiva para a reconstrução de um passado apagado, escondido, não contado. O processo de reconstrução do passado torna-se, dessa maneira, fonte de conhecimento e preenchimento de lacunas de uma historiografia outrora esquecida, mas que é fulcral para o entendimento da condição feminina. É por meio dessas memórias reconstruídas pela literatura que é possível refazer no imaginário popular a história das mulheres, lançando luz sobre fatos apagados, desmistificando saberes enraizados e perpassados por preconceitos de gênero criados pelo sistema patriarcal. A partir do momento que são construídas narrativas que resgatam essas memórias, as narrativas reconstróem o passado e contribuem para evitar o apagamento das memórias femininas.

Há, nesse sentido, uma busca por representação feminina na literatura. A autora acrescenta que “a representância ocupa-se do passado como tendo sido, na forma do enigma da ausência do passado decorrido. A representância, que faz parte da epistemologia da operação historiográfica, tem por trás a representação do passado no ato de memória” (PINTO, 2010, p.24). Em outras palavras, há dois elementos fundamentais nesses romances, a busca por representatividade feminina e o preenchimento de lacunas deixadas pela historiografia oficial. Assim, a autora acrescenta:

Se a história oficial gera o esquecimento, que priva os atores sociais de sua participação política de narrarem a si mesmos, os romances da metaficção historiográfica são exatamente o oposto: eles são o espaço que as personagens esquecidas têm para narrarem a si mesmas. Essa atitude de assumir a própria voz e usá-la para contar a própria história é um ato político. Assim, a atuação das personagens femininas em *Beloved* e *Desmundo* configura-se em um ato político (PINTO, 2010, p.82).

Há um reforço da ideia de resgate e reconstrução dessa memória, mas há também o surgimento de uma nova voz: os silenciados passam a contar suas próprias histórias. Em *Desmundo*, Oribela é dona de sua própria história. É ela quem conduz a narrativa, são seus anseios e angústias que estão evidentes ao longo da narrativa. A obra é uma forma de conhecer a história das mulheres no período colonial, mas é, acima de tudo, a forma como a personagem percebe o desmundo.

A singularidade da experiência de Oribela forma-se, primeiramente, no relato único que ela constrói. Controlando ela mesma a voz narrativa, e não abrindo espaço nem para outras personagens narrarem, nem para um narrador fora dos acontecimentos, os leitores têm acesso às passagens de sua vida no Brasil apenas pelo ponto de vista de Oribela. A experiência que ela conta não é somada a outras, é única, e reforça essa característica por ser contada sempre pelo mesmo ponto de vista (PINTO, 2010, p.144).

O desenvolvimento de um ponto de vista feminino faz toda diferença no processo narrativo de *Desmundo*, fazendo com que a obra seja uma representante dessa literatura que dá voz aos marginalizados. Ao longo do texto aparece a voz de outras personagens, no entanto, sempre é conduzida pela narradora. Normalmente o leitor percebe pelo contraste nas ideias. Assim, Oribela torna-se uma representante da memória individual das meninas órfãs, revelando os fatos a partir de sua perspectiva particular de menina sonhadora e combativa.

Já em 2012, Sarah Ferreira de Souza Ramiro, defende, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, a dissertação *Rizoma, Feminismo e Diferença em Desmundo, de Ana Miranda*. O trabalho também trata da questão histórica desenvolvida no romance e como ele é atravessado pelo feminismo, a partir da personagem que narra a história. Esse estudo apresenta de maneira introdutória o que pretendemos fazer ao longo da tese, que é explorar a diferença feminina.

Dessa maneira plural, compreende-se que, melhor do que igualá-las, seria entendê-las em suas totalidades, nomeando-as, até como sujeito, podendo expandir sua representação, enquanto categoria, logo, sujeitos do feminino que têm em si uma mesma formação discursiva. Não fazemos parte de uma única categoria de mulheres, somos múltiplas, assim como Oribela, que sai de Portugal adolescente, influenciada pelo discurso religioso, repertório desenvolvido em um convento, desde a morte de sua mãe e, posteriormente, a de seu pai (RAMIRO, 2012, p.26).

A autora faz um apontamento sobre a diferença feminina, demonstrando as várias perspectivas das personagens através do discurso que cada uma tem. Assim, ela evidencia que

há uma diferença social e pessoal no que diz respeito à condição feminina expressa nas personagens da obra. Essa marca da diferença entre as mulheres é uma questão fundamental para nós. Pretendemos ir além e demonstrar essa diferença entre as personagens que habitam o universo do desmundo e colocá-las em perspectiva com o romance de Conceição Evaristo, percebendo a distância que existe entre mulheres brancas e racializadas.

Mais um trabalho tratando da perspectiva histórica feminina em *Desmundo*, em 2016 Gracielle Marques defende, pela Universidade Estadual Paulista – UNESP de Assis, a tese *A voz das mulheres no romance histórico latino-americano – leituras comparadas de Desmundo, de Ana Miranda, e Finisterre, de María Rosa Lojo*. A pesquisa aborda a problematização dos fatos históricos, enfatizando a necessidade de revisão da história, deixando de a considerar como verdade absoluta, sobretudo no que diz respeito à identidade de gênero. Marques faz um trabalho comparatista entre *Desmundo* e *Finisterre*, de María Rosa Lojo e diz,

Os romances revisam criticamente os lugares-comuns e os mitos fundadores presentes na literatura e na história canônica nacional e retomam a perspectiva transgressora encontrada nos primeiros textos de autoria feminina. Esse processo se dá através da rememoração, que atravessa a história e é uma importante fonte de reconstrução e questionamento sobre as omissões da historiografia tradicional (MARQUES, 2016, p.23).

O excerto nos revela o cerne da questão discutida, que é duvidar do que está posto como verdade sobre as mulheres, questionando a história e a forma como os fatos relacionados à vida das mulheres foram manipulados pela historiografia oficial. Essa crítica dá destaque para o papel da literatura de resgatar essas histórias através de outras perspectivas, trazendo outros significados para a história das mulheres. Vale destacar que o trabalho de Marques (2016) foi fundamental para as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pela presente pesquisadora.

Para finalizar esse percurso pela fortuna crítica de *Desmundo*, apresentamos os trabalhos por nós desenvolvidos, defendidos em 2017 e em 2019, respectivamente. Começamos com o artigo *Orfandade feminina, poder e sexualidade: figurações da memória feminina em Desmundo (1996), de Ana Miranda*, resultado do trabalho de conclusão do curso de graduação na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. O texto focaliza a discussão na orfandade das meninas portuguesas e como houve uma exploração dessa condição pelo sistema colonial. Essa discussão nos é fundamental para dialogar com a pergunta: o que é ser mulher? Apesar de ser uma mulher branca e europeia, Oribela é marcada pela pobreza da orfandade:

As meninas que perdiam os familiares eram encaminhadas para conventos, onde seriam acolhidas e educadas com base nos preceitos religiosos e de acordo com a monarquia absolutista, ficando disponíveis para a Coroa. Esta, ao dar acolhimento, passava a exercer seu poder sobre elas e tratá-las como bem entendesse, de acordo com seus interesses. Ao enviar as órfãs ao Brasil, a rainha da metrópole atendia aos interesses de construir na colônia uma sociedade que refletisse aquela do império português (PEREIRA, TABAK, 2017, p.13).

Não havia para Oribela outra alternativa. Ao ser entregue ao convento, seu destino passou a ser traçado pelos interesses de Portugal. É a partir desse movimento que a narrativa se forma e as desventuras da personagem acontecem no desmundo. Para a menina órfã sua vida era inútil, “como se diz desse tipo de mulher que ninguém quer, tesoura aberta, martelo sem cabo, alfinete sem ponta” e acrescenta “filhas de pobres ervas e netas das águas correntes. As enjeitas, as fideputas, que nem se rapta nem se dota, mulher da cafraria. Que tece a rainha de dotar e o rei de dar ofício. Mulher de pele branca e fala em bom português” (MIRANDA, 1996, p.52).

Apesar de acreditar não ter utilidade, para a coroa portuguesa havia uma grande missão a ser desempenhada por elas, “doar seus corpos em prol da constituição da sociedade brasileira” (PEREIRA, TABAK, 2017, p.14). Em outras palavras, as meninas órfãs não tinham quaisquer direitos sobre sua vida, elas eram obrigadas a se casarem para atender aos interesses do rei, cumprindo seu papel social determinado pelo patriarcado. Vale destacarmos, ainda, que apesar de ser branca, que, como já vimos, existem privilégios garantidos a essa parcela da sociedade, sua pobreza determina seu destino.

Já em 2019, como resultado da pesquisa de mestrado, na Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* Araraquara, foi defendida a dissertação *As figurações do feminino em Desmundo (1996)*, de Ana Miranda, que propõe uma discussão mais aprofundada da obra, trazendo para o debate as questões da autoria feminina e do feminismo, e dando destaque para a possibilidade de fala da personagem principal. É Oribela quem conta sua história, é ela quem traz uma nova perspectiva para o fato histórico, desconstruindo o perfil feminino pré-moldado pelo cânone:

Não existe mais uma identidade feminina estanque, pronta, nunca existiu. Há inúmeras maneiras de as mulheres se posicionarem identitariamente e Oribela surge como forma de nos mostrar que isso sempre foi possível, que nunca houve uma identidade pronta a ser seguida; havia, na verdade, uma tentativa de estabelecer um padrão comportamental que fosse adequado aos interesses do patriarcado. A personagem surge na pós-modernidade, pois é nesse tempo que sua

narrativa é possível de ser contada, mas seus relatos e vivências são perfeitamente possíveis para o tempo em que viveu. Já que, estranho seria se todas as órfãs aceitassem sem questionar as barbaridades às quais estavam submetidas (PEREIRA, 2019, p.68).

Como é possível perceber, *Desmundo* é uma obra rica em possibilidades de análise, permeadas por questões fôrmicas atreladas à temática da condição feminina. É uma obra contemporânea e atenta à realidade das mulheres. Ana Miranda transfigura para o literário posicionamentos presentes nas discussões feministas e isso se apresenta não apenas pelo tema, mas pela forma, como, por exemplo, a criação de novas palavras para a personagem conseguir exprimir seus anseios e angústias relacionadas ao desmundo.

Neste estudo compreendemos a importância da possibilidade de a mulher falar, de contar sua própria história. Esse novo ponto de vista histórico levanta debates fundamentais para entender a condição feminina. Quando Oribela fala, temos uma nova percepção sobre o período colonial, já que a personagem denuncia todo o sofrimento vivido. E dessa abertura de voz para a mulher branca, estabelecemos um diálogo com o presente trabalho: quais mulheres podem contar suas histórias? essas histórias são ouvidas? O direito de contar é igual para todas as mulheres? Essas questões serão discutidas posteriormente.

2.2 – *Ponciá Vicêncio* e sua fortuna crítica

Assim como a obra de Ana Miranda, *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, é bastante estudada desde sua publicação dada sua relevância histórica, associada à escrita de uma mulher negra, ao conteúdo abordado a partir dessa perspectiva e por seu trabalho estético. A autora traz para a narrativa a experiência de uma família, que reflete, de alguma maneira, as vivências da população negra, já que narra a partir das memórias de seus antepassados, revelando pela linguagem as dores experimentadas ao longo do processo escravagista e suas consequências.

Trazemos para a discussão alguns dos trabalhos defendidos, que buscam compreender os meandros da obra. Há uma predominância de estudos relacionados à condição da mulher negra, há trabalhos comparatistas e outros focados na exploração da linguagem utilizada por Conceição Evaristo. Começamos pela dissertação de Mestrado de Flávia Santos de Araújo, da Universidade Federal da Paraíba, defendida em 2007, intitulada *Uma escrita em dupla face: a mulher negra em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo*. Esse é um trabalho importante dado

o olhar que é lançado para a figura feminina negra. A autora do trabalho faz uma investigação sobre a personagem no romance com aporte teórico nas discussões sobre gênero, raça e identidade, e levanta uma questão importante sobre a literatura negra:

Argumenta-se, então, a partir deste critério, que nossa literatura é uma só – brasileira – e, assim, não teríamos a necessidade de demarcar territórios específicos - sejam eles étnicos, de classe ou gênero -, fragmentando o corpo de nossa tradição literária. Em nome desta pseudo-univocidade literária, o que se percebe é o apagamento de uma vasta produção literária inscrita nas margens do tecido social e cultural (ARAÚJO, 2007, p.19).

Araújo traz para o debate a marcação de gênero e raça na literatura. Há um diálogo com o pensamento de Dalcastagnè quando discorre sobre a não contaminação do espaço literário canônico. Ao lançar luz sobre a história da mulher negra, promove-se uma reviravolta em tudo que já havia sido dito. E, além disso, garante a inserção de autores e autoras no cenário literário, outrora ocupado, em sua ampla maioria, por homens brancos. Para construir sua análise a pesquisadora também questiona o que vem a ser mulher, e acrescenta:

Esta é uma das perguntas primordiais que norteia a construção teórica do feminismo. A busca por uma conceituação, uma definição da categoria “mulher”, de seus constituintes, da natureza e da experiência femininas têm guiado a teoria feminista, desde suas primeiras elaborações, por diversos caminhos que presumivelmente levariam à síntese de uma “mulher universal” (ARAÚJO, 2007, p.45).

A autora demonstra em seu estudo como existe uma tentativa de essencializar o termo, numa tentativa de homogeneização feminina, e como isso apaga as especificidades existentes das mulheres, sobretudo quando se pensa na questão racial. Essa tentativa de tratar todas de forma igual, quando sabemos não ser, não acrescenta em nada ao debate, serve apenas como forma de apagamento. Importante salientar que esse é um ponto que vem sendo debatido desde a publicação da obra. O que distingue este estudo dos demais é a comparação entre duas obras que tratam de mulheres distintas, na tentativa de demonstrar como a literatura lida com essa diferença.

Em 2008, Rosa Maria Laquimia de Souza, defende, pela Universidade de São Paulo, a tese *Similaridades e diferenças: o negro nos Estados Unidos da América e no Brasil segundo Alice Walker e Conceição Evaristo*, fazendo uma aproximação entre a obra *The third life of Grange Copeland*, de Alice Walker, e *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo, para pensar as relações étnicas em seus países, Estados Unidos e Brasil, destacando os problemas enfrentados

pela população negra, reflexo da escravização. Souza revela ao longo de seu trabalho como os resultados dos movimentos de libertação da população negra surtiu efeitos muito diferentes nesses países. No Brasil os reflexos foram minimizados pelo discurso oficial pela crença na democracia racial. Este quadro é revelado no excerto a seguir:

O regime escravocrata norte-americano era regional; somente os estados do sul mantinham o trabalho escravo em suas ‘plantations’, enquanto o norte do país fazia uso da mão-de-obra assalariada no comércio e na indústria. No Brasil o quadro era bastante diferente, visto que todo o país fazia uso da mão-de-obra escrava, voltada fundamentalmente para o trabalho na lavoura em função das próprias características do país naquele período, com uma economia fortemente agrícola (SOUZA, 2008, p.135).

Havia senzalas espalhadas por todo território nacional, e havia também movimentos de libertação espalhados pelo país. No entanto, o movimento contrário, de naturalização da escravidão, respaldadas pela intensa miscigenação das raças, fruto do estupro de mulheres, surtiu efeitos que são sentidos na atualidade. A ideia de democracia racial, de união entre raças, provocou a falsa sensação de inclusão dos negros, quando, na verdade, aumentou o distanciamento entre as raças. Esse mito, no entanto, não foi assimilado pelos negros, assim como foi para o restante dos brasileiros.

A obra de Evaristo ilustra esse processo de falsa integração quando fala das terras doadas por coronel Vicêncio, que cedia terra para os negros plantarem, mas estes continuavam a trabalhar na lavoura principal e essa doação nunca ocorria de forma legalizada. Mais uma vez, criava-se a ilusão de independência que não existia na prática. Isso também pode ser ilustrado com a história de Luandi, irmão de Ponciá, que queria ser policial para “mandar e ser respeitado”, seguindo os passos de Soldado Nestor, até que ele descobre que “Soldado Nestor era tão fraco e tão sem mando como ele”. Apenas cumpria ordens, mesmo quando mandava, mesmo quando prendia” (EVARISTO, 2017, p. 109).

Um aspecto importante que as difere é a forma como a narrativa brasileira é construída. Ao contrário de Alice Walker, que descreve de uma maneira assustadoramente crua a violência doméstica – motivada por fatores externos e, portanto, alheios à vontade de seus executores – bem como as cicatrizes emocionais por ela desencadeadas, a autora brasileira uma descrição edulcorada dos problemas familiares e sociais enfrentados por seus personagens (SOUZA, 2008, p.152).

Existe na obra de Conceição Evaristo, tanto na poesia quanto na narrativa, uma unidade interna que está relacionada à memória da população negra, à memória dos antepassados da

autora, o que faz com que exista no texto, apesar de todo sofrimento revelado, uma sensibilidade para tratar dessas questões, há também uma ternura no modo de dizer, mesmo quando se trata de questões violentas, como vamos a seguir:

O homem remexeu violentamente na cama. Abriu os olhos, contemplou Ponciá e balançou a cabeça numa surda reprovação, ao perceber que ela passara mais uma noite sem qualquer dormida. Sentiu um certo mal-estar. Quis atacá-la, mas viu que ela estava tão apática, tão distante como sempre, que resolveu cutucá-la com os pés. [...] Ele era assim mesmo. Durante todos aqueles anos, calado, do trabalho para casa, sempre na repetição do mesmo gesto. Quando estava sem trabalho algum, ficava preso dentro de casa ou de algum boteco pelas redondezas. Bebia, mas não muito. Tinha a natureza fraca, não era preciso muito para que ficasse tonto. Ultimamente andava muito bravo com ela, por qualquer coisa lhe enchia de socos e pontapés (EVARISTO, 2002, p.47).

Essa passagem demonstra como era a relação entre Ponciá e seu homem, unidos pela brutalidade da vida e das ausências a eles impostas. Assim como ela, o marido tinha dificuldade de expressar o que estava sentindo e usava da linguagem da violência para comunicar sua insatisfação com a mulher. Ponciá, imersa na sua dor existencial, ao invés de revoltar-se, apenas aceitava a natureza violenta do seu parceiro e a forma como ele a tratava. Havia na relação dos dois uma opressão partilhada e, ainda que a autora trate dessa temática de forma terna, suave, nada justifica as agressões que o marido infligia à Ponciá, já que estas deixavam sua vida ainda mais sem sentido.

Em 2009, pela Universidade de Brasília, Omar da Silva Lima defende a tese *O comprometimento etnográfico afro-descendentes das escritoras negras Conceição Evaristo e Geni Guimarães*, de duas grandes autoras negras do Brasil e, ao aproximar suas obras, *Ponciá Vicêncio* e *Leite do Peito*, o autor busca compreender como cada autora contribui para o entendimento da etnografia brasileira, dando visibilidade para a diáspora africana e denunciando o preconceito racial existente no país. Destacamos neste estudo a problematização do ser mulher:

As famílias, ao forjarem o ser mulher negra, estão apenas retransmitindo a herança deixada pelos ancestrais escravos e não foram só as lições das crenças, dos costumes e, principalmente, as de lutas trazidas de seus países como homens e mulheres livres, mas também o legado de pobreza ou de miséria imposto pelos senhores de escravos por meio de torturas ou pelo processo de dominação e aculturação, pela venda de membros de uma mesma família e tantos outros mecanismos (LIMA, 2009, p.112).

O autor traz para o debate a ancestralidade presente na vida da mulher negra, aqui representada por Ponciá. Esse é um ponto fundamental que descreve a obra de Conceição Evaristo, sua escrevivência como veremos adiante. Mas nos é fundamental também por dialogar com a definição do que é ser mulher. As mulheres negras têm demandas distintas das mulheres brancas, pois carregam consigo o peso da herança da escravidão. As diferenças não se estabelecem apenas pelas características físicas, especialmente pelo tom da pele, mas pela distinção da exploração que é imposta às mulheres de acordo com sua raça.

Já em 2012, Rosângela de Oliveira Silva Araújo, defende *A 'escrevivência' de Conceição Evaristo em Ponciá Vicêncio: encontros e desencontros culturais entre as versões do romance em Português e em Inglês*. O trabalho trata da cultura afro-brasileira e como ela é representada e reconstruída na tradução para o inglês estadunidense. Vale destacar a importância desse estudo, pois Evaristo foi traduzida para inúmeros países, fazendo com que suas histórias circulassem pelo mundo todo. Além disso, é necessário destacar o cuidado que é preciso ter com a tradução para que não haja distorção do que está sendo narrado, já que há uma diferença significativa entre a cultura negra brasileira e a estadunidense.

Ao longo de seu estudo, Rosângela Araújo detecta que a tradutora comete deslizos ao não especificar as nuances da realidade dos negros no Brasil, além de encontrar contradições entre o conteúdo introdutório da obra, ou seja, das explicações que traz sobre o livro, e as escolhas feitas para realizar a tradução propriamente dita. Ao longo de sua tese, a autora levanta hipóteses, e as confirma posteriormente, que a “versão em língua inglesa de Ponciá Vicêncio apresenta um distante universo afro-brasileiro, devido às escolhas da tradutora, levando o romance a um processo de domesticação, que transforma praticamente em uma produção estadunidense” (ARAÚJO, 2012, p.57).

Essa pesquisa se faz presente e fundamental para pensarmos sobre quem pode falar e contar suas histórias, foco do presente trabalho. Se é fundamental indicarmos de que mulher estamos falando, é também essencial identificarmos quem está falando e o que se está falando. Assim como não é possível mantermos apenas as mulheres brancas falando sobre condição feminina, é necessário estarmos atentos sobre quem e como as histórias das mulheres são contadas, aqui representadas pelo fato de uma obra ter sido traduzida com equívocos linguísticos que a descaracteriza naquilo que tem de melhor, a luta pelo direito da população negra no Brasil.

No trabalho de Irineia Lina Cesário, de 2013, há uma aproximação de *Ponciá Vicêncio* com *Ventos do Apocalipse*, de Paulina Chiziane, que busca revelar os pontos de aproximação

das obras através das marcas do feminino e da crítica social às relações de poder e dominação no campo do gênero. Assim, o trabalho *Ventos do Apocalipse, de Paulina Chiziane, e Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo: laços africanos em vivências femininas*, será de grande valia para essa pesquisa.

Cesário (2013) buscou fazer algo muito próximo do nosso objetivo, que foi “compreender de que forma o texto literário, como forma de representação, aborda os enfrentamentos que permeiam as relações culturais imbricadas nas sociedades em que as autoras vivem” (p.11). A pesquisa procurou, ainda, revelar como essas escritas são importantes para registrar e representar as vozes femininas silenciadas. Aqui observamos as diferenças a partir da questão racial, que separa as autoras e suas personagens. A marcação do ser mulher começa antes de chegar nas narrativas e o processo de construção textual é marcado por isso.

Nesse sentido, o trabalho de Cesário segue uma linha oposta ao que estamos propondo, já que aproximou autoras com trajetórias de vida semelhantes, “expostas a relações patriarcais de gênero fundadas na exploração da exclusão, na desigualdade hierárquica entre masculino e feminino” (2013. p.37). Aqui, buscamos aproximar realidades distintas para compreender como essas diferenças são marcadas na literatura e como elas são tratadas dentro do universo literário, como veremos no capítulo que trata da autoria feminina.

Assim como vimos em *Desmundo, Ponciá Vicêncio* configura-se como uma obra rica em possibilidades de análise e interpretação, tanto no que diz respeito à forma quanto ao conteúdo. A autora explora as vivências de seu povo para construir uma narrativa que nos faz adentrar ao universo negro, sobretudo das mulheres negras e suas dores. Diante desses cenários literários, destacamos as possibilidades dos diálogos possíveis entre as existências femininas que compõem cada obra, frisando as nuances das mulheres brasileiras, com destaque às formas de opressão que se diferem de acordo com a raça e a classe de cada uma.

2.3 – O encontro entre Oribela e Ponciá

Como podemos observar nesse breve percurso da fortuna crítica das obras, é possível perceber que são variadas as formas de abordagem teórica. Os estudos estão sempre orbitando nas questões temáticas de gênero e na força promovida pelos escritos femininos. Nesse sentido, há alguns aspectos que aproximam as personagens. São duas mulheres que representam parte da diversidade feminina que compõem o Brasil. Suas histórias revelam dados da constituição

da nossa sociedade, profundamente marcada pela colonização. Ambas sofrem as agruras do sistema patriarcal que determina de forma brutal o lugar de subalternidade das mulheres. No que diz respeito às narrativas, ambas tratam de questões da memória, da diáspora e de uma intensa busca das personagens para serem elas mesmas. Assim, colocar Oribela e Ponciá em perspectiva é ter condição de analisar como duas mulheres podem ter tanto em comum e ao mesmo tempo ser tão diferentes.

Logo a intenção de aproximação dessas narrativas parte da pergunta que move esse trabalho: o que é ser mulher? E a partir dela pensar como a literatura de autoria feminina nos revela personagens tão distintas como Oribela e Ponciá, porém, muito sofredoras. Por meio dessa aproximação podemos perceber a clara distinção das aflições femininas e das diferenças de sofrimento marcadas pela raça. Assim, estudá-las em conjunto é perceber que as figuras femininas são diferentes. Não são apenas as personagens que são distintas, o ser mulher escritora também está marcado pela raça e pela classe. E essa diferença aparece na forma como as personagens são construídas, como é feito o trabalho com a linguagem e a construção do enredo.

Isso posto, vale apresentarmos alguns referenciais teóricos que nos auxiliam na compreensão do que é ser mulher e, conseqüentemente, no entendimento das personagens. Iniciamos com o pensamento de Simone de Beauvoir, uma das teóricas mais referenciadas nesse assunto. *O segundo sexo*, publicado em 1949, traz reflexões basilares para o entendimento da condição feminina marcada pelos abusos do patriarcado. A obra inicia, de maneira enfática, questionando a necessidade de se escrever uma obra sobre mulheres, já que não seria pertinente tal escrita para os homens, pois são eles que dominam os espaços e comandam as regras do jogo social. Desse ponto, Beauvoir passa, então, a discutir sobre o que seria o ser mulher, o que determina essa condição além da evidência de “que há fêmeas na espécie humana” e segue em sua reflexão:

[as fêmeas] constituem hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e, contudo, dizem-nos que a feminilidade ‘corre perigo’; e exortam-nos: ‘Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres’. Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade (BEAUVOIR, 2017a, p.09).

A partir do questionamento em relação à pertinência de um estudo sobre a mulher é colocado em debate a feminilidade, elemento fundamental no entendimento da condição feminina. Dessa maneira, é perceptível que esse “ideal feminino”, que se trata de um padrão a

ser seguido por todas as mulheres e que as define enquanto tal, é um dos mecanismos de opressão social que pesa sobre o corpo feminino. Há um padrão comportamental que deve ser rigorosamente seguido para que haja um enquadramento na categoria mulher. A autora segue,

Se a função da fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também a explicá-la pelo “eterno feminino” e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na Terra, teremos que formular a pergunta: o que é uma mulher? (BEAUVOIR, 2017a, p.11).

Beauvoir faz esse questionamento para dizer que o ser mulher precisa se definir como tal, se apresentando como o outro, aquele que não é o masculino, não é o dominante, já que “o homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos ‘os homens’ para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino *vir* o sentido geral do vocábulo *homo*” (2017a, p.11). Em outras palavras, é o homem quem domina a sociedade e essa funciona de acordo com as necessidades e vontades daquele. Para as mulheres fica o papel secundário, com regras a serem seguidas e que são determinadas pelos homens. Nesse cenário, “o destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo” (2017b, p.185).

Esse questionamento sobre o ser feminino e seu papel social permeia a obra nessa busca por entendimento da condição da mulher. Parte-se de uma tentativa de definição para determinar os lugares sociais que são reservados às mulheres, sempre relacionados a sua condição biológica de fêmea e à feminilidade, associada à essência feminina e ao que lhe é pré-determinado, como o casamento. Betty Friedan, em *A mística feminina*, publicada em 1963, vai questionar esse papel essencializador da figura feminina, sobretudo em relação ao matrimônio, destino certo das mulheres, como apontou Beauvoir.

Todos afirmavam que seu papel era procurar realizar-se como esposa e mãe. A voz da tradição e da sofisticação freudiana diziam que não podia desejar melhor destino do que viver a sua feminilidade. Especialistas ensinavam-lhe a agarrar seu homem e a conservá-lo, a amamentar os filhos e orientá-los no controle de suas necessidades fisiológicas, a resolver problemas de rivalidade e rebeldia adolescente; a comprar uma máquina de lavar pratos, fazer pão, preparar receitas requintadas e construir uma piscina com as próprias mãos; a vestir-se, parecer e agir de modo mais feminino e a tornar seu casamento uma aventura emocionante; a impedir o marido de morrer jovem e aos filhos de se transformarem em delinquentes (FRIEDAN, 1963, p.17).

Sua obra torna-se, então, um veículo de contestação dessa condição existencial da mulher ligada apenas ao ambiente doméstico, ao cuidado do marido e dos filhos. As mulheres estavam insatisfeitas com o papel de dona de casa e procriadora, não se sentiam felizes com essa situação limitante de suas individualidades. Esse estado foi denominado pela autora de vazio feminino, já que muitas mulheres desejavam que suas existências pudessem transcender o que estava preestabelecido. A partir da disseminação dessas contestações, as mulheres começaram a se movimentar em busca de mudanças.

Desse panorama apresentado até aqui é possível ter uma ideia do que é ser mulher. Em linhas gerais, vivemos em uma sociedade patriarcal que determina os papéis sociais por meio do gênero, dessa forma, as mulheres são tratadas a partir de suas características biológicas. No entanto, é preciso perguntar: de quais mulheres Simone de Beauvoir e Betty Friedan estão falando? É possível utilizar as definições por elas cunhadas para tratar das diversas existências femininas? É possível replicar a realidade francesa e norte-americana para analisar as mulheres brasileiras? Essas são questões fundamentais para pensarmos Oribela e Ponciá. É a partir da profunda diferença existente entre elas que esse estudo surge, para mostrar, por meio da literatura, como as vivências femininas são singulares.

Para iniciar o debate sobre essas diferenças, apresentamos o discurso de Sojourney Truth, proferido em 1851, num encontro de mulheres norte-americanas.

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?³

Truth foi uma ativista que lutou intensamente pelos direitos das mulheres negras. Enquanto o movimento feminista surgido nos Estados Unidos era declaradamente racista, ela enfrentou o sistema e se colocou enquanto mulher que buscava conquistar seus direitos. Seu discurso acima transcrito é mundialmente conhecido pela potência que tem: como mulher negra ela fez coisas que as mulheres brancas sequer imaginavam, coisas que nem mesmo os homens,

³ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> - Acesso em 15/08/2022.

brancos ou negros, eram capazes de fazer. Toda sua vivência de trabalho forçado e exploração exclui dela o direito de ser mulher? É nesse ponto que queremos chegar. As existências femininas são complexas e distintas entre si.

Esse estudo não pretende, de forma alguma, desvalorizar quaisquer estudos ou teorias. É, ao contrário, uma tentativa de demonstrar pela literatura como as mulheres são diferentes e complexas e como é fundamental que essa diferença seja tratada de maneira clara e explícita. Não se trata, ainda, de segregar mulheres negras de mulheres brancas e sim demarcar as diferenças para que se possa pensar em união. Se não percebemos que essas desigualdades existem, incorremos no erro de subestimar os problemas, apagar individualidades e reforçar a distância que existe entre negras e brancas. Percebemos que as duas obras demonstram essa diversidade. Não há uma perspectiva única, não é uma questão de negar e sim de pensar a partir do diferente, nas mulheres e não só na mulher.

Para pensarmos essa diferença, trazemos para o debate *Mulheres, raça e classe*, de Angela Davis. Publicada pela primeira vez em 1981, a obra traz uma recuperação histórica, lançando luz sobre a história das mulheres negras norte-americanas, revelando dados e informações apagados pela historiografia oficial. Davis discute a força e a luta das mulheres negras que enfrentaram o sistema escravocrata, buscando conquistar o direito de não serem exploradas, fosse pelo trabalho forçado, fosse pelo abuso de seus corpos, fosse pela venda de seus filhos.

A luta surtiu efeitos, a escravidão foi abolida, mas seus problemas estavam longe de serem resolvidos, já que a exploração não deixou de existir, apenas mudou a forma de acontecer. O destino da mulher negra “livre” era certo: o campo, a cozinha ou a lavanderia, como se lê a seguir:

Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. De acordo com o censo de 1890, havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas. As poucas que encontraram emprego na indústria realizavam os trabalhos mais sujos e com os menores salários (DAVIS, 2016, p.97).

Os dados demonstram que a liberdade conquistada estava longe de ser o ideal. A exploração permaneceu, o que mudou foi a maneira como era feita, mantendo a mulher negra num estado de constante dependência e sempre ocupando lugares subalternos e que não eram ocupados por mulheres brancas. Além disso, essa nova forma de exploração trouxe outras

consequências para a população negra, “como resultado da emancipação, uma grande quantidade de pessoas negras se viu em um estado indefinido de servidão por dívida” (p.98). *Ponciá Vicêncio* representa muito bem esse processo na realidade brasileira. Terras eram “doadas” à população negra, mas na prática o que acontecia era uma manutenção da dependência com o senhor, que precisava da mão de obra e adaptou a forma de manter os negros presos em suas propriedades e desenvolvendo o trabalho pesado nas lavouras.

As pessoas que trabalhavam como meeiras, que supostamente eram donas do produto de seu trabalho, não estavam em melhor situação do que quem trabalhava para quitar dívidas. Aquelas que “arrendaram” a terra imediatamente após a emancipação raramente possuíam dinheiro para saldar os pagamentos do aluguel ou para comprar o que precisavam antes da colheita da primeira safra (DAVIS, 2016, p.98).

Na realidade das mulheres, nada mudou em relação aos abusos sexuais. Elas permaneceram com escravas sexuais dos homens brancos e ocupando os piores lugares no mercado de trabalho.

Os abusos sexuais sofridos rotineiramente durante o período da escravidão não foram interrompidos pelo advento da emancipação. De fato, ainda constituía uma verdade que “mulheres de cor eram consideradas como presas autênticas dos homens brancos” – e, se elas resistissem aos ataques sexuais desses homens, com frequência eram jogadas na prisão para serem ainda mais vitimizadas por um sistema que era um “retorno a outra forma de escravidão” (DAVIS, 2016, p.99).

A não aceitação dos abusos ainda era utilizada como ferramenta de mais exploração: o encarceramento em prisões, para que as mulheres voltassem a ser exploradas pelo trabalho, sem direito a salário. O corpo das mulheres negras não lhes pertencia, estava sempre a serviço do homem branco e do sistema por ele criado e mantido. Esse é o pequeno resumo da condição de vida das mulheres norte-americanas e a partir dele é possível voltarmos à nossa pergunta: o que é ser mulher? A mulher definida por Beauvoir não é a mesma de quem fala Angela Davis. O serviço doméstico, destino certo para mulheres negras, era para ser realizado na casa das mulheres brancas de quem falava Betty Friedan.

Para discutir a realidade brasileira, nosso foco de interesse, trazemos Lélia Gonzalez, uma mulher negra que rompeu com os estereótipos de raça e classe e ocupou um lugar importante no desenvolvimento da pesquisa e do estudo sobre as mulheres no Brasil. Em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Gonzalez demonstra com clareza o destino das

mulheres negras no país: “Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto, têm mais é que ser favelados” (GONZALEZ, 2019, p.240).

Nesse breve excerto a autora condensa a realidade da mulher negra brasileira: foram libertas das senzalas, mas sem qualquer tipo de reparação, o destino estava traçado, a subalternidade dos serviços que ninguém queria fazer. E, além disso, a predeterminação do espaço que essas mulheres ocupam, a favela. A periferia, como destino certo da população negra, torna-se o lugar daqueles que não querem nada com a vida, dos endividados, dos desviantes e excluídos.

Essa realidade não é muito distinta das mulheres negras dos Estados Unidos, como aponta Davis, mas é muito distinta das mulheres de Friedan. Enquanto esta trata da mística feminina centrada na dona de casa, na esposa e cuidadora dos filhos, Lélia Gonzalez nos revela a mística da mulher negra brasileira como o oposto, completamente apartada dos espaços de dominação e poder. A mulher negra do Brasil é também esposa, dona de casa e tem filhos, no entanto, antes de exercer esses cuidados para os seus, ela precisa dedicar sua vida ao cuidado da casa, do esposo e dos filhos das outras mulheres, das brancas.

Há outras nuances na condição da mulher negra brasileira:

Um dito popular brasileiro sintetiza essa situação ao afirmar: ‘Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar.’ Que se atenda aos papéis atribuídos às amefricanas (preta e mulata); abolida sua humanidade, elas são vistas como corpos animalizados: por um lado são os ‘burros de carga’ (do qual as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, constata-se como a exploração socioeconômica se faz aliada da superexploração sexual das mulheres amefricanas (GONZALEZ, 2020, p.49).

Nesse excerto revela-se com clareza as diferenças das mulheres. As brancas, como apontou Beauvoir, têm como destino o casamento, já as negras, a depender do seu tom de pele, servem para o sexo ou para o trabalho. O casamento não é uma instituição a elas concedida. Quando as mulheres brancas lutam para deixar o espaço doméstico, esse vazio passa a ser ocupado pelas mulheres negras, que já têm o destino traçado para esse lugar de subalternidade. Alguém precisa fazer o serviço pesado, cuidar da casa e dos filhos. Quando as mulheres brancas não querem mais esse papel, resta às negras o ocupar. Isso se dá por esse “destino” marcado, que se forma devido ao empobrecimento das mulheres negras, que para sobreviverem precisam trabalhar com o que for necessário para conseguir sobreviver. E, além disso, há a questão

sexual, já que o corpo da mulher negra, principalmente da mulata, é visto como objeto sexual a serviço dos homens brancos.

Essa diferença no trato social dado às mulheres está evidente nas duas obras. Oribela, apesar da repulsa que sentia, estava consciente de seu destino: “queria me livrar da minha alma criada entre os tigres do deserto [...] e aceitar meu destino, aceitar o noivo que me davam a rainha e a governadora” (MIRANDA, 1996, p.65). A personagem foi enviada ao Brasil para cumprir o papel social do casamento, de contribuir para a construção da nova sociedade colonial. Ponciá, saída às pressas da vila, chega à cidade, com fome, sem destino e a única coisa que consegue pensar é buscar emprego em casa de família, reproduzindo o que já acontecia na roça. “Assim que saiu mais uma fiel, ela avançou gaguejando e conseguiu falar de sua necessidade de arrumar emprego” (EVARISTO, 2002, p. 37). Nesses dois excertos, temos evidenciado na duas obras o papel predeterminado que cada mulher carrega consigo. Esses papéis estão atrelados à cor da pele.

Lélia Gonzalez aprofunda essa discussão ao trazer para o debate o mito da democracia racial. Diferentemente dos Estados Unidos, que teve instaurado o *apartheid*, no Brasil o racismo foi, e ainda é apagado por meio do mito da democracia racial, apoiado na miscigenação das raças, mas que é só mais uma forma de exclusão social, travestida de inclusão. Para explicar sua perspectiva sobre o assunto, Gonzalez utiliza o carnaval, como se lê a seguir:

E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na ‘mulata deusa do meu samba’, ‘que passa com graça/ fazendo pirraça/ fingindo inocente/ tirando o sossego da gente’ (GONZALEZ, 2019, p.241).

No carnaval, a exuberância da mulher negra é exaltada e valorizada. Ela sai da sombra do trabalho servil para ocupar lugar de destaque na maior festa popular do país. As mulatas, hiper sexualizadas, são o símbolo do carnaval brasileiro, seus corpos são vendidos como mercadorias para atrair o máximo de público que vem em busca de “sexo fácil” com essas mulheres. No entanto, essa é só mais uma forma de exploração desses corpos, uma mercadoria que serve como atrativo, mas que ao final, volta para o lugar da submissão, do apagamento. A autora segue:

Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeuamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeuamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas (GONZALEZ, 2019, p.242).

Gonzalez sintetiza a discussão: a mulata e a doméstica são atribuições do mesmo sujeito. Em outras palavras, as mulheres negras são sempre exploradas, o que muda é a forma, como dito anteriormente. No caso do carnaval, entretanto, há um verniz diferente já que é vendida a ideia de valorização do corpo da mulata, mas quando se analisa por uma outra perspectiva, o que se tem é a exploração descarada, mas que foi maquiada pelo mito da democracia racial, que na prática não existe.

O desenvolvimento desse cenário de subjugação da mulher negra está diretamente associado a não aceitação de sua luta tanto nos movimentos negros quanto nos movimentos feministas. A mulher negra sempre esteve apartada das grandes decisões, tanto no movimento de mulheres quanto no movimento negro.

Nossos companheiros de movimento reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. E é justamente por essa razão que buscamos o MM (movimento de mulheres), a teoria e a prática feministas, acreditando aí encontrar uma solidariedade tão importante como a racial: a irmandade. [...] Somos invisíveis nas três vertentes do MM; inclusive naquela em que nossa presença é maior, somos descoloridas ou desracializadas, e colocadas na categoria popular (os poucos textos que incluem a dimensão racial só confirmam a regra geral) (GONZALEZ, 2020, p.49).

Fica claro que não havia aceitação das mulheres negras. Não eram aceitas pelas brancas e, além disso, os homens negros viram nesse movimento a possibilidade de dominação de suas mulheres, tal qual faziam os homens brancos. Na obra de Evaristo não fica claro que o homem de Ponciá, personagem destituída de nome, quer dominá-la, no entanto, fica evidente a imposição da vontade masculina através da violência. Ele não estava contente com determinada situação e a para demonstrar o pouco poder que tinha, agredia Ponciá em toda oportunidade: “ao ver a mulher tão alheia teve desejos de trazê-la ao mundo à força. Deu-lhe um violento soco nas costas, gritando-lhe pelo nome” (EVARISTO, 2002, p.19).

Essa questão é discutida em profundidade por bell hooks, na sua obra *E eu não sou uma mulher?* numa referência direta à Sojourney Truth. A autora afirma “O que se iniciou como

ativismo para libertar todas as pessoas negras da opressão racista se tornou um movimento cujo objetivo principal era estabelecer o patriarcado negro” (hooks, 2020, p.24). Não havia apenas um processo de apagamento dos direitos das mulheres, os homens negros passaram a querer dominar suas mulheres assim como faziam os brancos. Ao serem humilhados pelos brancos, os homens negros passaram a dominar suas mulheres como forma de demonstração de poder, já que não havia meios de se rebelar contra o sistema.

Esses são dados fundamentais para a discussão. Se estamos pensando a diferença entre as mulheres, é preciso dizer que há um abismo que as separa em diversas situações. Há, inclusive, a subjugação por parte das mulheres brancas em relação às negras.

Ironicamente, enquanto o movimento recente de mulheres chamava a atenção para o fato de que mulheres negras eram duplamente vitimadas pela opressão racista e sexista, feministas brancas tinham tendência a romantizar a experiência da mulher negra, em vez de discutir o impacto negativo da opressão. Quando feministas reconhecem coletivamente que mulheres negras são vitimadas e, ao mesmo tempo, enfatizam a força delas, deixam implícito que, apesar de mulheres negras serem oprimidas, elas conseguem contornar o impacto prejudicial da opressão ao serem fortes – e isso simplesmente não é o caso. Em geral, quando pessoas falam sobre a “força” de mulheres negras, referem-se à maneira como percebem que mulheres negras lidam com a opressão. Ignoram a realidade de que ser forte diante da opressão não é o mesmo que superá-la, que resistência não deve ser confundida com transformação. [...] A tendência que começou no movimento feminista, de romantizar a vida da mulher negra, refletiu-se na cultura como um todo. O estereótipo da mulher “forte” já não era mais visto como desumanizador, tornou-se a nova marca da glória da mulher. Quando o movimento de mulheres estava no ápice e mulheres brancas rejeitavam o papel de reprodutora, de responsável por carregar os fardos e de objeto sexual, mulheres negras eram parabenizadas por sua especial dedicação à tarefa de ser mãe, por sua habilidade “nata” de carregar fardos pesadíssimos e por sua disponibilidade cada vez maior como objeto sexual. Parecia que tínhamos sido eleitas por unanimidade para assumir o posto que as mulheres brancas estavam abandonando (hooks, 2020, p.25).

Nesse longo excerto percebemos que a mulher negra não tem apoio em nenhum lugar, contavam apenas consigo mesmas. Não havia apoio dos homens negros e não havia respaldo do movimento de mulheres. Enquanto as mulheres negras estavam lutando para deixar claro que sua exploração era distinta da mulher branca, que havia a discriminação pelo gênero, mas que também havia a discriminação pela raça, tornando-se um fardo difícil de ser carregado por elas, existia um movimento contrário vindo do feminismo. O movimento majoritariamente formado por mulheres brancas era incapaz de perceber o sofrimento racial que as negras sofriam. Ao invés disso, havia uma romantização da força da mulher negra. É como se todo o

trabalho árduo que elas eram obrigadas a fazer fosse uma condição natural de seus corpos e não um processo de extrema exploração. A verdade é que as mulheres negras davam conta de tantas atribuições por não terem escolha.

Aqui é possível pensarmos em um ponto em comum das existências femininas. Ambas eram tratadas a partir de uma predeterminação biológica, de características da natureza das mulheres para colocá-las em espaços convenientes para a sociedade patriarcal. A mulher branca cumprindo o papel de esposa, dada sua capacidade reprodutora e sua condição nata para a vida doméstica. Já a mulher negra também é definida por sua biologia, não pela sua capacidade de maternar, apesar de essa ser uma qualidade essencial, mas por sua força de trabalho extraordinária, capaz de trabalhar na lavoura, cuidar da casa dos patrões e ainda ter algum tempo para cuidar de sua própria família.

Para que as mulheres descritas por Friedan pudessem alcançar sua liberdade era necessário ter alguém para cumprir esse papel, que prontamente foi destinado às mulheres negras no pós-escravidão. Vejam que as mulheres brancas e negras estavam lutando por espaço na sociedade, ambas foram encerradas na sua biologia, no entanto, a diferença racial sempre fez com que as brancas estivessem alguns passos à frente, deixando para as negras o lugar doméstico que não mais queriam ocupar. bell hooks delimita bem a exclusão da mulher negra:

Quando falam sobre pessoas negras, o sexismo milita contra o reconhecimento dos interesses das mulheres negras; quando falam sobre mulheres, o racismo milita contra o reconhecimento dos interesses de mulheres negras. Quando falam de pessoas negras, o foco tende a ser *homens* negros; e quando falam sobre mulheres, o foco tende a ser *mulheres* brancas (hooks, 2020, p.26, *grifos da autora*).

Não há espaço na sociedade para a mulher negra, seu lugar é sempre o do trabalho árduo. O protagonismo não existe para seu corpo, apenas no carnaval, como aponta González, e não com um objetivo real de exaltação de suas qualidades. No carnaval as mulheres negras são usadas como objetos sexuais para encantamento do público, nada além disso. Quando não há inclusão desses corpos nos espaços de luta, seja do movimento negro ou no movimento de mulheres há um reforço do lugar de exclusão ocupado pelas mulheres negras.

Diante do exposto, é possível afirmarmos que não há como tratarmos as mulheres a partir do mesmo lugar, a partir das mesmas teorias. Resta claro que as vivências são múltiplas e distintas e, muitas das vezes, as mulheres brancas também ocupam o papel de exploradoras. Para finalizarmos essa discussão sobre o que é ser mulher, trazemos o pensamento de Oyèrònké Oyewùmí em *Conceitualizando gênero*, que questiona o conceito de gênero, criado e

desenvolvido a partir da experiência euro-americana, com base em experiências e epistemologias africanas.

Oyewùmí inicia seu estudo afirmando que a base para os questionamentos de gênero, que fundamentam o movimento feminista, está centrado nas experiências euro-americanas, como já demonstramos ao apresentar diferença de perspectiva em relação ao pensamento de Betty Friedan e Simone de Beauvoir e de Angela Davis e bell hooks. A autora afirma, ainda, que essa base é usada para explicar todas as relações de gêneros em todas as culturas, e acrescenta “de uma só vez, elas assumem tanto a categoria “mulher” e sua subordinação como universais” (p.02) e traz uma questão:

Se o gênero predomina tão largamente na vida das mulheres brancas com a exclusão de outros fatores, temos que perguntar: por que gênero? Por que não alguma outra categoria, como raça, por exemplo, que é vista como fundamental por afro-americanas. Porque gênero é socialmente construído, a categoria social "mulher" não é universal, e outras formas de opressão e igualdade estão presentes na sociedade, questões adicionais devem ser feitas: Por que gênero? Em que medida uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão? As situações de quais mulheres são bem teorizadas pelos estudos feministas? E de que grupos de mulheres em particular? Até que ponto isso facilita os desejos das mulheres, e seu desejo de entender-se mais claramente? (OYEWÚMÍ, 2004, p.02).

Essa passagem sintetiza as discussões que fizemos até aqui. Não há como dizer que a palavra mulher é universal, não há como colocar todas as existências femininas como iguais. A categoria raça é fundamental para que possamos identificar essas nuances. Oyewùmí demonstra em seu estudo que é fundamental demarcar sobre quem estamos falando e evidencia que na cultura africana a categorização feita a partir do gênero é errônea, não condizente com a realidade das mulheres africanas e explica:

Pesquisadoras feministas usam o gênero como modelo explicativo para compreender a subordinação e opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem tanto a categoria "mulher" e sua subordinação como universais. Mas gênero é antes de tudo uma construção sociocultural (OYEWÚMÍ, 2004, p.02).

Como já vem sendo dito, há uma distinção evidente entre as mulheres negras e brancas e que é reforçada pelo movimento feminista num processo de exclusão das negras. Aqui a pesquisadora deixa evidente que a construção da categoria mulher é social e está profundamente marcada pela origem de quem cunhou o termo. Oyewùmí explica seu ponto de vista a partir do conceito de família, como veremos a seguir.

Gostaria de sugerir que os conceitos feministas estão enraizados sobre a família nuclear. Esta instituição social constitui a própria base da teoria feminista e representa o veículo para a articulação de valores feministas. Isto é, apesar da crença generalizada entre as feministas que seu objetivo é subverter esta instituição dominada pelos homens e a crença entre os detratores do feminismo que o feminismo é anti-família. Apesar do fato de que o feminismo tornou-se global, é a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da teoria feminista. Assim, os três conceitos centrais que têm sido os pilares do feminismo, mulher, gênero e sororidade, são apenas inteligíveis com atenção cautelosa à família nuclear da qual emergiram (OYEWÚMÍ, 2004, p.03).

A autora explica como a base da luta feminista está fundada na família, que é um conceito ocidental. Com isso, ela demonstra que não é possível aplicar esse entendimento para todas as mulheres em todo o mundo porque há organizações distintas da família conhecida no mundo ocidental. Em outras palavras, esse é um conceito que não se aplica a todas as culturas, o que torna a discussão sobre a condição feminina ainda mais complexa. Betty Friedan é uma das representantes do combate à ordem familiar que restringia os direitos femininos, mas esse conceito de família não pode ser aplicado às mulheres iorubás como veremos a seguir.

A família Iorubá tradicional pode ser descrita como uma família não-generificada. É não-generificada porque papéis de parentesco e categorias não são diferenciados por gênero. Então, significativamente, os centros de poder dentro da família são difusos e não são especificados pelo gênero. Porque o princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas. Daí as palavras *egbon*, referente ao irmão mais velho, e *aburo* para o irmão mais novo de quem fala, independentemente do gênero. O princípio da antiguidade é dinâmico e fluido; ao contrário do gênero, não é rígido ou estático (OYEWÚMÍ, 2004, p.06).

Ao explicar sobre a constituição da família Iorubá, a autora demonstra que há diferenças profundas nas organizações familiares. Em África não há uma centralidade marcada na figura masculina. A importância das figuras no seio das famílias tem a ver com sua idade e não com o gênero e essa diferença modifica toda a forma de encarar a vida e a experiência feminina. Essa leitura demonstra como a forma de ver a sociedade e as famílias do ocidente não são adequadas para analisar uma família de origem iorubá. Além disso, esse entendimento ajuda a demarcar as diferenças existentes nas formações familiares e, conseqüentemente, na distinção de tratamento que é dado às famílias negras. A diferença na formação familiar é também uma forma de discriminar.

Trouxemos essa questão para o debate para termos mais um ponto de apoio em relação à diferença que desejamos marcar entre as existências de Oribela e Ponciá. A primeira vem de um país europeu, que tem sua cultura calcada na religião judaico-cristã, profundamente marcada por valores religiosos e que tem no casamento e na formação das famílias a base da constituição da sociedade. Ponciá, no entanto, é descendente do povo africano, uma cultura distinta e que não tem a figura masculina como centro, como é possível ver na narrativa.

Assim, finalizamos o primeiro capítulo marcando de maneira bem objetiva o que pretendemos ao longo desse estudo: compreender que há uma profunda diferença entre as mulheres e essa diferença está presente nas obras que escolhemos como *corpus*.

3 – PERSPECTIVAS DA AUTORIA FEMININA BRASILEIRA

*Por que sou levada a escrever? Porque a escrita
me salva da complacência que me amedronta.
Porque não tenho escolha. Porque devo manter
vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também.
Porque o mundo que crio na escrita compensa
o que o mundo real não me dá.
No escrever coloco ordem no mundo,
coloco nele uma alça para poder segurá-lo.
Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome.
Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo,
para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você.*

Glória Anzaldúa

Apresentadas as obras, suas fortunas críticas e o que nos motiva a estudá-las em conjunto, partimos para pensar a literatura escrita por mulheres e como o surgimento desses escritos contribui para que o entendimento sobre a condição feminina seja percebido de maneira mais clara e objetiva, a partir do que as mulheres têm para contar sobre si e como se sentem diante do mundo que as rodeia.

Propomo-nos investigar, desse modo, as reviravoltas que a cena literária sofreu, sobretudo na segunda metade do século XX, com o aparecimento de obras escritas por mulheres e seus evidentes questionamentos sobre a literatura em si, sobre o lugar ocupado pelas autoras, pela crítica feita aos seus escritos, e sobre o lugar ocupado pelas personagens femininas dentro das narrativas escritas por homens. Assim, objetivamos compreender como esses escritos, que já estavam sendo produzidos a muito tempo, aparecem no cenário brasileiro e como isso modifica a perspectiva que é dada a essas questões.

Para iniciar, trazemos uma breve revisão da história, apresentada por Luiza Lobo no ensaio *Dez anos de Literatura Feminina Brasileira*, publicado em 1993. Neste trabalho, a autora apresenta as principais obras escritas por mulheres e apresenta uma divisão em duas fases, que estão associadas com o conteúdo das obras, a forma de escrita e a colocação do ponto de vista feminino, e começa fazendo uma distinção importante:

É plausível também fazer-se a distinção entre literatura de mulheres, escrita por mulheres, e literatura feminina, isto é, com voz feminina – a qual nem sempre é fácil de determinar. No entanto, o fundamental não é precisar o que é essencialmente feminino, como faz grande parte da crítica francesa, mas sim o efeito que esta voz “feminina” produz, ou seja, um texto com uma representação consciente e originalmente contra ideológica (LOBO, 1993, p.48).

Essa discussão é fundamental para delimitarmos o que pretendemos nesse estudo, que é analisar a produção escrita por mulheres. As obras escolhidas são também representações de personagens femininas que tratam de questões cruciais sobre a história e a condição feminina a partir de perspectivas distintas atreladas à raça. Apresentadas essas diferenças, Luiza Lobo discute as fases, sendo que a primeira é composta por “autoras que talvez se destaquem no estilo, mas não conseguem renovar seus papéis enquanto mulheres na tradição literária” e a segunda é representada por “aquelas que apresentam uma nova voz no seu discurso” (LOBO, 1993, p.49).

Vale salientar que a escrita das mulheres é composta por inúmeros atravessamentos, tais como a falta de acesso à educação, a não aceitação da publicação de obras femininas, o impedimento de escrever pela sociedade patriarcal, bem como a falta de acesso a outros conhecimentos além da vida doméstica. Esses pontos dialogam com o que Virgínia Woolf trata em *Um teto todo seu*.

Mas o que eu considero deplorável, continuei vasculhando as estantes novamente, é que nada se sabe sobre as mulheres do século XVIII. Não possuo nenhum modelo na cabeça a que recorrer de uma forma ou de outra. Aqui estou eu perguntando por que as mulheres não escreveram poesia na era elisabetana, e não tenho certeza de como elas foram instruídas, se foram ensinadas a escrever, se elas possuíam uma sala de estar só para elas, quantas mulheres tiveram filhos antes dos vinte e um anos de idade, o que, em resumo, elas faziam das oito da manhã até às oito da noite. Elas não tinham dinheiro, evidentemente (WOOLF, 2020, p.60).

Nesse excerto, a autora inglesa trata da ausência de estudos e publicações femininas na era elisabetana, e conclui que essa ausência está atrelada à pobreza das mulheres. Acrescentamos que essa pobreza não é apenas material, ela está diretamente relacionada à falta de apoio e incentivo social para que as mulheres fizessem qualquer coisa fora da realidade doméstica. Assim, a pobreza é estratégica para manter as mulheres encerradas na sua condição biológica e mantidas nos espaços pré-determinados pela sociedade, o que as apartava do universo das letras e da literatura.

Retomando Lobo, as duas fases são subdivididas em grupos menores. Da primeira fase, a autora apresenta os escritos do século XIX.

No século XIX destacam-se poucas vozes femininas: Nísia Floresta, uma feminista, Gilca Machado, Francisca Júlia, Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista a mencionar o tema abolicionista no Brasil, entre outras. No século XX, destaca-se no romance regionalista nordestino Rachel de Queiroz, com *O Quinze* (1930). Pagu (Patrícia Galvão), recentemente descoberta pelos irmãos Campos, foi uma das maiores revelações femininas da prosa urbana do início deste século, com o romance proletário *Parque Industrial* (1933), apresentando uma visão psicológica das operárias das fábricas de São Paulo. Considerando esta visão considerável, o Partido Comunista Brasileiro, à época, obrigou-a a publicar o livro sob o pseudônimo de Mara Lobo. Na poesia, Cecília Meireles, participante do grupo modernista da revista *Festa* (1927), guarda em sua poética traços arcaizantes e simbolistas. A celebrada Cora Coralina e Henriqueta Lisboa não escapam, por outro lado, das tintas parnasianas ainda embutidas na sua poesia (LOBO, 1993, p.49).

Essas são, dentro da realidade brasileira, as primeiras autoras que se atrevem a escrever, rompendo com o tradicionalismo do campo literário exclusivamente ocupado pelos homens. Esses escritos dizem muito sobre a vontade das mulheres de se manifestarem diante do mundo e, sobretudo, se posicionarem em relação às suas próprias existências. Nessa primeira fase, Lobo traz um segundo momento, composto pelas obras escritas durante a ditadura militar.

Apesar da ditadura no período 1964-1984, com o início da abertura política em 1979, a participação feminina na literatura brasileira aumentou de forma impressionante no período 1975-85. No decênio anterior, estabeleceu-se o curioso fenômeno de que as mulheres participaram ativamente das guerrilhas e no movimento político civil, mas, relativamente, pouco escreveram sobre temas políticos na ficção (LOBO, 1993, p.49).

Com o passar do tempo, as mulheres vão ganhando novos espaços na sociedade e isso modifica de forma substancial o que estão escrevendo. Há uma ampliação de horizontes e isso se reflete de maneira clara na literatura escrita por elas. Dessa primeira fase, Lobo enfatiza que há um questionamento feitos pelas mulheres, mas critica afirmando que seguem atreladas a antigos papéis literários, predeterminados pela hegemonia masculina e dificultando o processo de libertação e afirma que a escrita das mulheres é “um contínuo monólogo a partir de uma imagem vista através de um espelho” e segue “o enredo centra-se em seu fracasso no amor, no casamento, nos relacionamentos e na perda de esperança no futuro. Quase nunca essas obras se referem a qualquer atividade de trabalho, senão o doméstico e a vida em família” (LOBO, 1993, p.50).

Aqui, apesar de compreendermos a crítica em relação à falta de desprendimento do que era feito pelos homens, é possível pensarmos que as temáticas centradas nos problemas existenciais femininos não deveriam ser um problema, já que falar de si é algo natural no ser humano. O que se coloca em debate é o fato de que há uma desvalorização de tudo o que gira em torno da figura feminina, do seu cotidiano, de suas vivências. Essa é uma manobra do sistema patriarcal para manter a mulher em um estado de subjugação contínua. Em outras palavras, quando a mulher fala sobre temas do seu cotidiano no texto literário, há uma tendência de diminuição do valor da produção dada a desvalorização que a sociedade dá a tudo que diz respeito ao universo feminino.

Luiza Lobo trata da restrição experienciada pelas mulheres:

O fato de as mulheres serem restringidas social e psicologicamente as torna prisioneiras de seus próprios corpos, casas ou muros de seus jardins. Como afirma Chombart de Lauwe: “A casa corresponde a uma certa imagem da família e dos parentes distantes na sociedade”. E: “O espaço expressa não apenas as estruturas sociais, mas também as tensões, os conflitos, a dominação entre classes, grupos étnicos, etários e categorias sexuais” (LOBO,1993, p.52).

Dessa passagem é possível fazer um diálogo com Simone de Beauvoir quando fala sobre a limitação das mulheres: “Fecham a mulher numa cozinha ou num budoar e se espantam de que seu horizonte seja limitado; cortam-lhe as asas e lamentam que saiba voar. Que lhe abram o futuro e ela não será mais obrigada a instalar-se no presente” (BEAUVOIR, 2016b, p.415). Como aponta a filósofa francesa, a vida da mulher era restrita e limitada, suas ações eram cerceadas. Assim, as tentativas femininas de produção literária eram sempre julgadas a partir do lugar social que ocupavam.

Dessa maneira, a literatura de autoria feminina tem um papel primordial na luta feminina por mais espaço apesar das adversidades impostas. Por meio dela temos uma abertura de novas perspectivas para as mulheres. No entanto, só ela não garante mudanças profundas, já que as transformações precisam ser estruturais e acontecer em toda a sociedade. A contribuição que a literatura de autoria feminina traz nesse cenário é fazer com que as mulheres se reconheçam nas histórias contadas por mulheres, e a partir disso repensem seu estar no mundo.

A segunda fase da literatura escrita por mulheres, de acordo com Lobo, é influenciada pelo “realismo mágico” presente nas obras de autores como J. J. Veiga, Dalton Trevisan e Vítor Giudice. Para a autora esse grupo de autoras são representantes de uma nova voz na literatura feminina contemporânea, que é caracterizada da seguinte maneira: “algumas empregam o

humor para obter a liberação da linguagem, enquanto outras usam a forma epistolar ou de diário e o erotismo como meio para exprimir suas experiências e revelar a natureza dos sentimentos femininos recalçados (LOBO, 1993, p.55). Como representantes dessa fase a autora apresenta:

Lygia Fagundes Telles começou a publicar em 1944, com *Praia viva*. Suas histórias são psicológicas, frequentemente baseadas na vida familiar. Emprega o suspense e mudanças temporais. A narração, geralmente em terceira pessoa, mostra uma perspectiva externa e crítica de suas personagens. *Antes do baile verde* (1970), contos, recebeu em 1969 o Prêmio Internacional de Contos. A partir de *Verão no Aquário* (1963) e *As meninas* ela se tornou mais experimental. Seus últimos livros de contos, *Seminário dos ratos* (1977) e *Mistérios* (1981) receberam um tratamento de realismo mágico. Duas importantes personagens femininas estão em “Pomba enamorada ou uma história do amor” – personagem simples, proletária, que repete o feito de Clarice Lispector em “Uma rapariga” e na Macabéa de *A hora da estrela* e em “Apenas um saxofone” (LOBO, 1993, p.54).

Para esse grupo de mulheres, “ficar em casa não é uma experiência atemorizadora e mortificante de perda da identidade, mas sim uma oportunidade para ler e relembrar-se de viagens com amores ambíguos, no verão” (LOBO, 1993, p.56). Entendemos que há uma nova perspectiva em relação à posição da mulher no mundo, que está diretamente relacionada ao acesso à educação, a novas formas de viver. Aqui é possível pensar na necessidade de as mulheres terem cada vez mais espaço e acesso à educação. Num diálogo com Woolf, é possível pensar na “irmã de Shakespeare”, presa em sua redoma e ofuscada pelo brilhantismo do irmão. Retomamos, ainda, o pensamento de Beauvoir, ao afirmar sobre o cortar das asas e exigir que saibam voar. A literatura de autoria feminina só passou a se desenvolver de fato a partir do momento em que as mulheres passaram a ter a chance de buscar conhecimento, de sair de suas casas, de transformar suas realidades de acordo com seus desejos.

Dessa maneira, pensar as fases da escrita de mulheres é importante para compreendermos como essa literatura foi ganhando espaço no cenário literário. Para complementar esse entendimento, trazemos para o debate a perspectiva de Rita Terezinha Schmidt em *Na literatura, mulheres que reescrevem a nação*, publicado em 2019. A autora faz uma abordagem global da formação da literatura brasileira e como a escrita das mulheres é integrada nessa realidade. Schmidt destaca em seu texto a invisibilidade da escrita feminina no processo formativo da literatura brasileira. Não havia espaço para as mulheres e a literatura nacional se formou a partir do mito do herói indígena sempre pensando pelo masculino. A autora afirma:

O nacional, enquanto espaço das projeções imaginárias de uma comunidade que buscava afirmar sua autonomia e soberania em relação à metrópole, constitui-se como um domínio masculino, de forma explícita e excludente. As figuras do pensador, do crítico e do escritor definiam o lugar do sujeito que fala em nome da cultura e da cidadania a partir de uma lógica conjuntiva e horizontal [...] (SCHMIDT, 2019, p.65).

Entendemos que a formação da literatura brasileira se deu a partir da força imposta pelo sistema patriarcal, que sempre colocou os homens em posição de destaque e as mulheres na subalternidade, inclusive na escrita. Como já dito anteriormente, era negado às mulheres o direito de estudo, por exemplo, o que as impedia de ingressar no universo das letras. A conquista desses espaços aconteceu de maneira gradual e com muita luta de mulheres que queriam ocupar seus lugares no mundo acadêmico. A literatura de autoria feminina torna-se, então, fundamental nesse processo.

A gradual visibilidade de muitas obras de autoria feminina no campo acadêmico, cujas reedições começam a circular e até mesmo a integrar alguns currículos de ensino de Letras, não só agregam à construção de saberes literários, mas afetam o estatuto da própria história cultural e, particularmente, as reflexões de ordem historiográfica e crítica. De modo particular, os textos de autoria de mulheres levantam interrogações acerca de premissas críticas e formações canônicas, bem como tensionam as representações dominantes calcadas no discurso assimilacionista de um sujeito nacional não marcado pela diferença. A hegemonia desse sujeito sempre esteve calcada em formas de exclusão de outras vozes, outras representações. Nesse sentido, o processo de desconstrução da nacionalidade implica reconhecer textos marginalizados em razão da diferença de gênero, raça e classe social. É a vontade de construir a história dos próximos quinhentos anos, como resultado da ação emancipadora de um conhecimento do passado, que nos leva a percorrer alguns caminhos do processo de naturalização da nação homogênea e a ouvir vozes silenciadas (SCHMIDT, 2019, p.66).

As mulheres sempre escreveram, mas é a partir do momento que elas conquistam mais espaço na sociedade que sua literatura passa a ganhar visibilidade e a se constituir como um estilo de escrita que promove reflexões que não eram feitas na literatura escrita pelos homens. Schmidt destaca algo que nos é fundamental aqui: a alteridade.

Na construção da genealogia brasileira, não houve espaço para a alteridade, e a produção literária local traduziu a intenção programática de construção de uma literatura nacional, perspectivada a partir de um nacionalismo romântico abstrato e conservado e atravessada pela contradição: desejo de autonomia e dependência cultural. Compreende-se, dessa forma, que o projeto romântico, mesmo quando articulava o desejo político de construção identitária que promovesse as particularidades locais, estava acumpliciado ao modelo cultural dominante da missão civilizatória em alerta contra a irrupção da

barbárie, figurada na condição essencializada do outro, dentro do paradigma etnocentrista do colonizador (SCHMIDT, 2019, p.68).

A construção da identidade nacional foi pautada apenas no pensamento masculino que estava completamente atrelado aos ideais colonizadores, deixando de fora a ampla maioria da população brasileira e que de fato representa o que é o nacional.

No processo de constituição da identidade nacional, o domínio da cultura literária e o da cultura nacional – domínios que, geralmente, guardam certa distância e tensão entre si – foram histórica e discursivamente construídos de modo a convergir num todo coerente e estável. Essa convergência só ocorre quando à nação é conferido um sentido mais psicológico do que político, sendo que o sentido psicológico neutraliza as diferenças internas para reforçar o princípio da diferenciação em relação ao que está fora dela – o território do outro. Nessa perspectiva, a explicação histórica da nação se consolida nas bases de uma ordem social simbólica pautada na imagem da integralidade de um sujeito nacional universal, cuja identidade se impõe de forma abstrata, dissociada de materialidades resistentes como raça, classe e gênero, as quais representam a ameaça da diferença não só às premissas daquele sujeito, presumidamente uniforme e homogêneo, mas ao próprio movimento de sua construção na produção da nação como narração (SCHMIDT, 2019, p.69).

Nessa passagem, Schmidt condensa o que foi a formação da nossa literatura: a exclusão de todas as diferenças possíveis e que são a base que constitui o país. Esse apagamento traz reflexos importantes para a sociedade, já que se exclui da literatura as diferenças que nos constituem como nação. Assim, a literatura escrita por mulheres surge na tentativa de diminuir essa discrepância, trazendo para o literário outras visões do nacional. No entanto, apesar de toda a relevância dessas produções femininas e os questionamentos que elas promovem, é preciso acrescentarmos ao debate da autoria feminina a pergunta que move essa pesquisa: sobre quais mulheres estamos falando quando dizemos “literatura de autoria feminina”? No estudo de Luiza Lobo apresentado anteriormente a única mulher negra que aparece é Maria Firmina dos Reis. Vamos discutir essa questão adiante. Importante frisar que, apesar da não inclusão de mulheres negras, o movimento de autoria feminina foi fundamental para que houvesse muitas transformações na cena literária brasileira.

Em um período em que a literatura se constituiu como signo de valor e repositório de identidade de uma cultura que buscava se legitimar através de imagens de autonomia, coesão e unidade, nasciam as determinações que produziram o *corpus* oficial da literatura brasileira, ou seja, o cânone literário. Seu poder de conferir representatividade à narrativa nacional foi forjado e mantido pelo esquecimento de memórias subterrâneas, recalcadas pela submissão ao apagamento das diferenças em nome do “caráter uniformizador

e destrutivo da memória coletiva nacional”, agenciada pelo aparato do estado, incluindo-se aqui a própria instituição literária e suas agendas político-ideológicas. Se a memória nacional é a forma mais acabada da memória coletiva, e se o cânone literário é a narrativa autorizada dessa memória, pode-se dizer que o resgate da autoria feminina do século XIX traz à tona, de forma explosiva, aquilo que a memória recalçou, ou seja, outras narrativas do nacional que não só deixam visíveis as fronteiras internas da comunidade imaginada como refiguram a questão identitária nos interstícios das diferenças sociais de gênero, classe e raça, reconceitualizando a nação como espaço heterogêneo, mais concreto e real, atravessado por tensões e diferenças (SCHMIDT, 2019, p.70).

Nessa passagem fica clara a relevância dos escritos femininos para questionar o cânone literário que insistiu em apagar as mulheres e em colocá-las em papéis de subjugação. E, ainda que nos dizeres de Luiza Lobo a escrita feminina do século XIX tenha sido pouco revolucionária no que diz respeito à forma e ao posicionamento frente aos problemas vivenciados pelas mulheres, a sua existência por si só foi revolucionária por colocar em xeque o que estava sendo dito pela literatura canônica.

Desse excerto destacamos ainda a utilização do verbo uniformizar, que diz muito sobre a falta de distinção entre mulheres negras e brancas. Quando a discussão é feita de forma homogeneizada, as nuances evidentes que distinguem as vivências das mulheres negras e brancas são esquecidas. Na verdade, passa-se a considerar a experiência branca como universal, apagando o que é vivido pelas mulheres negras e, como já vimos, são muitas as diferenças. Assim, essa diferenciação merece ser observada com cuidado também na literatura de autoria feminina, já que os textos produzidos por mulheres racializadas são distintos, como estamos observando no *corpus* escolhido.

Acrescentamos, então, que as obras de Conceição Evaristo e Ana Miranda exercem esse papel de quebrar paradigmas a respeito da história das mulheres brasileiras e o fazem de maneira muito distinta justamente por se tratar de autoras com origens distintas, logo, com perspectivas diversas em relação às suas vivências. Diante dessas diferenças, partimos para as especificidades da escrita das mulheres negras.

3.1 – A Literatura de Autoria Feminina Negra

Como anunciamos na sessão anterior, por muito tempo a escrita de mulheres foi tratada de forma universal não trazendo para o debate a especificidade necessária marcada pela raça. Ao não levar em conta a escrita de mulheres negras, o movimento, associado aos problemas estruturais da sociedade, que buscou a inclusão das mulheres no cenário literário deixou de fora uma parte significativa de suas representantes. Dessa forma, vamos resgatar aqui como as mulheres negras aparecem na literatura e a importância de marcar as nuances existentes. Para começar, trazemos novamente a pesquisadora Luiza Lobo e seu estudo *A literatura negra brasileira contemporânea*, publicado em 1993, que traz um panorama geral da escrita dos negros no Brasil.

A produção contemporânea de literatura negra no Brasil se constituiu quase exclusivamente de publicações independentes (1986^a), mas não foi incluída no estudo sobre produção marginal dos anos 1970, junto com Nuvem Cigana, Chacal, Cacaso, Chico Alvim ou Ana Cristina César (Messeder, 1982; Holanda, 1976; 1980) (LOBO, 1993, p.161).

Se para as mulheres brancas havia uma intensa barreira para que pudessem escrever, para a população negra esse impedimento era ainda maior dadas as condições sociais em que viviam. Para se afirmarem como autores, as produções eram feitas de maneira independente já que não existia apoio do mercado editorial e, de acordo com Lobo, não foi incluída dentro do espectro da literatura marginal, a escrita negra foi se firmando sozinha. A publicação negra da geração de 1950 era basicamente de poesia e feita sempre de maneira independente, “praticamente não escreveram prosa de ficção” (LOBO, 1993, p.162).

Sobre esse fato histórico é necessário evidenciar que a não publicação no circuito das grandes editoras não tem a ver com uma escolha pessoal dos poetas negros, mas com uma barreira imposta pelo racismo, como aponta Conceição Evaristo na introdução da obra *Ponciá Vicêncio*, como veremos adiante. No cenário literário negro surge os *Cadernos Negros* como forma de publicação:

Cadernos Negros é o veículo mais importante de divulgação dos novos autores negros, como Miriam Alvez, Marise Tietra, Geni Mariano Guimarães, Cuti e outros. Alguns jornais de São Paulo, em parte devido à influência do autor negro e jornalista do *Jornal da Tarde* Oswaldo de Camargo, têm mostrado a repercussão do movimento literário negro como a *Folha da Tarde*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal da Cultura de São Paulo*, *Jornal Comunidade Negra de*

São Paulo, Jornegro; no Rio, pouco espaço tem sido reservado para o assunto, exceto em *Maioria Falante, Ipeafro* e alguns artigos e resenhas em O Globo (Coutinho, 1987; Sodré, 1986; Lobo, 1987) e uma página em “Ideias” do *Jornal do Brasil* (LOBO, 1993, p.162).

Os *Cadernos Negros* surgem, então, como um veículo de propagação da escrita de poetas negros. Homens e mulheres que se uniram em prol da publicação de seus escritos e fez com que suas produções pudessem circular para o público. Sempre focado na escrita de poesia como aponta a autora:

Sem dúvida é na poesia que a produção negra mais se destaca, desde o final da década de 1970. Quer porque a mais jovem geração de autores negros recebeu maior influência da música popular, quer porque durante a ditadura houve a evasão dos poetas exilados, abrindo espaço para novos grupos (Sant’Anna, 1978). Os poetas negros também venderam sua produção poética de mimeógrafo de mão em mão, e ainda hoje a maioria publica por conta própria (LOBO, 1993, p.165).

Vale destacar, mais uma vez, que a produção poética feita pelos negros não foi considerada como parte da produção poética de mimeógrafo, apesar de ter sido feita dessa maneira. Além da busca por espaço de publicação e de ser uma escrita predominantemente poética, “o que caracteriza a nova voz atuante dos autores negros é buscar na linguagem poética o ‘lugar’ de sujeito e não de objeto da história” (LOBO, 1993, p.166). Em outras palavras, os autores negros, homens e mulheres, estavam buscando um lugar diferente na cena literária, queriam contar suas próprias histórias, suas próprias versões sobre o mundo. Para a autora, há uma “busca da ‘negridão’”, “um encontro existencial consigo mesmo e o ideológico com a cultura afro-brasileira” (LOBO, 1993, p.167), o que marca profundamente a escrita desses autores negros, uma busca incessante por sua identidade através da escrita literária.

A literatura negra parte, portanto, de um profundo traço de logocentrismo, com ênfase na palavra oral, *phoné*, em oposição à *graphé*, que tem prevalecido na civilização judaico-cristã-ocidental (Derridá, 1972). A diferença entre o escrito e o falado, entre o significado lógico e o sentido pragmático, que tem marcado toda a cultura ocidental, notadamente no Primeiro Mundo, tem sido conscientemente abandonada pelos escritores de origem africana, até mesmo na tentativa de encontrar um universo simbólico-discursivo próprio. Muitos autores partem para a criação de uma literatura infanto-juvenil, a começar por Joel Rufino dos Santos, Esmeralda Ribeiro e outros, no intuito de explorar esse tom de oralidade imanente ao relato da história infantil, bem como o traço didático, importante para as comunidades negras no Brasil (LOBO, 1993, p.171).

Nessa passagem Lobo enfatiza a forma como essa busca identitária se fez no literário, por meio da valorização da oralidade, traço fundamental da cultura negra e que se manteve devido a imposição do não letramento à população negra brasileira, sempre mantida à margem da sociedade pelo sistema. Sua escrita poética, então, se vale desse lugar de subalternidade para trazer traços da subjetividade do povo.

Apresentadas brevemente as características gerais da literatura negra no Brasil, passamos a tratar especificamente da escrita feita pelas mulheres negras que, apesar de estarem em conjunto com o homens negros na luta por direitos, tem em sua autoria características intrínsecas atreladas ao gênero e que são importantes serem discutidas, principalmente devido ao constante apagamento feito pelo movimento feminista branco que nunca abriu o devido espaço para as diferenças existentes entre brancas e negras. E já começamos essa discussão trazendo Conceição Evaristo:

Se para algumas mulheres o ato de escrever está imbuído de um sentido político, enquanto afirmação de autoria de mulheres diante da grande presença de escritores homens liderando numericamente o campo das publicações literárias, para outras, esse sentido é redobrado. O ato político de escrever vem acrescido do ato político de publicar, uma vez que, para algumas, a oportunidade de publicação, o reconhecimento de suas escritas, e os entraves a serem vencidos, não se localizam apenas na condição de a autoria ser inédita ou desconhecida. Não só a condição de gênero vai interferir nas oportunidades de publicação e na invisibilidade da autoria dessas mulheres, mas também a condição étnica e social (EVARISTO, 2017).

Nesse excerto, retirado do prefácio da edição de *Ponciá Vicêncio* de 2017 da Editora Pallas, Conceição Evaristo nos revela as dificuldades de ser negra e produzir literatura no Brasil. O preconceito institucionalizado não permite que essas autoras tenham seus manuscritos avaliados, ou seja, há uma barreira imposta pela cor, o que impede que essas obras sejam publicadas no mercado editorial. Dessa maneira, qualquer publicação de autoria feminina negra torna-se uma representação ainda mais potente contra a hegemonia masculina branca no meio literário. Assim, quando se fala de autoria feminina, sabe-se que há uma luta nesse sentido, de rever o que está sendo tratado como universal, como se lê a seguir:

Ao se dedicar ao trabalho de resgate e reavaliação de obras de autoria feminina, o feminismo crítico, erigido sobre o pensamento pós-estruturalista que busca desconstruir a neutralidade que supostamente marcaria a construção do saber, revisita as categorias instituídas da crítica literária a fim de ampliar as perspectivas de análise; submetê-las a um outro olhar, um olhar capaz de detectar e de desnudar particularidades a que a convenção masculina esteve atenta (ZOLIN, 2019, p.320).

Percebe-se, então, nos dizeres de Zolin, que a crítica feminista parte da premissa da revisão do que já está estabelecido. No entanto, esse debate precisa e deve ser ampliado quando se fala do universo de mulheres negras que, como já apontado por Evaristo, apresenta outras nuances. “Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos” (RIBEIRO, 2017, posição 234). Djamilia Ribeiro reforça a ideia de que é preciso não só acabar com a visão única, estreita e preconceituosa do colonizador, como trazer perspectivas outras para as histórias que já conhecemos. Ao mudar o foco narrativo, muda-se o entendimento sobre os fatos. Essas questões podem ser relacionadas com o movimento feminista que, a princípio, foi idealizado por mulheres brancas, como explicita Augel:

As militantes feministas brasileiras pertencem quase sempre às classes mais privilegiadas, têm as suas empregadas domésticas, que são na maioria das vezes negras e, se bem que lhes estejam presentes as dificuldades por que passam as criadas e operárias, triplamente discriminadas pela condição de mulher, de negra e de pobre, não é comum que essas sejam incluídas nos grupos de militância ou que sejam reivindicadas conjuntamente as exigências de mais igualdade, mais justiça, mais consciência social em face da específica discriminação e desvantagens da mulher negra brasileira (AUGEL, 1996, p.03).

Em outras palavras, é possível percebermos a ausência da figura negra em papéis de representatividade também dentro do movimento feminista, mais uma vez, corroborando a questão racial como elemento determinante para várias questões. Assim, a luta das mulheres por direitos iguais torna-se excludente por não conseguir abarcar a mulher negra e todas as questões que isso implica. Não dá, por exemplo, para pensar a autoria negra da perspectiva de Virgínia Wolf em *Um teto todo seu*, já que para a mulher negra existem problemas anteriores a 'ter um lugar para escrever'. Falta, antes de tudo, dignidade e respeito ao seu corpo. Nessa perspectiva, Augel pontua de maneira contundente:

Se a literatura afro-brasileira ainda continua a ser pouco ou quase nada conhecida ou reconhecida, sobretudo dentro do Brasil mesmo, a literatura das mulheres negras até hoje, com pouquíssimas exceções, tem sido relegada à completa desconsideração. E não são tão raras as afro-brasileiras que escrevem, que procuram explicitar pela palavra o seu “estar-no-mundo” o seu “ser-negra-no-mundo” (AUGEL, 1996, p.02).

O que se coloca como ponto central de discussão é o fato de que no campo literário, a literatura de autoria feminina estudada nas universidades, publicadas pelas editoras, não contempla a escrita de mulheres negras e fica a pergunta de Ana Rita Santiago da Silva “mas que mulheres, no Brasil, escrevem, publicam e ainda conseguem forjar uma crítica feminista e um público leitor?” (SILVA, 2010, p.23). Como já vimos, nos estudos sobre a literatura o espaço aberto para as autoras negras é quase inexistente, sempre numa tentativa de uniformização do discurso feminino, que é uma forma de apagamento. Maria Firmina dos Reis segue como uma das únicas a ser citada.

Infelizmente, tenho de afirmar que apenas poucas mulheres usufruem, histórica e satisfatoriamente, desse prestígio e “rituais” peculiares ao ofício da arte da palavra. Apesar de Maria Firmina dos Reis, brasileira, descendente de africanos, citada acima por Guardia e por outros(as) pesquisadores(as) feministas, ser considerada a primeira romancista abolicionista e de outras mulheres negras produzirem literatura, por exemplo, do século XVIII aos nossos dias, ainda constato uma ausência significativa delas em espaços e mercados culturais e literários (SILVA, 2010, p.23).

Como vimos nos estudos anteriores, a autoria negra quase não aparece e “esse cerceamento do “eu autoral” dessas mulheres, decerto, se associa a outros mecanismos de exclusão e de racismo, constituindo-se como ecos relevantes de tramas que envolvem as relações etnoraciais e de gênero no Brasil” (SILVA, 2010, p.23). Veremos no capítulo a seguir que esse apagamento é também reforçado pelo movimento feminista considerado universal, surgido da união das mulheres brancas e que não consideravam as negras como parte integrante do movimento por diversas razões.

Em diálogo com o que já discutimos em relação à literatura negra, Silva acrescenta:

A “Literatura afro-feminina”, nessa perspectiva, é uma produção de autoria de mulheres negras que se constitui de temas femininos/feministas negros comprometidos com estratégias políticas emancipatórias e de alteridades, circunscrevendo narrações de negritudes femininas/feministas por elementos e segmentos de memórias ancestrais, de tradições e culturas africano-brasileiras, do passado histórico e de experiências vividas, positiva e negativamente, como mulheres negras. Por esse projeto literário, figuram discursos estéticos inovadores e diferenciadores em que vozes literárias negras e femininas, destituídas de submissão, assenhoram-se da escrita para forjar uma estética textual em que se (re)inventam a si e a outros e se cantam repertórios e eventos histórico-culturais negros (SILVA, 2010, p.23).

Há uma similaridade em relação aos escritos femininos, sejam de mulheres brancas ou negras, sempre numa tentativa de autoafirmação enquanto sujeito complexo e pensante, livre

das subjugações impostas ao gênero. No entanto, a escrita negra é também atravessada pela experiência do sujeito negro em sua sociedade racista, relacionando-se de maneira intensa com o movimento emancipatório dos negros, com a ancestralidade e as experiências coletivas. Dessa forma, a escrita de mulheres brancas é marcada por uma individualidade que não está presente na escrita de mulheres negras. Assim, essa escrita pode ser descrita da seguinte maneira:

A estética afro-feminina, dessa maneira, põe-se em um lugar de criação de uma textualidade em interação com histórias, desejos, resistências e insurgências, com memórias pessoais e coletivas e identidades negras e de gênero. Coloca-se ainda em um território discursivo e imaginário desconstrutor de marcas identitárias amparadas em representações que inferiorizam universos e repertórios culturais negros e de gênero, e construtor de tessituras que os valorizam e abalam significantes que os estigmatizam (SILVA, 2010, p.27).

Nessa passagem fica evidente o que as mulheres negras buscam em sua escrita: valorizar sua cultura e se colocar enquanto voz de resistência diante dos essencialismos impostos pelo sistema patriarcal e racista. Dessa maneira, faz-se necessário, cada vez mais, produzirmos estudos científicos que coloquem em debate as questões no negro da sociedade, a literatura que produz, sobretudo, a produzida por mulheres que tendem a ter uma visibilidade ainda menor por questão de gênero. A leitura de *Ponciá Vicêncio* (2003) é prova de que a produção literária da mulher negra é, além de rica em questões estéticas, fonte de conhecimento da história de um povo. Para aprofundar e enriquecer o debate, trazemos as discussões de Grada Kilomba, que parte de questões linguísticas.

[...] a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana* (KILOMBA, 2019, p.14).

A colonização se inicia a partir da imposição da língua de um povo sobre outro e esse processo linguístico traz consequências para aqueles que são subjugados pela linguagem. Em outras palavras, ao se estabelecer uma língua matriz, todas as outras passam a ser consideradas inferiores. Essa imposição instaura uma violência simbólica. Quando não se pode falar, não se pode contar, há um apagamento de identidades e subjetividades que são perpassados pela língua. Se há a imposição de uma sobre outras, há um silenciamento, como é o caso da escrita das mulheres racializadas.

Como expõe Kilomba, por mais poética que possa ser, a língua hegemônica torna-se instrumento de opressão e segregação e a literatura escrita por mulheres negras propõe uma subversão dessa ordem, como vimos com a escrevivência de Evaristo. Esse conceito dialoga com o que Kilomba propõe como solução para a ditadura da linguagem, a autora sugere a criação de uma nova língua, “um vocabulário no qual nós possamos todas/xs/os encontrar, na condição humana” (2019, p.21). A literatura nos auxilia nesse processo de humanização.

A questão da linguagem nos é cara, pois é por meio dela que a literatura se forma e ao falarmos de autoria feminina, sobretudo a negra, a língua tem fundamental destaque. Lélia Gonzalez destaca o fato de o negro não falar, mas “ser falado”, demonstrando a violência que essa imposição pode exercer sobre as pessoas. Logo, romper com esse padrão é fundamental, e Conceição Evaristo propõe essa ruptura com sua escrevivência, ao trazer para o texto literário a vivência de seu povo e a linguagem utilizada por ele, como fica evidente no excerto a seguir.

Para mim, o trabalho com a linguagem caracteriza a obra da autora/autor. Busco muito cuidar desse aspecto por meio da escolha das palavras, do modo de construção frasal, da carga simbólica levada para o texto etc. Esse exercício que faço pretende aproximar o texto o mais possível de uma fala oral. A procura por uma estética que se confunda com a oralidade faz parte de meu projeto literário, que é profundamente marcado pela minha subjetividade forjada ao longo da vida (EVARISTO, 2020, p.42).

Evaristo deixa claro que sua subjetividade e a de seu povo é parte fundamental de seu trabalho estético. Assim, quando a produção literária negra se torna possível, há um processo de subversão de imposição da língua, sobretudo com esse trabalho de trazer para o literário as características fundamentais da oralidade. Como aponta Djamilia Ribeiro, “a linguagem, a depender da forma como é utilizada, pode ser uma barreira ao entendimento e estimula criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora” (RIBEIRO, 2017, s.p.). Quando as mulheres negras escrevem sua literatura, esses espaços de poder são invadidos pela subversão que essa escrita promove.

Quando pensamos nesse afastamento dos meios de produção de poder, como é o caso da linguagem, pensamos nesse impedimento de ter acesso ao estudo e ao conhecimento, que durante muito tempo impediu que mulheres negras se manifestassem pela escrita literária, traçamos um paralelo com o uso das máscaras, objeto de tortura e silenciamento.

A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem de ficar calada/o? O que poderia o sujeito negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca tapada? E o que o sujeito branco teria de ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá de ouvir. Seria forçada/o a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o “Outra/o”. verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredos. Eu gosto muito deste dito “mantido em silêncio como segredo”. Essa é uma expressão oriunda da diáspora africana e anuncia o momento em que alguém será prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (KILOMBA, 2019, p.41).

No contexto dessa pesquisa, o uso da máscara é simbólico, já que o silenciamento da voz feminina negra perdurou por muito tempo, mesmo após a abolição. Apesar da libertação do corpo, havia muitas outras amarras, como a falta de acesso ao estudo e ao conhecimento, dito anteriormente. Os negros eram impedidos de estudar e esse déficit reflete diretamente na produção literária. A autora amplia: “a máscara vedando a boca do sujeito negro impede-a/o de revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer “se desviar”, “manter à distância” nas margens, invisíveis e “quietas”” (2019, p.42). Manter a máscara é manter o silêncio. A retirada desse objeto de castração permite que autoras negras revelem a dor e sofrimento de serem quem são e os abusos sofridos dentro do sistema colonial. Tal perspectiva é corroborada por Evaristo: “A nossa escrevivência não pode ser lida como história para ninar os da casa grande e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2007, p.21 *apud* DUARTE, 2019, p. 377).

Entendemos, dessa maneira, que a literatura se transforma em arma para quebrar as máscaras, romper com o silêncio. Ela “surge como um espaço privilegiado de produção e reprodução simbólica de sentidos” (EVARISTO, 2005, p.52), ponto fundamental que reforça o que vem sendo discutido ao longo do trabalho, é preciso compreendermos a relevância de marcar as diferenças entre as diversas mulheres existentes na sociedade e suas peculiaridades de escrita literária. Conceição Evaristo auxilia nosso entendimento de como a literatura de autoria feminina traz elementos distintos, que moldam uma outra perspectiva sobre a mulher negra, já que ainda existe a representação “ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor” (2005, p.52). É preciso quebrar o padrão.

A autora acrescenta, ainda, que além dessa representação demasiadamente associada ao corpo há uma “ausência de representação da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, perfil delineado para as mulheres brancas em geral” (2005, p.53). Essas representações fixas relacionadas à raça constrói um imaginário errôneo a respeito das mulheres. Se as brancas

são os ‘anjos do lar’, as negras não podem ocupar o mesmo espaço, perpetuando a subjugação e mantendo o *status quo*. Diante desse cenário, Conceição Evaristo propõe um caminho para a resolução dessa representação equivocada, a partir da escrita de autoras negras e de sua própria criação literária.

Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca se matizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida (EVARISTO, 2005, p.54).

Esse excerto sintetiza o que é a escrita feminina negra, a libertação do corpo da mulher, o rompimento de barreiras estabelecidas, a liberdade de contar suas próprias histórias, expressar seus anseios e desejos. Além de revelar as dores sofridas pelos negros. Em outras palavras, essa escrita proporciona a formação de novos sujeitos e a inserção de novos pontos de vista no espectro literário. No entendimento de Fernanda Miranda, essa escrita promove uma ruptura:

Como ideia, a literatura negra congrega uma potência irredutível de ruptura, porque mescla em um sintagma dois nominativos que a racionalidade eurocêntrica não concebe em paralelo: como já foi dito por inúmeros pensadores negros e antirracistas, diferente do que acontece com ‘música negra’, ‘arte negra’, ‘dança negra’, etc., a ‘literatura negra’ causa incômodo e reação porque deliberadamente posiciona o negro como sujeito da escrita (MIRANDA, 2019, p.13).

Ao se transformar em sujeito da escrita, a mulher negra derruba as barreiras construídas em seu entorno e passa a incomodar com seu pensamento, por trazer para a literatura outros pontos de debate, antes ignorados. A autora acrescenta,

A outra face da potência que subjaz a ideia de literatura negra está no fato de que ela expõe/nomeia uma categoria para pensar o cânone forjada na alteridade do texto nacional, trazendo para a superfície do pensamento o que estava como norma culta, ou seja, a ‘literatura branca’ como categoria explicativa que define a ‘literatura brasileira’ de modo mais condizente à realidade discursiva nacional hegemônica. Dessa forma, enquanto ideia, a literatura negra não apenas cria *quilombos* na ordem discursiva, ela também produz uma crítica corrosiva às estruturas da *casa grande*, porque nos permite

ler o campo literário filtrando nele suas *posicionalidades* em disputa (MIRANDA, 2019, p.14, *grifo da autora*).

Como já dito anteriormente, no passado a literatura era território exclusivo do homem branco cisgênero. A literatura brasileira estava encerrada nesse padrão. Com o surgimento de uma literatura escrita por mulheres e, sobretudo, por mulheres negras, há uma mudança completa desse cenário. Cria-se uma fissura na redoma literária canônica e a literatura passa a ter uma perspectiva diferente e, conseqüentemente, personagens diferentes do padrão estabelecido.

Assim, “dizer-se negro no texto literário permanece sendo um ato transgressor na contemporaneidade, porque a razão eurocêntrica segue sustentando invisibilidades através dos tempos” (MIRANDA, 2019, p.15). Ao tratar a escrita negra como um ato transgressor, é possível pensarmos na presença da mulher negra na literatura como um ato ainda maior. Ao se colocar enquanto sujeito enunciativo, a mulher negra rompe a barreira da invisibilidade e traz para a literatura uma perspectiva que transcende os padrões eurocêntricos. Não é ‘apenas’ uma pessoa negra que supera um obstáculo, é uma sujeita que ultrapassa o conceito normativo de mulher, branca e eurocêntrica.

Finalizamos esse breve panorama sobre a escrita da mulher negra com Conceição Evaristo:

Dentre as literaturas que inovam o projeto literário nacional, a autoria de mulher negra coloca textos marcantes em um sistema anteriormente erigido, notadamente, pela autoria de homens e mulheres brancas. Creio que a autoria de mulheres negras, pois não sou a única que estou escrevendo, tende a dar outros sentidos à Literatura Brasileira (EVARISTO, 2020, p.37).

Esse excerto nos diz muito sobre a inclusão de novas escritas na escrita literária brasileira e concordamos que essa abertura modifica a forma como essa produção é feita, abrindo novas possibilidades de construção e reconstrução dessa arte. O rompimento das barreiras impostas pelo cânone acrescenta visões diversas e que, de fato, representa uma parcela maior da população brasileira, composta em sua maioria por pessoas negras. Logo, tê-las na centralidade narrativa faz com que nossa literatura tenha mais a cara do Brasil, já que “falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequentes da hierarquia social” (RIBEIRO, 2017, s.p.).

3.2 – Conceição Evaristo e sua escrevivência

Diante dessas discussões sobre a autoria feminina, não poderíamos deixar de tratar da escrevivência de Conceição Evaristo, termo cunhado pela autora e que tem gerado um burburinho na cena literária, sobretudo por seu uso equivocado, já que, de acordo com a autora, o conceito se aplica à realidade e escrita da mulher negra. Não é uma forma de escrita universal, “escrevivência surge de uma prática literária cuja autoria é negra, feminina e pobre” (EVARISTO, 2020, p.29). Assim, ao tratar da escrevivência a autora propõe em seus escritos um resgate da memória e de todo o sofrimento provocado pela diáspora negra. Em outras palavras, sua literatura torna-se em uma ‘escrita da vivência’ ao apropriar-se das histórias de seu povo, transformando-as em matéria literária. Isso se evidencia pela sua história de vida, como se lê a seguir:

Dona Joana Josefino Evaristo Vitorino, sua mãe, e a já falecida tia Maria Filomena da Silva, assim como outros membros de sua família, conseguiam encontrar tempo para contar histórias aos pequenos e registrar muitas delas em cadernos que eram grafados a lápis, depois de lavarem e passarem a roupa da freguesia. Esses manuscritos ainda estão guardados pela escritora, recordando a dura rotina de trabalho e estudo, exigência da mãe severa, preocupada com o futuro dos seus nove filhos (DIONISIO, 2013, p.28).

Diante disso, é possível compreendermos que seus escritos estão baseados na experiência de seus familiares, que são representantes da população negra e de todo sofrimento vivido. Logo, é possível inferir que sua narrativa traz em seu cerne questões que são próprias da experiência que essas pessoas e seus antepassados tiveram com a escravidão, amplificando a ideia de trazer à tona esses fatos que outrora eram minimizados ou sequer colocados em pauta, tanto dentro quanto fora da Literatura. A autora usa, ainda, outra expressão que exemplifica essas experiências que são transportadas para o literário: o sumo da história. Com essa estratégia, ela consegue explicar que vai a fundo no material que possui, que são as memórias de seus antepassados que viveram na pele a escravidão. Conceição Evaristo fala, ainda, sobre a 'aparecência', que seria a utilização do linguajar belo-horizontino, explorando as palavras que são utilizadas pelas pessoas que vivem em seu entorno. Todas essas características peculiares de seu projeto narrativo corroboram sua verve realista.

Essas lembranças e memórias, que são repassadas de geração em geração e que passam a fazer parte do universo literário construído pela autora, demonstram a importância do olhar do negro para as histórias vivenciadas pelos antepassados, compondo, dessa maneira, a autoria

negra. A partir do momento que se tem pessoas negras contando sua própria história, se produz um novo olhar sobre os acontecimentos e criam-se possibilidades de ressignificação e mudança de realidade.

Esse processo criativo nos ajuda a entender como a escrita negra funciona e sua própria criação literária está vinculada a esse conceito, que propõe uma imersão nessas vivências, e diz:

Pensar a Escrevivência como um fenômeno diaspórico e universal, primeiramente me incita a voltar a uma imagem que está no núcleo do termo. Na essência do termo, não como grafia ou como som, mas, como sentido gerador, como uma cadeia de sentidos na qual o termo se fundamenta e inicia a sua dinâmica. A imagem fundante do termo é a figura da Mãe Preta, aquela que vivia a sua condição de escravizada dentro da casa-grande (EVARISTO, 2020, p.29).

Como já vimos anteriormente, ao desenvolver o conceito, Evaristo traz para a literatura a potência das mulheres negras e, ao mesmo tempo, a ternura que existe nessa escrita, sobretudo a que está atrelada a mãe preta, figura tão explorada pelo sistema colonial, mas que representa toda a afetuosidade que essas mulheres dispensavam aos colonizadores.

E a Mãe Preta se encaminhava para os aposentos das crianças para contar histórias, cantar, ninar os futuros senhores e senhoras, que nunca abririam mão de suas heranças e de seus poderes de mando, sobre ela e sua descendência. Foi nesse gesto perene de resgate dessa imagem, que subjaz no fundo de minha memória e história, que encontrei a força motriz para conceber, pensar, falar e desejar e ampliar a semântica do termo. Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças (EVARISTO, 2020, p.30).

A possibilidade de escrever na contemporaneidade, resgatando essas memórias e vivências, porém, ressignificando o passado, é o que dá sentido a escrevivência das mulheres negras. Ela rompe com todos os padrões predeterminados pelos séculos de apagamento e silenciamento dessa população, sobretudo das mulheres. A escrevivência, assim, “articula em seu bojo uma dialética entre escrita e experiência”, pois é estratégica, “porque se destina a enunciar tessituras de sujeitos que têm sido mantidos em silêncio, e cujas experiências não são vertidas em arquivo – permitindo o sono tranquilo dos “da casa-grande”. Ela também “gera um

espaço de reflexão sobre o fundamento da escrita na organização subjetiva das mulheres negras” (MIRANDA, 2019, p.190).

Nossa escrevivência traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana. Uma condição particularizada que me conduz a uma experiência de nacionalidade diferenciada (EVARISTO, 2020, p.30).

Nessa passagem temos um elemento novo, que é a inserção da experiência diaspórica. A escrita negra propõe uma reflexão que transcende a experiência da escravização, ela traz consigo o conhecimento de um povo que tinha uma vida e uma cultura em outro continente. Em outras palavras, há um imbricamento do que existia antes, da viagem ultramarina e tudo que ocorreu após a chegada nas Américas. E a autora sentencia, “escrevivência, antes de qualquer domínio, é interrogação. É uma busca por se inserir no mundo com as nossas histórias, com as nossas vidas, que o mundo desconsidera. Escrevivência não está para a abstração do mundo, e sim para a existência, para o mundo-vida” (2020, p.35).

Fernanda Miranda nos auxilia no entendimento desse conceito ao afirmar que a escrevivência

trata-se de um conceito que alça a escrita como uma performance de retomada de posse da própria vida e da história, e, por estes motivos, se aproxima e conversa com inúmeras produções literárias das mulheres negras que tem articulado *escrita e poder* em múltiplas localidades do globo (MIRANDA, 2019, p.190, *grifo da autora*).

Há uma tomada de poder no processo de escrita da mulher negra. Ao escrever, as mulheres passam a ser protagonistas das próprias histórias, deixam de ser escritas para escreverem sobre si. Esse movimento desestabiliza a ordem, pois propõe novas perspectivas que contestam o que está estabelecido. A literatura de autoria feminina demonstra que não existe um passado consolidado como se fez supor a hegemonia dominante. Ela revela uma necessidade e uma busca constante por reconhecimento, por autodefinição, por conhecimento e aceitação de si, da própria história e, principalmente, da revelação de novas perspectivas em relação aos negros, antes invisibilizados e silenciados. Miranda acrescenta,

[...] o fato de a escrevivência posicionar abertamente um sujeito social (a mulher negra) como sujeito de fala (do texto literário) – ou seja, visibilizar a autora negra produzindo abertamente seu universo ficcional assentada sob o chão da sua experiência (que é pessoal, mas também histórica, política, coletiva, como a de todos os indivíduos em sociedade) – resvala em uma recepção que, no limite, é capaz de ler os textos fora da condição de ficcionalidade, gerando um universo interpretativo muitas vezes centrado em abordagens sociológicas do texto literário [...] (MIRANDA, 2019, p.193).

A partir dessa perspectiva, afirmamos que o texto de Evaristo nos é fundamental para compreender a perguntar que rege esse estudo: o que é ser mulher? O texto literário nos apresenta questões que transcendem o literário e nos permite analisar o que é ser uma mulher negra e as diferenças que existem com outras formas de existência feminina. O texto de Evaristo é potente nesse sentido, pois ela ficcionaliza as histórias de seu povo. Ao tirar o “sumo das histórias” ela nos apresenta a “realidade” da mulher negra. Essa possibilidade de escrever, de contar a própria história conquistada pelas mulheres negras dialoga de maneira profunda com a percepção de escrita de Glória Anzaldúa, que afirma escrever “porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome” e para “registrar o que os outros apagam quando falo”. Nessa perspectiva da escrevivência, Conceição Evaristo fala sobre a construção das personagens de Ponciá Vicêncio.

Em Ponciá Vicêncio, temos a representação do branco, com personagens também ausentes. Os brancos significam a personificação do poder. São eles os donos de terra. Uma personagem branca aparece em poucas linhas no relato, a patroa de Bilisa, a mãe que faz vistas grossas e permite ao filho entrar no quarto da empregada para iniciar a sua experiência sexual (EVARISTO, 2020, p.28).

A autoria negra pressupõe a focalização da escrita na construção e reconstrução da história negra, priorizando as experiências de quem escreve e seus antepassados. Logo, as personagens brancas não são muito desenvolvidas nesse cenário, e acrescenta: “pode-se concluir que a construção de personagens brancas em meus textos é sempre representativa e alguma forma de poder” (2020, p.28). Assim, elas ocupam o papel de mando, pois era o que faziam, mas o objetivo é dar destaque aos negros.

No que tange às personagens negras, a autora acrescenta: “são personagens ficcionalizados que se con(fundem) com a vida, essa vida que eu experimento, que nós experimentamos em nosso lugar ou vivendo con(fundido) com outra pessoa ou com o coletivo, originalmente de nossa pertença” (2020, p.31). Aqui Evaristo nos deixa claro que seu objetivo é contar os negros, evidenciar suas histórias e, além disso, ressignificar o que essas histórias

representam para seu povo, desmistificando o lugar de subalternidade ao dar protagonismo aos negros. Essa mistura das experiências coletivas com as experiências pessoais, somadas ao poder de falar dado às mulheres resulta numa escrita potente, capaz de modificar o entendimento que podemos ter sobre a condição feminina.

Por exemplo, por que a personagem Ponciá Vicêncio comove todas as pessoas? Creio que é por ela ser uma personagem cuja vivência é marcada pela experiência de uma solidão profunda [...] A solidão é uma experiência da condição humana. [...] Creio que conceber escrita e vivência, escrita e existência, é amalgamar vida e arte, *Escrevivência* (EVARISTO, 2020, p.31).

Essa visão universal do sofrimento de Ponciá torna a obra da autora um clássico, já que é isso que caracteriza o que se é considerado boa literatura, o poder de tocar os leitores em suas dores mais profundas. E finalizamos essa sessão com a seguinte passagem “assim como a escritora ou o escritor ao inventar a sua escrita, pode deixar um pouco ou muito de si, consciente ou inconscientemente, creio que a pessoa que lê, acolhe o texto, a partir de suas experiências pessoais, se assemelhando, simpatizando ou não com as personagens” (2020, p.32). Ele nos remete sobre a importância da escrita feminina, aqui em destaque a escrita negra produzida a partir da perspectiva da *escrevivência* de Conceição Evaristo, que potencializa o que é preciso ser dito sobre a condição feminina das mulheres negras, já que a “*escrevivência* nunca foi uma mera ação contemplativa, mas um profundo incômodo com o estado das coisas. É uma escrita que tem, sim, a observação e a absorção da vida, da existência” (2020, p.34).

3.3 – Crítica feminista – uma união de vozes

Diante dos apontamentos em relação à escrita feminina e suas nuances permeadas pela raça, surge a necessidade de pensarmos a crítica literária que é feita por mulheres a partir das peculiaridades que já destacamos. Assim, fazer uma leitura literária a partir da crítica feminista é pensar a narrativa pela perspectiva das mulheres, que é perpassada pelas relações de poder que existem na sociedade. Pensar gênero, classe e raça na literatura, sobretudo a de autoria feminina, é fazer uma leitura política. Em outras palavras, essa leitura não pretende apenas marcar diferenças sexuais entre masculino e feminino, mas olhar para questões de cunho histórico, cultural e social que estão intimamente relacionadas à condição e escrita feminina. Vale acrescentar algumas conclusões já desenvolvidas.

Entendemos que é quando os movimentos de crítica feminista e revisão do cânone ganham destaque que a literatura de autoria feminina emerge, abrindo espaço para que discursos como o de Oribela passem a existir e se proliferar fortemente. Quando tratamos da literatura que versa sobre mulheres não queremos propor um tipo de literatura que se restringe ao universo feminino, tão pouco limitá-la a assuntos inerentes apenas a esse universo. Queremos justamente o contrário, trazer para o texto literário esse olhar diferente para a figura feminina, deixar de lado uma representação limitante que determina a mulher ora como demônio ora como a bela do lar, discreta e que está sempre em busca do amor romântico (PEREIRA, 2019, p.63).

Pensando a crítica a partir de *Desmundo*, entendemos essa necessidade de romper com as ideias preestabelecidas disseminadas pelo cânone, majoritariamente masculino, que além de barrar a participação feminina na literatura, disseminava preceitos machistas e associados à biologia que auxiliaram na manutenção dessa subalternidade. Acrescentamos,

Ao analisarmos Oribela desmistificamos essa representação justamente por termos uma narradora de 13 anos, órfã, retirada de sua terra natal contra sua vontade, casada a força com um colono muito mais velho que ela, mas que, ainda assim, não se curva. Em outras palavras, queremos que haja dentro da literatura espaço para que a voz feminina seja expressa, marcada por sua diferença em relação ao discurso hegemônico, mas que traz consigo a mesma qualidade narrativa que a dignifica a ocupar espaço no cânone (PEREIRA, 2019, p.63).

Ter uma narradora infanto-juvenil, combativa e assertiva, diz muito sobre o que as personagens têm a dizer sobre si. Analisá-la com as ferramentas adequadas traz, ainda mais, elementos para a quebra das barreiras já discutidas anteriormente. Assim, relacionando o debate da autoria feminina com a crítica feminista, entendemos que,

É em busca da mudança da cultura patriarcal que subjuga e exclui as mulheres que discussões como essa tornam-se cada vez mais importantes. A literatura de autoria feminina é, nesse sentido, uma força que milita na reconstrução dessa cultura. À medida que autoras ganham visibilidade dentro da cultura letrada, tão importante para a formação das pessoas, os assuntos por elas tratados passam a ser constitutivos de uma nova cultura (PEREIRA, 2019, p.66).

Essa mudança de perspectiva literária, tanto no que diz respeito à escrita quanto à crítica, se amplifica quando inserimos a questão de raça. Se a raça das mulheres muda de maneira significativa a forma de opressão, essa condição também altera a forma da escrita, como vimos

com o conceito de escrevivência, e muda, ainda, as concepções críticas. Nesse sentido, trazemos para o debate a perspectiva de Conceição Evaristo,

Meu texto literário não é inocente, a crítica e os ensaios são menos inocentes ainda. Creio que se há uma produção, pelo menos a meu ver, que fica muito difícil você traçar entre a cidadã/cidadão e a escritora/escritor é a de nossa autoria. [...] Quando me debruço para construir uma ficção, uma narrativa ou um poema, um texto ensaístico, não me desvencilho da minha condição de cidadã, negra, brasileira, viúva, mãe de Ainá... Toda a minha subjetividade é a subjetividade da escritora (EVARISTO, 2020, p.41).

Esse excerto sintetiza o que é a escrita e a crítica feminina. Traz a potência e a denúncia atreladas ao debate de desconstrução dos padrões de gênero, impostos pelo Estado patriarcal. Não há como ser imparcial ou isento. É preciso ir direto ao ponto da discussão, apontar o que sempre foi mantido em silêncio a critério de quem interessava manter a crítica e a literatura como mecanismo imparciais e objetivos. Diante disso, para entendermos o potencial transformador da escrita e da crítica feminina, é importante falarmos sobre a epistemologia da crítica literária, que sempre esteve associada ao universalismo masculino, e a necessidade de mudar a forma de percebermos como as questões teóricas influenciam na visão que temos dos textos, da escrita e da importância social que cada um tem, já que durante muito tempo as mulheres estiveram apartadas desse universo.

Esse exercício nos permite visualizar e compreender como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? de quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (KILOMBA, 2019, p.50).

A academia e a crítica literária sempre foram dominadas pela linguagem de poder do homem branco europeu. Isso significa que conhecimentos fora desse escopo sempre foram ridicularizados ou menosprezados. Em outras palavras, qualquer conhecimento vindos de outras fontes eram considerados menores ou não científicos. Kilomba denuncia em sua obra que há um questionamento constante em relação a produção acadêmica vinda da margem, já que sempre são colocadas como subjetivas e ‘emocionais’. E acrescenta a impressão dos outros sobre sua escrita “Você tem uma perspectiva demasiado subjetiva”, “muito pessoal”; “muito emocional”; “muito específica”; “Esses são fatos objetivos?” (2019, p.51). Existe uma falsa

ideia de que a escrita masculina branca é dotada de objetividade, sendo considerada como universal. Mais uma falácia inventada para justificar a hegemonia falocêntrica.

De uma forma ou de outra, estamos todas envolvidas em pesquisas de caráter teórico-crítico num contexto onde pesquisa, ou a busca do saber, tradicionalmente significou a desvinculação do universo do conhecimento de seus esteios empíricos, dos sujeitos historicamente concretos produtores de conhecimento, fato esse que construiu a ilusão do saber como algo absolutamente neutro e autônomo, de natureza antagônica à ideologia e resistente a toda e qualquer contaminação de subjetividade (SCHMIDT, 1994, p.24).

Schmidt coloca em debate essa ausência de envolvimento do sujeito que faz a pesquisa em seus resultados, perpetuando a ilusão do saber neutro, livre de subjetividade, o que na prática sabemos ser impossível. A escolha de um tema ou um recorte de pesquisa já indica determinada tendência do pesquisador, pois a decisão passa por seu crivo pessoal. Esse cenário de pretensa objetividade se agrava quando inserimos gênero e raça ao debate. “Na ótica acadêmica tradicional, como sujeitos do processo de pesquisa que se posicionam como mulher, não podemos pensar o nosso objetivo com a devida isenção, o que compromete a priori a cientificidade e, conseqüentemente, a seriedade do trabalho (1994, p.24).

[...] o que fazemos não se reduz ao pensamento tendencioso dos que nos discriminam e/ ou trivializam, argumentando que nos ocupamos de coisas de mulher, o que por si só evidencia o androcentrismo renitente da academia, o qual tem tradicionalmente definido o que é de peso intelectual em oposição ao que é irrelevante. É preciso registrar que nós, mulheres, enfrentamos o paradigma de uma longa tradição cultural. Já no âmbito da sociedade e cultura grega, o interesse pela emancipação se opusera ao logos (SCHMIDT, 1994, p.25).

Schmidt estava discutindo essa questão no final do século XX e seguimos com a mesma luta dentro da academia. Ainda é preciso enfatizar a necessidade de um posicionamento crítico que leva em consideração as diferenças existentes entre os indivíduos, aqui evidenciado pela diferença racial entre as mulheres. Como já vimos em outros momentos, se há uma barreira impedindo mulheres brancas a adentrar o universo acadêmico, essa dificuldade se torna ainda maior quando pensamos nas mulheres negras, como já destacamos no pensamento de Grada Kilomba. Schmidt amplia ao dizer que,

É interessante observar que, se considerarmos a reivindicação de verdade para muitas afirmativas sobre a mulher e sua natureza em textos da filosofia e ciências modernas, teremos forçosamente de colocar esses textos sob suspeita, pois seus métodos, dito neutros, estão efetivamente corroborando o ponto de vista de um sujeito socialmente construído - o sujeito masculino - empenhado em legitimar uma determinada forma de apreensão do objeto. As implicações políticas da consciência objetivo-racional que alimenta o discurso científico tradicional tornam-se evidentes. A proclamada cientificidade sustenta, sob o disfarce da lógica, uma tendência autoritária, estreitamente relacionada com a manutenção da hierarquia masculino / feminino, central ao pensamento patriarcal e à sociedade (SCHMIDT, 1994, p.26).

A crítica e a escrita de mulheres vem tentando fazer justamente isso ao longo do tempo, demonstrar que o essencialismo apregoado sobre as mulheres é uma grande falácia construída em benefício daqueles que defendem a isonomia da ciência. E como aponta a pesquisadora, as consequências políticas e sociais são avassaladoras. Durante muito tempo as mulheres, os negros, os indígenas e tantos outros povos permaneceram a margem da sociedade devido a disseminação de ideias falsas sobre suas formas de vida, sobre sua cultura, sua biologia etc.

Na perspectiva da escrita negra, acrescentamos:

[...] autores negros e negras recebem um tratamento que ora é de vilipêndio ora é de adulação acrítica. Essa operação, quando bem-sucedida, tem o efeito de neutralizar qualquer plano de reforma radical da crítica acadêmica [...] À disposição para manipulação imediata, há somente propostas tímidas de intervenção na aparência desses sistemas, mas jamais em suas estruturas. Aceita-se a substituição de certas peças no tabuleiro, mas nunca a eliminação do tabuleiro. Sacrificam-se alguns agentes para se salvar o formato. Obras entram e saem do cânone, mas o cânone, enquanto ponto nevrálgico, ao redor do qual a cultura letrada diz se movimentar, permanece intacto, como conceito (AZEVEDO, 2021, p.32).

Como já dito, a luta para romper com o que está preestabelecido pelo cânone é antiga e segue atual dada a dificuldade de romper barreiras. A luta dos movimentos sociais para emancipação do povo negro, a luta empreendida pelos movimentos feministas e suas várias vertentes, inclusive a crítica literária feita a partir desses movimentos ainda não deram conta de ultrapassar as barreiras do cânone. Por isso esse debate é importante, para entendermos em que cenário as obras e a crítica aqui empreendida estão inseridas.

[...] “Os estudos literários ainda tendem a se isolar das práticas materiais e dos significados ideológicos, como se o processo do conhecimento não fosse discursivo e como se o objeto pudesse falar por si e não pelo discurso de um sujeito que o interpreta”, acrescenta Schmidt (p.27). Pela próprio conceito de escrevivência entendemos que esse isolamento não é possível, no entanto, a barreira da hegemonia segue forte quando pensamos na literatura feita

fora do padrão. Esse padrão precisa ser rompido já que a escrita literária está permeada pelas vivências e impressões de seu autor, representa seres reais, é construída pela linguagem, tudo isso confirma que não é possível que seja objetiva, como querem fazer crer.

Schmidt sentencia sobre a crítica feita por mulheres,

Contraopondo-se à tendência dos estudos literários tradicionais, a teoria crítica feminista rejeita a noção de verdade não mediada ao postular que toda conquista de conhecimento se dá por mediações de uma série de fatores relacionados à posição específica do sujeito do processo de pesquisa numa determinada formação sócio-política e num determinado momento da história. O desdobramento desse postulado leva à afirmação de que qualquer reivindicação de verdade sobre o objeto só pode ser avaliada dentro de variáveis contextuais em permanente tensão, o que implica uma recusa à objetificação. A abertura para o jogo de diferenças no nível do sujeito e no nível do objeto, jogo esse que interpenetra o processo de significação / interpretação / conhecimento, constitui um dos fundamentos do quadro epistemológico da teoria crítica feminista (SCHMIDT, 1994, p.28).

Diante disso, concordamos que a crítica é política e social, é intencional, serve a um propósito que, nesse caso, passa por desmistificar os ideais patriarcais que a literatura contribuiu para disseminar. Por isso, “a inserção do sujeito no campo do estudo, inconcebível na ótica da pesquisa tradicional ou tradição de pesquisa, emerge, pois, como outro fundamento da epistemologia feminista, repercutindo sobremaneira na questão do método” (p.28) que, como já dito anteriormente, passa por uma escolha que é individual do pesquisador, ou seja, “todo método recorta o objeto a ser investigado, impondo-lhe uma moldura, ao mesmo tempo que determina a forma de sua apreensão” (p.28).

Logo, a autora nos aponta que a crítica feminista abandona o princípio da cientificidade de classificar e julgar tradicionais, que partem de um ponto de vista neutro que anula o sujeito. A crítica feita por mulheres vai na direção oposta justamente por acreditar que não há como fazer ciência sem a influência e percepção do pesquisador, principalmente quando se pensa nas questões de linguagem, como já discutimos com Grada Kilomba e que enriquecemos com Schmidt,

Uma vez que a subjetividade só se constitui como tal na e pela linguagem e que o processo de conhecimento se configura como prática discursiva por excelência, pode-se afirmar que é no horizonte do diálogo intersubjetivo, isto é, no reconhecimento, comunicação e consenso entre vários sujeitos de pesquisa que a noção metodológica de verdade pode ser articulada. A crítica feminista afasta assim o risco da má subjetividade, a subjetividade como privilégio da consciência solipsista, segundo pensamento humanista de base

cartesiana, ao postular a intersubjetividade como espaço de validação e verdade (SCHMIDT, 1994, p.31).

De acordo com o Azevedo temos algumas mudanças nas peças do tabuleiro do cânone, e nada muda de maneira concreta. Porém, é possível dizermos que aos poucos as brechas estão sendo abertas. Prova disso é a extensa produção acadêmica que aponta para essas questões, como é o que tem sido feito aqui. E, como aponta Schmidt, essas fraturas no cânone tem sido feitas com o crescimento da produção feminina, seja na literatura, seja na crítica, que vai, como afirma a autora, inserindo a subjetividade como espaço de “validação e verdade”, quebrando a ideia da objetividade falaciosa.

Arrematamos esse debate sobre a subjetividade com as reflexões de Bellin,

Ao discutir as tendências da crítica literária na contemporaneidade, não podemos nos esquecer do feminismo e dos estudos de gênero, que desde a década de 1970 têm abalado o cânone da crítica tradicional ao propor um modelo de análise literária que leva em consideração o gênero de autoria das obras, o gênero do leitor e as questões relativas ao papel da mulher como leitora e como escritora. [...] pretende-se enfatizar as relações da literatura com o mundo social, mostrando de que forma as representações de gênero estão relacionadas com valores, atitudes e crenças enraizadas em uma sociedade (BELLIN, 2011, p.02).

Percebemos que não há como desvincular a literatura e a crítica da subjetividade de quem a produz. Como já vimos com Regina Dalcastangè, a contemporaneidade trouxe a possibilidade de contestação desse território que, no passado, era completamente dominado pela figura masculina. A partir do momento que só o homem fazia literatura havia apenas um ponto de vista sendo levado em consideração. Mas é preciso ter cuidado e fugir da essencialização.

É fato que a grande maioria dos escritores era homem, mas é um reducionismo interpretar qualquer obra literária levando em conta apenas o gênero de autoria, pois corre-se o risco de cair em uma biologização da literatura, e essa não é a finalidade de uma leitura feminista ou de gênero. Desta forma, não devemos reduzir a literatura a uma mera representação de atitudes, crenças e valores patriarcais, e sim interpretá-la como o espaço no qual se articulam e se materializam as posições sociais de homens e mulheres ao longo dos séculos (BELLIN, 2011, p.04).

Esse é um ponto fundamental do debate. Não adianta reivindicar uma nova forma de fazer crítica e incorrer no erro que estamos lutando para corrigir. Não é uma questão apenas de marcar o gênero, tampouco determinar a subjetividade. Não queremos, de maneira nenhuma, transformar a crítica em algo relacionado à biologia, ao contrário, precisamos compreender as

nuances para não cair na falácia na universalização de um único ponto de vista, que exclui todos os outros. Portanto, “não podemos incorrer no erro do identitarismo, é necessário marcar a diferença para pensar no global” (RAGO, 2019, p. 374). É preciso seguir em frente e trazer perspectivas outras para o debate.

Bellin traz outro ponto fundamental para pensar a literatura e a crítica feminina.

[...] uma leitura feminista e/ou de gênero leva em consideração, na análise de uma obra, o gênero do autor, o gênero do leitor e as configurações sociais que permeiam a vida de homens e mulheres, o que não quer dizer que o texto literário seja uma “cópia” ou um mero reflexo da realidade, pelo contrário: ele é um amálgama de dados ficcionais e reais, de forma que a realidade nunca é refletida na estrutura ficcional, e sim filtrada por fatores estéticos (BELLIN, 2011, p.10).

Fica evidente, portanto, que não há uma intenção de pensar apenas ‘questões de mulher’, mas de olhar para as representações femininas de maneira mais ampla, considerando nuances antes esquecidas. Também não é possível olhar para essa literatura como uma reflexo puro da realidade. A correspondência existe, como veremos adiante, mas não é uma condição predeterminada e nem limitante. Além desses pontos levantados até aqui, é preciso dizer que “as convenções estéticas, por sua vez, são também produtos sociais, capazes de dizer muita coisa sobre a época em que foram produzidas” (2011, p. 10). Logo, numa época em que há total questionamento sobre o cânone, é normal que haja questionamento sobre os valores estéticos impostos por ele, e a crítica feminina faz isso.

Assim, não há como negar que “[...] a crítica feminista tem colaborado para discussões nos centros acadêmicos” (BRANDOLT, 2015, p.266). Há, nesse sentido, “uma disposição abrangente de rever as localizações periféricas, como instrumento de percepção e reflexão do novo habitat humano, onde as mulheres retomam a ambiguidade da história cultural associada a uma cultura hegemônica” (2015, p.266). Essa movimentação promovida pela inserção feminina na academia nos leva a pensar também nas questões raciais, foco central desse estudo.

Para finalizar essa sessão e já tratar com mais especificidade do feminismo, discussão central do próximo capítulo, trazemos alguns apontamos de Margareth Rago sobre a epistemologia baseada em gênero e fundamentada a partir dos movimentos feministas.

O feminismo tem produzido não apenas uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nessa esfera. Além disso, se considerarmos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que já

classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico (RAGO, 2019, p.373).

Destacamos desse excerto a palavra contradiscurso, pois ela sintetiza nossos objetivos. Entendemos que é preciso ir à contramão para ver o que ainda não foi mostrado, que foi silenciado. A autora traz uma nova perspectiva para o que já foi discutido:

Em outras palavras, conforme apontam as feministas, os conceitos com que trabalham as ciências humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao modelo de homem branco heterossexual civilizado do Primeiro Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste padrão referencial (RAGO, 2019, p.374).

Aqui Rago nos aponta que é preciso rompermos com a epistemologia arraigada na ciência. Novos olhares, fora da universalidade masculina, produz novas ideias e perspectivas. E retoma questões da linguagem já discutidas ao dizer que “o discurso, visto como prática, passa a ser percebido como a principal matéria-prima do historiador, entendendo-se que se ele não cria o mundo, apropria-se deste e lhe proporciona múltiplos significados (RAGO, 2019, p.376). E arrematamos,

Portanto, o feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade [...] Uma nova ideia da produção do conhecimento: não o cientista isolado em seu gabinete, testando seu método acabado na realidade empírica, livre das emoções desviantes do contrato social; mas um processo de conhecimento construído por indivíduos em interação, em diálogo crítico, contrastando seus diferentes pontos de vista, alterando suas observações, teorias e hipóteses sem um método pronto (RAGO, 2019, p.380).

Diante disso, compreendemos que tudo que envolve as mulheres, com destaque para a literatura e crítica feminina, impulsionadas pelo feminismo, apresenta fatos e dados que desestabilizam o que está posto como universal. Ao unirmos duas obras literárias contemporâneas, escrita por mulheres e que tratam de personagens plurais, estamos contribuindo para essa subversão, para uma mudança de foco e perspectiva. Ao analisarmos os feminismos a seguir, essas nuances ficarão ainda mais evidentes.

4 – FEMINISMOS PLURAIS

*Movimentos feministas criaram o
contexto para mulheres se conectarem.*

*Não nos juntamos para ficar contra os homens;
juntamo-nos para proteger nossos interesses de mulher.*

bell hooks

Discutidas as questões de autoria e crítica feminina, sempre da perspectiva da diferença entre as mulheres, é necessário pensarmos o movimento feminista a partir de suas formas de apresentação. Não há, portanto, um movimento uno, o feminismo é plural assim como as mulheres. Nesse sentido, objetivamos apresentar algumas dessas nuances para nos ajudar a compreender as obras estudadas e, principalmente, a representatividade que as personagens, Oribela e Ponciá, trazem para a complexidade da condição feminina expressa na literatura.

O termo feminismo pode ser caracterizado como “um processo que tem raízes do passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada [...] contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias” (ALVES, PITANGUY, p.07), ou seja, não há uma definição concreta e estanque, uma determinação única. Algumas características gerais do movimento merecem destaque:

O feminismo procurou, em sua prática enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo [...] caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, assim como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher e onde se fortalece a solidariedade (ALVES, PITANGUY, p.08).

Independentemente de quem promove o debate, sempre há na base das discussões a proposta de emancipação feminina, livrando-se de amarras impostas pela sociedade em que esteja inserida, num movimento de valorização das experiências das mulheres, dando enfoque à condição feminina e ao seu ponto de vista sobre determinados assuntos. Vale trazeremos alguns dados da história do movimento para compreendermos as bases que fundamentam essa luta.

O termo *feminismo* foi primeiro empregado nos Estados Unidos por volta de 1911, quando escritores, homens e mulheres, começaram a usá-los no lugar das expressões utilizadas no século XIX tais como *movimento das mulheres* e *problemas das mulheres*, para descrever *um novo movimento na longa história*

das lutas pelos direitos e liberdades das mulheres (GARCIA, 2015, p.09, grifo da autora).

Como aponta Garcia, o termo feminismo é recente e passou a ser utilizado para caracterizar a organização feminina em prol de seus direitos essenciais. Vale ressaltar que a palavra feminismo traz consigo um grande peso e, em muitas circunstâncias, é rejeitada e ridicularizada, seja por desconhecimento de suas realizações, seja por uma tentativa de impedir o avanço de suas pautas e discussões, já que a emancipação feminina muda a engrenagem do sistema patriarcal. Assim, pode ser definido,

como a tomada de consciência das mulheres como um coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social (GARCIA, 2015, p.10).

Enquanto organização social e política, o feminismo torna-se uma consciência crítica em relação às mulheres e seus papéis sociais, também é uma forma de encarar o sistema que determina o masculino como universal e que deixa de lado as nuances de gênero existentes na sociedade. Dessa forma, há uma luta contra o patriarcado enquanto um sistema político que exerce domínio sobre as mulheres em todos os campos, no trabalho, na família, nas relações sexuais. Essa perspectiva ampla fez com que as mulheres percebessem que o pessoal é político. Foi por meio do movimento que “as mulheres se deram conta de que aquilo que pensavam ser problemas individuais eram experiências comuns a todas [...] Durante séculos as mulheres acreditaram que a culpa pela violência que sofriam era delas” (GARCIA, 2015, p.13).

Assim, é importante pensar o que é o patriarcado. O *Dicionário Crítico do Feminismo* traz um resgate semântico da palavra e nós destacamos dois significados. O primeiro está alicerçado na religiosidade e se apresenta da seguinte forma “Antes do século XIX e da aparição de um sentido ligado à organização global da sociedade, o patriarcado e os patriarcas designavam os dignitários da Igreja, seguindo o uso dos autores sagrados, para os quais patriarcas são os primeiros chefes de família a viverem, seja antes, seja depois do Dilúvio” (HIRATA [et al], 2009, p.173).

O segundo é mais recente e se aproxima da definição dada pelas feministas dos anos 70, que diz: “[...] o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação

masculina’ ou de opressão de mulheres” (HIRATA [et al], 2009, p.173). Ambas as definições estão atreladas e servem como base para entendermos uma sociedade que está centrada na figura masculina, o que garante o papel de dominador sobre as mulheres. É contra esse sistema social que o movimento feminista organiza sua luta.

Trazemos a discussão do movimento feminista para a realidade brasileira, para pensarmos como essa organização é fundamental para o surgimento das obras que nos propomos a analisar. No Brasil o movimento tem contornos específicos demonstrados por Constância Lima Duarte em *Feminismo: uma história a ser contada*, de 2019. A autora aponta para a dificuldade de aceitação da palavra feminismo no contexto brasileiro, sobretudo pelo constante movimento de descredibilização da organização feminina, mas ressalta que há muitos avanços a serem comemorados.

Pode-se dizer que a vitória do movimento feminista é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais se tornaram parte integrante da sociedade, como o direito de a mulher frequentar a universidade, escolher sua profissão, receber salários iguais e candidatar-se ao que quiser. Tudo isso, que já foi um sonho utópico, faz parte do dia a dia da mulher brasileira e ninguém pode imaginar um cenário diferente (DUARTE, 2019, p.25).

Essa vitória é inquestionável. Hoje a organização feminina transcende diversas barreiras, antes intransponíveis devido à prevalência da figura masculina nos espaços de poder. Hoje a mulher transita em todas as esferas sociais e tem sua liberdade garantida e apoiada pela legislação. Mas para que esses direitos sejam de fato garantidos em sua integralidade, é importante que o movimento em si seja respeitado e valorizado, contando sua história, “os momentos iniciais dessa luta – contra os preconceitos mais primários e arraigados – e considerar aquelas mulheres que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas” (DUARTE, 2019, p.26).

Para atender a essa necessidade de conhecermos a história do movimento no Brasil, Duarte faz uma breve descrição das fases pelas quais o movimento passou no país, destacando sua relevância na conquista dos direitos femininos. A autora fala da “existência de pelo menos quatro momentos áureos na história do feminismo brasileiro” (2015, p.26).

Quando se inicia o século XIX, as mulheres brasileiras, em sua enorme maioria, viviam enclausuradas em antigos preconceitos e imersas numa rígida indigência cultural. Urgia levantar a primeira bandeira, que não poderia ser outra que o direito básico de aprender a ler e escrever (então reservado ao sexo masculino). A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827, e até então as opções para educação de mulheres se

restringiam a alguns poucos conventos que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado, todos se ocupando apenas de preñar domésticas. Foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres, que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender os benefícios do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que defendia a ideia de que mulher não necessitava saber ler nem escrever (DUARTE, 2019, p.27).

Nessa primeira fase a movimentação é em torno do direito ao conhecimento. A luta começa por garantir que as mulheres pudessem sair das sombras da ignorância tendo acesso às escolas. Essa mudança garantiria uma maior liberdade em relação às suas vidas, já que o conhecimento poderia trazer novas perspectivas, integrando as mulheres na sociedade, já que até esse momento o espaço doméstico é seu único lugar de pertencimento. Duarte traz para o debate o pensamento de Nísia Floresta, notável brasileira que lutou pela inserção feminina nas escolas por saber que esse acesso seria fundamental para a emancipação feminina. Ao traduzir livremente a obra *A Vindication of the Rights of Woman: with Strictures on Political and Moral Subjects* (1792), de Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta traz para o Brasil a perspectiva europeia de luta pelo direito feminino. Enquanto lá o debate estava centrado na educação precária existente, “aqui as solicitações eram ainda primárias, pois mesmo a alfabetização mais superficial esbarrava em toda sorte de preconceito” (2019, p.29). É Nísia Floresta que identifica que o tratamento dispensado às brasileiras é herança da colonização portuguesa.

Ao propiciar o acesso à educação feminina, muitos avanços são atingidos e garante que haja a segunda fase do movimento, que “surge por volta de 1870, e se caracteriza principalmente pelo espantoso número de jornais e revistas de feição nitidamente feminista, editados no Rio de Janeiro e em outros pontos do país” (2019, p.31). O surgimento de uma imprensa feminina é fundamental para a disseminação de novas ideias a respeito da condição das mulheres, garantindo que outras pessoas tenham acesso a esse conhecimento, deixando de ser restrito apenas ao universo feminino, como esclarece Duarte:

Em seus artigos, Francisca Senhorinha alertava às mulheres que o “grande inimigo” era a “ignorância de seus direitos”, que “a ciência dos homens” se encarregava de manter. E que apenas com a instrução seria possível “quebrar as cadeias que desde séculos de remoto obscurantismo os rodeiam”. O sucesso do periódico pode ser avaliado quando se sabe que foram impressos mais 4 mil exemplares dos primeiros dez números para anteder aos ilustres novos assinantes do Rio de Janeiro, como o imperador d. Pedro II e a Princesa Isabel (DUARTE, 2019, p.32).

Outra notória jornalista foi Josefina Álvares de Azevedo, que comandou o jornal *A Família*, que “destacou-se principalmente pelo tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina, questionando a tutela masculina e testemunhando momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos” (2019, p.33). Assim, essa segunda fase pode ser entendida como uma forma de consolidação do conhecimento e a disseminação das ideias feministas. Ter acesso à educação era fundamental para ter acesso a esses conhecimentos e ser agente de transformação.

A terceira onda surge desse crescente acesso das mulheres à informação, seja pela educação, seja pelos jornais que debatiam as temáticas feministas. Assim,

O século XX já inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho, pois queriam não apenas ser professoras, mas também trabalhar no comércio, nas repartições, nos hospitais e indústrias (DUARTE, 2019, p.35).

A medida em que há um avanço na tomada de consciência feminina, há uma ampliação nos objetivos almejados pelo movimento feminista. As mulheres passam a desejar mais coisas além do acesso à educação, passam a querer ocupar novos espaços, como é o caso do campo político, por meio do voto.

A década de 1920 foi particularmente pródiga na movimentação de mulheres. além de um feminismo burguês e bem-comportado que logrou ocupar a grande imprensa, com suas inflamadas reivindicações, o período foi marcado pelo surgimento de nomes vinculados a um movimento anarcofeminista, que propunha a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária, mas discordavam quanto à representatividade feminina ou à ideia do voto para a mulher (DUARTE, 2019, p.36).

Nessa passagem, Duarte aponta para uma questão que nos é cara nesse trabalho, as diferenças que podem existir dentro do feminismo. A autora fala do feminismo burguês e do anarcofeminismo, ambos são movimentos de emancipação, mas que contemplam mulheres diferentes. Como já vimos, a marcação dessa diferença é preponderante no entendimento das narrativas do *corpus*. Toda essa movimentação das mulheres em prol de seus direitos culmina na década de 1970, como aponta Duarte.

É nos anos 1970 que o feminismo tem seu momento mais exuberante, aquele que foi capaz de alterar radicalmente os costumes e transformar as reivindicações mais ousadas em direitos conquistados. O ano de 1975 tornou-se o Ano Internacional da Mulher, logo entendido por todo decênio (de 1975 a 1985), tal o estado de penúria da condição feminina, e tantas as metas para eliminar a discriminação. Encontros e congressos de mulheres se sucedem, cada qual com sua especificidade de reflexão, assim como dezenas de organizações, muitas nem tão feministas, mas todas reivindicando maior visibilidade, conscientização política e melhoria nas condições de trabalho (DUARTE, 2019, p.36).

Esse é um período crucial na história do Brasil e as mulheres participaram ativamente na luta por seus direitos individuais e na luta coletiva pela liberdade do país, já que “o movimento feminista teve marcas distintas e definitivas, pois a conjuntura histórica impôs que as mulheres se posicionassem também contra a ditadura militar e a censura, pela redemocratização do país, pela anistia e por melhores condições de vida” (2019, p.42). Vale ressaltarmos que essa característica brasileira do movimento não excluiu da pauta debates como a sexualidade, o direito ao prazer e ao aborto. Havia uma intensa participação política, mas sem perder de vista o projeto emancipatório feminino.

No campo político, as mulheres começaram a ocupar espaço nos partidos e a disputar eleições, nas diversas instâncias do poder, mas não ainda na amplitude desejada. Mesmo nas últimas décadas do século XX, foi possível assistir ao todo instante o registro de “pioneiras”, pois a mídia não se cansava de noticiar as conquistas feministas que ocorriam a todo instante: a primeira prefeita de uma grande capital, a primeira governadora, ou senadora, ministra, e por aí vai. Na década de 1980, grupos feministas ultrapassaram as divergências partidárias e se aliaram às 26 deputadas federais constituintes – o “charmoso lobby do batom” – como forma de garantir avanços na Constituição Federal, tais como a desejada igualdade de todos os brasileiros perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (DUARTE, 2019, p.43).

Duarte faz esse breve resumo da participação feminina na política brasileira, que fez frente a vários desmandos do poder patriarcal e conseguiu avanços importantes para a emancipação feminina. A autora finaliza sua revisão histórica do feminismo brasileiro falando sobre a “gradual acomodação da militância e o arrefecimento de uma história que começava a ser escrita” (2019, p.45), ocorrida a partir da década de 1990. Essas questões históricas são relevantes no entendimento do movimento feminista. No entanto, é preciso retomar uma questão já abordada no capítulo anterior sobre a autoria feminina. A revisão histórica feita por Duarte não contempla as especificidades do movimento feminista negro, que tem características distintas assim como as mulheres que o representam. Diante disso, vale tratarmos sobre suas especificidades e impactos na vida das mulheres negras.

4.1 – Feminismo Negro

Iniciamos esse debate trazendo o pensamento de Audre Lorde sobre as diferenças entre as raças e as presentes no movimento feminista.

Em algum lugar, no limiar da consciência, existe o que eu chamo de uma norma *mítica*, por meio da qual cada um de nós sabe, dentro do coração, que “esse não sou eu”. Na América, essa norma é comumente definida como branco, magro, macho, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável. É com essa norma mítica que as armadilhas do poder existem dentro da sociedade. Aqueles de nós que estamos afastados desse poder geralmente identificamos uma maneira pela qual somos diferentes, e supomos que essa é a causa básica de toda opressão, esquecendo outras distorções em torno da diferença, algumas das quais nós mesmos podemos estar praticando. De modo geral, dentro do movimento de mulheres hoje, as mulheres brancas se concentram em sua opressão como mulheres e ignoram diferenças de raça, preferência sexual, classe e idade. Existe a falsa aparência de uma homogeneidade de experiência sob a capa da palavra *irmandade* que de fato não existe (LORDE, 2019, p.241).

Essa passagem nos traz pontos de reflexão. O primeiro tem a ver com a forma como Lorde fala do patriarcado por meio da *mítica*, que determina o padrão masculino, aquele que domina. Em outras palavras, a autora traz para sua análise uma descrição de quem é o opressor do sistema que oprime todos os outros seres através do poder que é concedido a ele pelo sistema social vigente. Uma vez identificado quem é o opressor, fica mais fácil compreender o que acontece com os oprimidos. Entretanto, a autora chama a atenção para o fato de que essa figura mítica não é a única a oprimir, chegando num ponto fundamental para nós, a opressão exercida pelas mulheres brancas quando as pautas não levam em conta as diferenças que abarcam as existências negras.

Lorde reforça um apontamento primordial ao afirmar que “ignorar as diferenças de raça entre mulheres e as implicações dessas diferenças representa a mais séria ameaça à mobilização de forças das mulheres” (2019, p.242). Como já discutido anteriormente, o movimento sofre diversos ataques, sempre numa tentativa de desacreditar as lutas empreendidas, no entanto, quando há, dentro da própria organização o apagamento de características basilares, como classe e raça, o movimento se autossabota. A autora acrescenta:

Enquanto as mulheres brancas ignoram seu privilégio natural de branco e definem a mulher apenas em termos de sua própria experiência, as mulheres de cor se tornam “outras”, as forasteiras cuja experiência e tradição são “exóticas” demais para se entender. Um exemplo disso é a ausência marcante

da experiência de mulheres de cor como material em estudos sobre mulheres. A literatura de mulheres de cor raramente é incluída em cursos de literatura de mulheres e quase e quase nunca em outros cursos de literatura, nem em estudos sobre as mulheres em geral (LORDE, 2019, p.242).

Ao não levar em consideração todas as diferenças existentes entre as mulheres brancas e negras cria-se mais uma fonte de opressão para a mulher negra. O termo “outras” nos remete ao pensamento de Simone de Beauvoir que traz a ideia da mulher como o outro do homem. Aqui, podemos afirmar que a mulher negra passa a ser o outro do outro, já que ela sofre a opressão vinda do sistema patriarcal, e sofre também a opressão vinda das outras mulheres que as ignoram enquanto sujeitos. A complexidade da existência feminina negra é motivo para que essas mulheres sejam desprezadas pelo movimento feminista considerado universal.

Para nos auxiliar nesse entendimento, Kilomba nos auxilia:

No racismo estão presentes, de modo simultâneo, três características: a primeira é a construção de/da diferença. A pessoa é vista como “diferente” devido a sua origem racial e/ou pertença religiosa. Aqui, temos de perguntar: quem é “diferente” de quem? É o sujeito negro “diferente” do sujeito branco ou contrário, é o branco “diferente” do negro? Só se torna “diferente” porque se “difere” de um grupo que tem o poder de se definir como norma – a norma branca. Todas/os aquelas/es que não são brancas/os são construídas/os como “diferentes”. A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os “Outras/os” raciais “diferem”. Nesse sentido, não se é “diferente”, torna-se “diferente” por meio do processo de discriminação (KILOMBA, 2019, p.75).

A marcação dessa diferença não é construída para a compreensão e sua consequente eliminação, que é o que entendemos como correto. As diferenças são marcadas como forma de exclusão, ou seja, se é diferente daqueles que ditam o certo e o errado, no caso as mulheres brancas, há uma marca de inferioridade. Lorde acrescenta que “para as mulheres brancas, existe uma gama maior de falsas escolhas e recompensas para se identificarem com o poder patriarcal e seus instrumentos” (2019, p.243). É um fato que as mulheres brancas são oprimidas pelo patriarcado, mas, apesar disso, existem alguns privilégios que elas conseguem manter perante a sociedade em caso de associação com os opressores. Audre Lorde traz um ponto que é fundamental aqui:

Compartilhamos alguns problemas como mulheres, outros não. Vocês temem que seus filhos cresçam e se juntem ao patriarcado e testemunhem contra vocês, nós tememos que nossos filhos sejam arrancados de um carro e assassinados com um tiro no meio da rua, e que vocês darão as costas às razões pelas quais eles estão morrendo (LORDE, 2019, p.244).

O medo das mães negras norte-americanas de seus filhos serem mortos é um fato cruel na vida da população e é muito presente na realidade brasileira. Podemos perceber que, apesar das diferenças existentes entre os Estados Unidos e o Brasil, a violência contra a população racializada é igualmente dura nos dois países devido a herança escravocrata que ambos carregam e matam milhares de pessoas negras todos os anos⁴. Há uma grande violência contra jovens homens, mas há também a violência exclusiva sofrida pelas mulheres.

Como grupo, as mulheres de cor são os trabalhadores que ganham o menor salário da América. Somos os primeiros alvos de aborto e esterilização forçados, aqui e no estrangeiro. Em certas partes da África, meninas ainda estão sendo costuradas entre as pernas para se conservarem dóceis e para o prazer dos homens. Isso é conhecido como circuncisão feminina, e não é uma questão cultural, como insistia o falecido Jomo Kenyatta, mas sim um crime contra mulheres negras (LORDE, 2019, p.245).

A autora faz um apanhado das agressões sofridas pelas mulheres negras e que, muitas vezes, não fazem parte da pauta feminista entendida como universal. Isso justifica a existência de um movimento que luta em prol da resolução desses problemas específicos. Diante disso, vale retomarmos um pouco da história da organização das mulheres negras que culminou no feminismo negro, movimento importante para discutir pautas que transcendem a experiência branca.

Em *Mulheres, raça e classe*, Angela Davis faz uma retomada histórica sobre a história das mulheres negras americanas. Isso se fez necessário pela ausência de estudos específicos relacionados à condição delas, havia apenas discussões sobre sua ‘promiscuidade sexual’ e seus pendores ‘matriarcais’ (2016, p.23). A autora trouxe mais precisão para a história feminina negra, buscando desfazer os mitos pejorativos criados pelo sistema dominante, cunhados como ferramentas de manutenção da exploração.

Davis revelou dados sobre a dupla exploração: quando conveniente, as negras eram desprovidas de gênero, trabalhavam junto com os homens, no entanto, eram tratadas como fêmeas na punição, no abuso sexual, na exploração do trabalho doméstico e na procriação de novos escravizados. Dessa forma, as mulheres eram mais lucrativas que os homens. Tinham manutenção menor, e maior potencial de exploração.

⁴ Violência policial contra negros e racismo institucional pioram com crise no Brasil - <https://www.cut.org.br/noticias/violencia-policial-contranegros-e-racismo-institucional-pioram-com-crise-no-bra-46c5> - Acesso em 14/05/2022.

Vale repetir: as mulheres negras eram iguais a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão com o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência (DAVIS, 2016, p.37).

Ao revelar esses dados, a autora além de trazer novas informações, expõe de maneira clara como a historiografia distorceu fatos, como a invenção do matriarcado negro e a passividade feminina em relação à exploração. O que existiu foi um sistema cruel que utilizava o estupro como forma de aniquilar a dignidade da mulher negra, fosse como arma de dominação e repressão como tentativa de destruir o desejo de resistência, fosse como forma de desmoralizar seus companheiros demonstrando o poder do homem branco.

Outro ponto essencial da obra de Davis e que nos é fundamental é a participação de mulheres brancas no movimento escravista. Ela se pergunta: “Por que tantas mulheres se juntaram ao movimento escravagista? Havia algo especial no abolicionismo que atraía as mulheres brancas do século XIX de modo que nenhum outro movimento reformista havia conseguido?” (p.49). As mulheres brancas passam a fazer parte do movimento como uma forma implícita de protestar contra a opressão que viviam no lar, entretanto, o movimento era sexista e foi por meio dessa vivência que as mulheres tiveram a dimensão da sujeição em que viviam.

A participação das mulheres no campo político foi uma porta de entrada para a luta de seus próprios direitos. Foram levantadas pautas importantes como o direito à propriedade, a dependência financeira do marido, a obediência e punição impostas pelos maridos. Entretanto, essa movimentação não em prol de direitos não levou em consideração a situação de mulheres trabalhadoras e mulheres negras, em suma, a luta contemplava apenas o direito de mulheres da classe média. Essa ausência revelou que o envolvimento com o movimento abolicionista era superficial e tinha como objetivo apenas os interesses pessoais das mulheres brancas. Davis revela, então, que há racismo dentro do movimento das mulheres.

Como regra, pessoas brancas abolicionistas ou defendiam os capitalistas industriais ou não demonstravam nenhuma consciência de identidade de classe. Essa aceitação sem objeções do sistema econômico capitalista era evidente também no programa do movimento pelos direitos das mulheres. Se a maioria das abolicionistas via a escravidão como um defeito indecente que precisava ser eliminado, a maioria das defensoras dos direitos das mulheres enxergava a supremacia masculina de forma similar – como uma falha imoral

de uma sociedade que, em seus demais aspectos, era aceitável (DAVIS, 2016, p.76).

Essas constatações na realidade das mulheres negras norte-americanas reforçam o que temos tratado ao longo do trabalho: há uma distinção evidente quando se fala de mulheres brancas e negras e há um processo excludente das mulheres brancas em relação às negras. A manutenção da supremacia branca é feita também por vias do feminismo. Além de não contemplar as necessidades das negras, havia um medo constante de os homens negros alcançarem direitos antes delas, como era o caso do sufrágio, já que existia a ideia de que a emancipação negra tinha “‘igualado’ a população negra às mulheres brancas, o voto tornaria os homens negros superiores a elas. Por isso, se opunham ferrenhamente ao sufrágio negro” (2016, p.85). E acrescenta,

As mulheres brancas – incluindo as feministas – demonstraram uma relutância histórica em reconhecer as lutas das trabalhadoras domésticas. Elas raramente se envolveram no trabalho de Sísifo que consistia em melhorar as condições do serviço doméstico. Nos programas das feministas “de classe média” do passado e do presente, a conveniente omissão dos problemas dessas trabalhadoras em geral se mostrava uma justificativa velada – ao menos por parte das mulheres mais abastadas – para a exploração de suas próprias empregadas (DAVIS, 2016, p.103).

A partir de toda essa movimentação em prol dos direitos femininos, Davis trata do surgimento da emancipação das mulheres negras, emergindo, dessa maneira, o movimento feminista negro. A libertação das mulheres negras começa pela luta por direitos à educação.

E, depois de séculos de privação educacional, reivindicariam com ardor o direito de satisfazer seu profundo desejo de aprender. Por isso, assim como suas irmãs e irmãos em todo o Sul, a população negra recentemente liberta de Memphis se reuniu e decidiu que a educação era sua maior prioridade [...] O anseio por conhecimento sempre existiu. Já em 1787, a população negra do estado de Massachusetts apresentou uma petição pelo direito de frequentar as escolas livres de Boston. Depois que o requerimento foi negado, Prince Hall, que liderou essa iniciativa, abriu uma escola em sua própria casa (DAVIS, 2016, p.110).

A luta pelo direito à educação passou a ser a bandeira mais importante dessa organização, já que o acesso ao conhecimento era uma das formas possíveis da mulher negra se livrar das imposições sociais a ela imputadas. A luta pelo direito à educação da população negra foi um dos momentos em que brancas e negras conseguiram lutar juntas em prol dos direitos femininos. Mas a grande virada para a formação do movimento de organização das

mulheres negras foi a reação urgente à “desenfreada onda de linchamentos e ao abuso sexual indiscriminado de mulheres negras” (2016, p.134). A partir desse momento, surgem movimentos e agremiações, numa tentativa de integração à sociedade, lutando pelo direito à vida da população negra que estava sendo morta nas ruas devido às leis de segregação racial. Foi criada a União de Lealdade Feminina, considerada uma das primeiras associações comandadas apenas por mulheres negras.

Outra pensadora fundamental para o compreender o movimento feminista negro é Patrícia Hill Collins, que traz outros elementos para a discussão. A autora aponta para a exclusão das mulheres afro-americanas.

Os estudos da mulher nos Estados Unidos e na Europa vêm desafiando as ideias aparentemente hegemônicas da elite masculina branca. Ironicamente, os feminismos ocidentais também suprimiram as ideias das mulheres negras. Embora as intelectuais negras há muito expressem uma sensibilidade feminina distinta, de influência africana, sobre a intersecção de raça e classe na estruturação de gênero, historicamente nós não temos sido participantes plenas de organizações femininas criadas por brancas. O resultado é que as mulheres afro-americanas, latino-americanas, indígenas e asiático-americanas têm acusado os feminismos ocidentais de racismo e preocupação excessiva com questões relacionadas às mulheres brancas de classe média (COLLINS, 2019a, p.36).

Nesse excerto, Collins destaca a luta pela quebra da hegemonia masculina, mas evidencia também a total exclusão das mulheres negras. Há, portanto, uma reiteração do que vem sendo dito até aqui: não é possível dizer mulher e não especificar, é necessário dizer sobre quem estamos falando. Ao não trazer essa especificidade, o feminismo ocidental simplesmente não contempla as necessidades das mulheres negras que sofrem de maneira diferente o jogo do patriarcado. Ao não tratar dessas questões particulares, cria-se a falsa sensação de que todas estão sendo contempladas, reforçando as ideologias racistas e sexistas presentes na sociedade.

Na cultura estadunidense, as ideologias racista e sexista permeiam a estrutura social a tal ponto que se tornam hegemônicas, ou seja, são vistas como naturais, normais e inevitáveis. Nesse contexto, certas qualidades supostamente relacionadas às mulheres negras são usadas para justificar a opressão. Desde as *mammies*, as *jezebéis* e as procriadoras do tempo da escravidão até as sorridentes tias Jemimas das embalagens de massa para panqueca, passando pelas onipresentes prostitutas negras e pelos presentes na cultura popular contemporânea, os estereótipos negativos aplicados às afro-americanas têm sido fundamentais para sua opressão (COLLINS, 2019a, p.35, *grifos da autora*).

Nessa passagem, Collins destaca os papéis essenciais das mulheres negras estadunidenses, que carregam estigmas sociais claros e que são normalizados pela sociedade e, de certa forma, também pelo movimento feminista que não trata especificamente dessas questões. A redução da existência feminina negra a esses papéis não é discutida pois eles são necessários para a manutenção da superioridade das mulheres brancas. Esse movimento, tratado como universal, privilegia as mulheres que precisam das *mammies*, por exemplo. Essa exclusão traz outras consequências,

Tradicionalmente, muitas pesquisadoras femininas brancas nos Estados Unidos resistem a mulheres negras como colegas de profissão. Além disso, essa supressão histórica das ideias das mulheres negras teve importante influência na teoria feminista. Um dos padrões de supressão é a omissão. Teorias apresentadas como universalmente aplicáveis às mulheres como grupo parecem, após exame mais detalhado, bastante limitadas pela origem branca, ocidental e de classe média de duas proponentes. Por exemplo, o trabalho de Nancy Chodorow sobre a socialização dos papéis sexuais e o estudo de Carol Gilligan sobre o desenvolvimento moral das mulheres são fortemente baseados em exemplos de pessoas brancas de classe média. Ainda que esses dois clássicos tenham feito contribuições fundamentais para a teoria feminista, eles promoveram ao mesmo tempo a ideia de uma mulher genérica que é branca e de classe média. A ausência de ideias feministas negras nesses e em outros estudos colocou-as em uma posição muito mais frágil para desafiar a hegemonia da produção acadêmica dominante produzida em nome de todas as mulheres (COLLINS, 2019a, p.37).

Não aceitar as ideias negras é criar uma atmosfera excludente em vários ambientes e, ainda, criar a falsa sensação de que todas as mulheres são iguais. A autora faz um diálogo com o discurso de Sojourne Truth,

Se as mulheres são supostamente passivas e frágeis, por que as mulheres negras são tratadas como “mulas” e designadas para tarefas pesadas de limpeza? Se as boas mães devem ficar em casa com os filhos e as filhas, por que as estadunidenses negras assistidas por políticas sociais são forçadas a trabalhar e a deixá-los em creches? Se a maternidade é a principal vocação das mulheres, por que as mães adolescentes negras são pressionadas a usar contraceptivos como Norplant e Depo Provera? (COLLINS, 2019a, p.47).

Na teoria é possível aproximar todas as mulheres, num conceito uno, no entanto, na realidade isso não acontece porque a sociedade já estabeleceu as barreiras, já definiu os papéis sociais e já colocou as negras na subalternidade. Diante dessa evidente exclusão, a autora traz a necessidade de as mulheres negras se unirem em prol de seus direitos. Hill Collins discute a importância da autodefinição das afro-americanas e diz,

De que maneira as mulheres afro-americanas, como grupo, conseguiram encontrar a força para se opor à nossa objetificação como “as mulas do mundo”? [...] As vozes dessas mulheres afro-americanas não são de vítimas, mas de sobreviventes. Suas ideias e ações não só sugerem que existe um ponto de vista autodefinido e de grupo de mulheres negras, mas que sua presença foi essencial para a sobrevivência das mulheres negras norte-americanas (COLLINS, 2019b, p.273).

E completa “Assim como Sojourner Truth desconstruiu o termo *mulher* aos usar suas próprias experiências vividas para desafiá-lo, as mulheres afro-americanas comuns fazem a mesma coisa de várias maneiras” (2019b, p.274, *grifo da autora*). Ao se unirem num movimento por seus interesses particulares, as mulheres negras passam a colocar em discussão as pautas que lhes são pertinentes, que condizem com suas realidades distintas da “mulher universal”. Essa união promove o que Hill Collins chama de voz coletiva e a autodefinição das mulheres negras.

Muito do melhor pensamento feminista negro reflete esse esforço de encontrar uma voz coletiva e autodefinida e expressar um ponto de vista *womanist* completamente articulado. Audre Lorde observa que “neste país em que a diferença racial cria uma constante distorção da visão, ainda que tácita, as mulheres negras sempre foram, por um lado, altamente visíveis e, por outro, foram tornadas invisíveis por meio da despersonalização do racismo”. Lorde também aponta que a “visibilidade que nos faz mais vulneráveis” – aquela que acompanha ser negro – “também é fonte de nossa maior força”. A categoria “mulher negra” torna todas as mulheres dos Estados Unidos especialmente visíveis e abertas à objetificação das mulheres negras como categoria. Esse tratamento de grupo potencialmente torna cada mulher afro-americana invisível como um ser humano por inteiro. Mas, de modo paradoxal, ser tratado como um grupo invisível põe as mulheres negras dos Estados Unidos em uma posição de outsider – incluído (*outsider-within*), o que estimulou a criatividade de muitas delas (COLLINS, 2019b, p.275, *grifo da autora*).

A autora trata da necessidade de autodefinição das mulheres negras e da união em um grupo e aponta para o fato de que esse movimento é paradoxal, pois traz visibilidade e, ao mesmo tempo, tenta apagar essas figuras. É possível compreender esse paradoxo a partir da forma como as mulheres negras sempre foram tratadas, num diálogo com Angela Davis. A exploração das negras acontecia de muitas maneiras, sempre dependendo do interesse momentâneo do explorador. Assim, quando interessava eram tratadas como fêmeas, ou eram tratadas como os homens na lavoura quando era mais interessante para o proprietário. O processo de autodefinição passa pelo mesmo processo, já que ao se unirem trazem mais

visibilidade para a causa, mas em contrapartida, existe a tentativa de abafar o que essa organização é capaz de fazer em prol do grupo.

Hill Collins enfatiza a necessidade de formação de um grupo para lutar contra os estereótipos criados para as mulheres brancas, como se lê a seguir:

Ao contrário das imagens controladoras desenvolvidas para mulheres brancas de classe média, as imagens controladoras aplicadas às mulheres negras são tão uniformemente negativas que praticamente forçam à resistência. Para as mulheres negras dos Estados Unidos, o conhecimento construído do eu emerge da luta para substituir imagens controladoras por conhecimento autodefinido considerado pessoalmente importante, de ordinário, um conhecimento essencial à sobrevivência das mulheres negras (COLLINS, 2019b, p.276).

Como já dissemos em outros momentos, todas as mulheres, independente da classe ou da raça, sofrem com o poder patriarcal. No entanto, existem diferenças que precisam ser pontuadas. Ainda que as mulheres brancas tenham papéis sociais preestabelecidos e que as forcem a fazer/ser o que não querem, no caso das negras a opressão está sempre associada à subalternidade que também tem relação com a pobreza. Não pretendemos dizer que uma opressão é melhor que outra, a questão é que os papéis destinados às negras são sempre negativos, revelando suas constantes vulnerabilidades.

Assim a autora afirma sobre a importância dessa união pelo “fato de que as mulheres negras sejam as únicas a realmente ouvirem umas às outras é significativo, em particular dada a importância da voz na vida das mulheres negras” (COLLINS, 2019b, p.280). Como temos visto, há um apagamento da voz e das ideias negras, logo essa união para dizerem o que precisam ser dito é essencial para o fortalecimento e para a visibilidade desse grupo que é constantemente apartado. E acrescenta “se não ouvirmos umas às outras, então quem irá ouvir? (COLLINS, 2019b, p.281).

Reforçamos as prerrogativas do movimento feminista negro com a perspectiva de Sueli Carneiro, que traz para o debate dados importantes sobre a realidade brasileira, apontando os avanços conquistados a partir da luta das mulheres.

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta

as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso (CARNEIRO, 2003, p.119).

O feminismo é um movimento político que coloca as mulheres no centro desse debate. Foi a partir dele que conquistamos direitos fundamentais para a existência enquanto sujeito, como é o caso do voto. A autora enfatiza o que estamos discutindo até aqui, sobre a necessidade de colocar no centro do debate as particularidades de cada existência feminina e destaca que “um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país (2003, p.118).

No que tange à diferença racial, Carneiro acrescenta:

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003, p.119).

Não há, nesse sentido, forma de desassociação da luta feminista da luta racial devido à forma como as mulheres racializadas foram tratadas ao longo da história, sendo colocadas em papéis marcados, associados à promiscuidade e ao trabalho braçal, além da eliminação de suas subjetividades. O feminismo, para continuar avançando, precisa reconhecer as diferenças e se aliar, cada vez mais, a outros movimentos fundamentais para a emancipação feminina, como é o caso dos movimentos sociais, que abarcam as questões de raça e classe. Essa marcação e reconhecimento das diferenças é essencial, pois de acordo com a autora:

A diversificação das concepções e práticas políticas que a ótica das mulheres dos grupos subalternizados introduzem no feminismo é resultado de um processo dialético que, se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres (CARNEIRO, 2003, p.119).

Não basta existir um movimento político de mulheres, é preciso que essa organização contemple e reconheça a diversidade, já que

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituisse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos Movimentos Negros Brasileiros (CARNEIRO, 2003, p.120).

Do mesmo modo que não haveria o reconhecimento da necessidade do voto feminino pelos homens, não houve, no passado, o reconhecimento das mulheres brancas pela necessidade de inserir pautas que contemplassem a diversidade racial. Vale ressaltar que essa ausência de espaço nos movimentos hegemônicos não impediu ou paralisou a luta das negras por seus direitos, como a historiografia tenta apagar. Ao contrário, as organizações encabeçadas por mulheres negras avançaram muito, sobretudo no quesito trabalhista, garantindo direitos inexistentes num passado não muito distante.

O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassar as barreiras da exclusão. O que possibilitou, por exemplo, que a primeira romancista brasileira fosse uma negra a despeito das contingências sociais em que ela emergiu? (CARNEIRO, 2003, p.129).

Notamos que a organização feminina negra merece grande destaque sobretudo pelo que Carneiro enfatiza ao destacar a ausência de capital social desse grupo. Em outras palavras, as mulheres negras iniciaram sua luta a partir de nada, já que eram impossibilitadas de estudarem, de participarem de rodas de discussão etc. Elas tinham apenas o desejo de mudar a realidade em que estavam inseridas. Assim, mesmo com todos os impedimentos, elas seguiram e avançaram na luta.

O eferescente protagonismo das mulheres negras, orientado num primeiro momento pelo desejo de liberdade, pelo resgate de humanidade negada pela escravidão e, num segundo momento, pontuado pelas emergências das organizações de mulheres negras e articulações nacionais de mulheres negras, vem desenhando novos cenários e perspectivas para as mulheres negras e recobrando as perdas históricas (CARNEIRO, 2003, p.129).

Carneiro deixa claro que essa é uma luta constante, ininterrupta, para garantir que não haja retrocesso, e haja outros avanços, já que muito está por conquistar. Logo, a pauta do

feminismo negro é extensa, justamente porque há muito trabalho a ser feito, como “o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher”, “o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil”, “o reconhecimento da dimensão racial que a pobreza tem no Brasil e, conseqüentemente, a necessidade do corte racial na problemática da feminização da pobreza”, “o reconhecimento da violência simbólica e a opressão que a branquura, como padrão estético privilegiado e hegemônico, exerce sobre as mulheres não brancas” (2003, p.129), dentre outros.

A especificação das pautas é fundamental para o presente debate, pois identificamos essas nuances nas narrativas do *corpus*. Oribela reivindica a aia, Ponciá vai para a cidade trabalhar como empregada doméstica. A personagem de Ana Miranda, apesar da pobreza, tinha um tratamento diferente ao dispensado às negras e às indígenas. Dentro de sua realidade, estava acostumada a ter alguém que a vestisse, que a servisse, já Ponciá estava destinada a servir, como analisaremos no próximo capítulo. Essas marcas narrativas corroboram a necessidade de marcar as especificidades das lutas e direitos de cada mulher.

Arrematamos essa discussão do feminismo negro com o conceito de dororidade, cunhado por Vilma Piedade (2017), que afirma “Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta” (p.18). Como já percebemos, houve ao longo da história do feminismo considerado hegemônico um apagamento das necessidades específicas das mulheres negras, o que prejudica o avanço do movimento, pois é preciso que todas as mulheres sejam contempladas para que, de fato, haja a igualdade almejada. O conceito de dororidade surge dessa necessidade de pontuar as diferenças das dores vividas pelas negras.

Um dos problemas do pensamento feminista foi perceber o movimento como um projeto único, moldado para a mulher branca, ocidental, de classe média, instruída. Uma visão mais relativista de feminismo é incorporada em 1980, em que o movimento começa a pensar em questões relativas aos diferentes tipos de mulher, considerando aspectos culturais, sociais e, principalmente, étnicos (PIEADADE, 2017, p.14).

O projeto único é uma falácia porque as mulheres não são únicas. Ao forjar os ideais a partir da perspectiva da mulher branca, a ampla maioria fica de fora. Retornamos na questão discursiva, quem tem o direito de falar impõe sua perspectiva como universal. Além disso, quando as mulheres negras são ‘faladas’ criam-se ideias equivocadas e preconceituosas sobre suas existências.

Sabemos que o Machismo Racista Classista inventou que Nós – Mulheres Pretas – somos mais gostosas, quentes, sensuais e lascivas. Aí, do abuso sexual e estupros, naturalizados da senzala até hoje, foi um pulo. Pulo de 129 anos, e passamos a ser estatística. Os dados oficiais sobre violência sexual falam disso. Estamos na frente, morremos mais nas garras desse Machismo do que as Mulheres Brancas... é simples e banalizado no cotidiano – Mulher Preta é Pobre. Mulher Pobre é Preta. Pelo menos na sua grande maioria (PIEDADE, 2017, p.16).

Esse apontamento é uma dura realidade das mulheres pretas. A associação de seu corpo com ideias que não correspondem com a realidade e que as encerram em lugares desconfortáveis e que justificam seus constantes abusos. Logo, essas pautas precisam estar em evidência, serem discutidas para que os avanços aconteçam. Diante dessas nuances amplamente discutidas até aqui, pensamos em dororidade para demonstrar como essas opressões acontecem na prática, porque não basta dizer que o feminismo luta pelos direitos femininos, é preciso perceber como isso está sendo feito na prática.

Dororidade. Sororidade. A Sororidade ancora o Feminismo e o Feminismo promove a Sororidade. Parece uma equação simples, mas nem sempre é assim que funciona. Apoio, união e irmandade entre as mulheres impulsionam o Movimento Feminista. Mas, podem surgir questões como: O conceito de Sororidade já dá conta de Nós, Jovens e Mulheres Pretas... ou não? (PIEDADE, 2017, p.17).

A ideia de dororidade surge para suplantar o conceito de sororidade, já que este não contempla as mulheres pretas. Na teoria ele funciona, mas na prática, seguimos com as mulheres negras sendo associadas à sexualidade exacerbada, por exemplo. Piedade acrescenta “sororidade une, irmana, mas Não basta para Nós – Mulheres Pretas, Jovens Pretas. Eu falo de um lugar marcado pela ausência. Pelo silêncio histórico. Pelo não lugar. Pela invisibilidade do Não Ser, sendo” (2017, p.18). Tal qual a escrivência de Conceição Evaristo, a escrita da vivência, a dororidade está relacionada ao antigo fardo das mulheres pretas, “a Dor – mas, neste caso, especificamente, a Dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor” (2017, p.18).

Encerramos com esse questionamento contundente de Piedade: “Como vamos conseguir, de fato, construir um Feminismo Dialógico Interseccional se nossa história, nossos valores civilizatórios não forem incorporados nas práticas e ações do Feminismo?” (2017, p.36). Não há caminhos fáceis, mas acreditamos que a discussão passa por trabalhos como esse,

que se fundam com o intuito de apontar as diferenças e, a partir delas, pensar em caminhos possíveis.

4.2 – A perspectiva decolonial

Além da perspectiva negra, dentro do movimento de mulheres em prol de seus direitos, há também aqueles que defendem os interesses das mulheres do sul global, conhecido também como feminismo decolonial, que aborda mais especificamente a discussão de classe. A perspectiva das mulheres negras norte-americanas é fundamental, mas há ainda outras possibilidades de análise da condição feminina quando se fala de mulheres que estão nos países considerados em desenvolvimento.

Para iniciar esse debate, trazemos uma breve definição do que é o feminismo neoliberal apresentado por Françoise Vergès, que diz “[o feminismo neoliberal ou civilizatório] tomou para si a missão de impor, em nome de uma ideologia dos direitos das mulheres, um pensamento único que contribui para a perpetuação da dominação de classe, gênero e raça” e segue “se o feminismo e feministas estão a serviço do capital, do Estado e do império, ainda é possível restituir o fôlego de um movimento que carrega objetivos de justiça social, dignidade, respeito, políticas de vida contra políticas de morte?” (VERGÈS, 2020, págs.28 e 30, *respectivamente*).

A autora aponta para a relação intrínseca entre o capitalismo como sistema econômico e as políticas desenvolvidas por feministas que operam dentro desse sistema, pretendendo-se universais como vimos no início do capítulo, mas que promovem a exclusão de uma massa de mulheres trabalhadoras por não se enquadrarem na mulher idealizada. Um feminismo que serve ao capital não consegue compreender, tampouco criar caminhos para existências como a caracterizada por Ponciá Vicêncio neste estudo. E acrescenta,

Qual seria o objetivo desse afastamento senão o de manter a ideia de que tudo isso – escravidão, colonialismo, imperialismo – certamente aconteceu, mas no exterior daquilo que constitui a França? Minimizam-se assim os laços entre capitalismo e racismo, entre sexismo e racismo, e preserva-se uma inocência francesa. Desse modo, o feminismo francês se passa por moderado diante da herança colonial e escravocrata. É como se as mulheres, por serem vítimas da dominação masculina, não tivessem nenhuma responsabilidade em face das políticas empreendidas pelo Estado francês (VERGÈS, 2020, p.34).

A autora traz a perspectiva francesa, mas é possível adequá-la à outras realidades. Assim, quando as feministas civilizatórias não levam em consideração as questões coloniais, há o apagamento das mulheres que vivem sob essas condições. As mulheres brancas, partidárias do movimento civilizatório, sofrem as agruras do sistema patriarcal, mas as mulheres racializadas, que têm suas existências perpassadas pelo processo da colonização, têm seus corpos igualados a objetos, sendo oprimidas tanto na relação homem x mulher, quanto nas relações sociais. Esse cenário propicia o surgimento do feminismo decolonial, como um caminho possível para pensar as mulheres que estão na periferia do mundo e sofrem os efeitos do processo colonizador. Vergès defende um feminismo decolonial que “tem como objetivo a destruição do racismo, do capitalismo e do imperialismo” (2020, p.28). E acrescenta,

Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje não é apenas arrancar a palavra “feminismo” das mãos ávidas da oposição, carente de ideologias, mas também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. [...] Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculina descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora suscitada pelo capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu *direito à existência* (VERGÈS, 2020, p.35).

Nessa passagem a autora traz duas questões fundamentais do decolonialismo. A primeira é a tentativa de resgatar a palavra feminismo, cooptada pelo neoliberalismo, que se faz valer do nome do movimento para garantir a manutenção do sistema colonizador, mantendo as mulheres racializadas no lugar de subalternidade, garantindo a supremacia das mulheres brancas. A outra diz respeito à luta contra o sistema capitalista, que mantém mulheres racializadas em constante estado de dependência, o que garante a manutenção da produção de bens com base na exploração de vidas femininas que não tem alternativa a não ser aceitar péssimas condições de trabalho para garantir sua sobrevivência.

Esse conceito é fundamental para pensarmos a condição feminina no Brasil. Assim, trazemos a discussão para o Brasil através do pensamento de Lélia Gonzalez, que tem no cerne de seus estudos questionamentos sobre a condição da mulher brasileira e partir de um reconhecimento de que a nossa sociedade precisa refletir “sobre si mesma e reconhecer nas suas contradições internas as profundas desigualdades raciais” (GONZALEZ, 2020, p.39). Em sua obra, a autora demonstra como no interior do movimento feminista há uma constante exclusão

das mulheres negras e indígenas. O pensamento feminista decolonial defende a ideia de que o poder colonial permanece atuante na sociedade e atua de maneira contundente na vida das mulheres. Acrescentamos ao debate a definição de colonialidade, dada por María Lugones:

“Colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. Ele é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas (LUGONES, 2019, p.53).

A autora defende que os países do sul global não se livraram completamente do sistema colonial, já que suas sociedades e tudo que as constituem estão atravessadas pela colonialidade. Para as mulheres racializadas isso implica num processo constante de subjugação. Muda-se a forma, porém, a exploração segue acontecendo, como observa-se na condição da população negra pós-abolição. Lugones aponta para a violência que esse sistema promove no corpo das mulheres racializadas e que não há nenhuma tentativa do feminismo hegemônico em defendê-las. É a exploração dessas mulheres que mantém de pé o privilégio mantido e defendido pela colonialidade e que contempla as mulheres brancas. A autora acrescenta a indiferença da sociedade em relação às violências sofridas por essas mulheres:

Entendo a indiferença diante da violência sofrida pelas mulheres em nossas comunidades como uma indiferença diante das transformações sociais profundas em nossas estruturas comunitárias, e por isso totalmente relevantes à recusa da imposição colonial. Procuro entender a maneira como essa indiferença é construída para, então, convertê-la em algo cujo reconhecimento seja inevitável para aqueles que se dizem envolvidos em lutas libertadoras. Essa indiferença é traiçoeira porque coloca barreiras intransponíveis em nossas lutas, enquanto mulheres de cor, por integridade e autodeterminação – o próprio cerne das lutas pela libertação das nossas comunidades. Ela se faz na vida cotidiana e nos esforços teóricos sobre as ideias de opressão e libertação (LUGONES, 2020, p.53/54).

Essa discussão pode ser feita paralelamente com questões debatidas por Angela Davis, que, a partir da conjuntura das mulheres negras, percebeu como o movimento feminista branco excluía as negras.

O terror e a violência obrigavam a mão de obra negra no Sul a aceitar pagamentos que pouco diferiam da escravidão e condições de trabalho frequentemente piores do que as do período escravagista. Essa era a lógica por trás do número crescente de linchamentos e da norma legal de supressão do direito de voto no Sul. Em 1893 – ano da fatídica resolução da Nawsa –, a

Suprema Corte revogou o Ato de Direitos Civis de 1875. Com essa decisão, as leis Jim Crow e a lei de linchamentos – uma nova modalidade de escravização racista – receberam sanção judicial (DAVIS, 2016, p.124).

Angela Davis se refere à falta de apoio do movimento sufragista à emancipação da população negra. A indiferença e a falta de posicionamento em relação ao sufrágio feminino negro e a outras questões diretamente ligadas ao sofrimento da população negra fizeram com que a onda supremacista branca avançasse cada vez mais, dando forças para as leis de linchamento e de segregação racial. O diálogo entre as autoras se estabelece por ambas, cada uma em seu contexto sócio-histórico, denunciarem a falta de posicionamento do movimento branco de mulheres em prol da defesa das mulheres racializadas.

Essa análise levanta a questão da raça como forma de controle e poder de corpos. Silvio Almeida a define:

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás de *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito *relacional e histórico*. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2019, p.18, *grifo do autor*).

O contexto sócio-histórico brasileiro demonstra que a utilização desse termo serve aos interesses de quem está no poder. A partir do momento que há uma diferenciação entre as espécies, com uma determinação de quem tem mais força ou poder, a sociedade é desenhada de maneira hierárquica, permitindo, dessa maneira, que as camadas superiores possam explorar as camadas inferiores. Gonzalez analisa a questão da divisão racial entre as mulheres:

Um dito popular brasileiro sintetiza essa situação ao afirmar: ‘Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar.’ Que se atenda aos papéis atribuídos às amefricanas (preta e mulata); abolida sua humanidade, elas são vistas como corpos animalizados: por um lado são os ‘burros de carga’ (do qual as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, constata-se como a exploração socioeconômica se faz aliada da superexploração sexual das mulheres amefricanas (GONZALEZ, 2020, p.49).

A autora revela em seus escritos questões que estão determinadas na sociedade brasileira desde a colonização. A criação do conceito de raça e da consequente hierarquização que ele promove na sociedade estão diretamente relacionados com a colonização e a colonialidade, mantendo a superioridade branca do explorador. Silvio Almeida contextualiza a questão historicamente:

A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a *unidade e a multiplicidade da existência humana*. Se antes desse período o ser *humano* relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no *homem universal* (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas (ALMEIDA, 2019, p.18, *grifo do autor*).

A descoberta do Brasil é fundamental para a expansão mercantilista e para a expansão dos ideais de superioridade do povo europeu, que faz pensar a palavra homem que, assim como a palavra mulher, é problemática por não abarcar todos os homens. “A noção de homem, que para nós soa quase intuitiva, não é tão óbvia quanto parece: é, na verdade, um dos produtos mais bem-acabados da história moderna e exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica” (ALMEIDA p. 18, *grifo do autor*). A categorização das pessoas garante um lugar de privilégio para os homens e mulheres europeus. No caso das mulheres brancas, elas têm algumas benesses em relação às negras.

A partir dessa definição clara de quem é o homem universal, todas as outras pessoas que não se encaixam nela são vistas como os outros, pegando de empréstimo o termo usado por Simone de Beauvoir em *O segundo sexo*. A terminologia ‘outro’ abarca todas as pessoas que não são homens europeus e, diante disso, surgem as diferenças que são percebidas nas relações sociais. Esse entendimento se faz necessário para compreender a condição feminina no sul global, que, se para Beauvoir a mulher europeia é o ‘outro’ do homem europeu, as mulheres não brancas do sul global são o outro do outro, muitas das vezes nem são entendidas como seres humanos, não passam de objetos com a função inequívoca de servir ao homem europeu. O homem universal corresponde ao homem europeu, a mulher universal corresponde à mulher europeia, mas nesse caso tem a questão de classe, que também influencia essas vivências. Logo, há nuances muito específicas em relação à Oribela e Ponciá, representações ficcionais de mulheres que forjaram o Brasil tal qual ele é.

Ao produzir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais. ‘América’ e ‘Europa’ estão entre essas novas identidades geoculturais; ‘europeu’, ‘índio’, ‘africano’ estão entre as identidades ‘raciais’. Essa classificação é ‘a expressão mais profunda e

duradoura da dominação colonial'. Com a expansão do colonialismo europeu, a classificação foi imposta à população do mundo. [...] Desse modo, 'colonialidade' não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. Ou seja, toda forma de controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho existe em conexão com a colonialidade (LUGONES, 2020, p.57).

María Lugones traz, nessa passagem, a sintetização do que é a construção da raça. Há uma categorização das pessoas a partir da colonização, e esse mecanismo determina os lugares sociais que cada categoria vai ocupar. No caso das mulheres, a diferença entre brancas e negras é clara. As brancas, apesar dos abusos que sofrem, fazem parte da engrenagem colonial e, muitas vezes, atuam como exploradoras. Já as negras estão sempre no papel de exploradas, a serviço do sistema colonial. Oribela representa a mulher branca europeia e Ponciá está no lugar da subalternidade determinada pela raça, imposta pelo colonizador.

A partir dessas questões, fica evidente a necessidade de pensar a condição das mulheres através de mecanismos que deixam claros o lugar que cada uma ocupa dentro da engrenagem social.

Por tudo isso, o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial de pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatizam, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas (GONZALEZ, 2020, p.42).

Lélia Gonzalez nos deixa claro sobre essa importância. Vivemos numa sociedade plural que categoriza as pessoas a partir da sua raça, e não levar isso em consideração é concordar com o abuso que as mulheres racializadas sofrem apesar da ideia propagada de avanço do feminismo. Assim, há uma necessidade de pensar as mulheres brasileiras a partir da distinção clara existente entre as Oribelas e as Ponciás que formam o país. Não dá para pensar que são todas iguais, nem as observar com as mesmas lentes.

4.3 – Feminismo marxista

Como vimos até o momento, o movimento feminista é múltiplo, tem diversas faces e nuances. Dados os objetivos almejados por essa tese, não poderíamos deixar de fora a perspectiva atrelada ao pensamento de Karl Marx, isso porque, para compreendermos as personagens estudadas, é necessário adentrar no espectro da classe social com mais profundidade. Já percebemos até aqui que não é possível as colocarmos na mesma categoria de ‘mulher’, já demarcamos, ainda, a questão racial e, conseqüentemente, a distinção dos abusos que ambas sofrem dadas essas diferenças. Diante disso, é fulcral pensarmos a partir da perspectiva de classe. É nessa categoria que Oribela e Ponciá se assemelham em suas opressões.

Partimos, então, para uma breve explanação dessa vertente. A união do movimento feminista com o marxismo, surge como um “revigoramento de ambos” e “está vinculado aos profundos problemas sociais produzidos pelo sistema capitalista nos últimos dez anos, que fomentaram um cenário de instabilidade e acirramento de conflitos, bem como de reativação de perspectivas antissistêmicas” (MARCELINO, 2019, p.31). A autora destaca que essa união é necessária para avançarmos contra os problemas sociais causados pelo capitalismo que atinge principalmente as mulheres, sobretudo as racializadas. Aqui essa perspectiva nos é fundamental porque as duas personagens estão em condições empobrecidas.

Nessa perspectiva, a autora afirma que o feminismo marxista busca,

reconsolidar no interior do movimento feminista a posição de uma vertente específica: aquela que dá continuidade à tradição marxista, socialista e revolucionária, atualizando-a em relação às novas experiências e debates dos ativismos contemporâneos, propondo a construção de um feminismo anticapitalista amplo, plural, aliado à luta de classes e ao internacionalismo, em oposição tanto a certos reducionismos e determinismos econômicos vulgares, quanto às fórmulas individualizantes e mercantilizadas que tomaram conta da cena feminista no contexto do capitalismo neoliberal (MARCELINO, 2019, p.32).

Entendemos que essa vertente nos auxilia em dois pontos fundamentais desse debate, que estão atrelados entre si. Se eu tenho um movimento que luta contra o feminismo neoliberal, aquele cunhado por mulheres brancas, que exclui a ampla maioria das existências femininas, e leva em consideração não apenas o gênero, mas a raça e a classe, é possível abarcar mais mulheres, aqui representadas por Oribela e Ponciá. A primeira, uma menina portuguesa órfã e

pobre, e a segunda, uma menina negra que tem seu corpo marcado pelos estereótipos da raça e da pobreza.

Reinterpretando as categorias marxista através de uma ‘lente feminina’, consolidaram uma abordagem científica sólida sobre as relações íntimas que a opressão feminina guarda com a reprodução do capitalismo e como ela assume diferentes formas, de acordo com a situação de classe de cada mulher (MARCELINO, 2019, p.32).

Esse olhar feminino para as condições sociais das mulheres faz com que percebamos que Oribela e Ponciá são mulheres pobres. A classe determina que ambas sofram a opressão imposta pelo sistema capitalista, que explora seus corpos de acordo com suas necessidades e com o que cada uma tem para oferecer. A menina branca garante a manutenção da ‘raça’ branca e a menina negra mantém o sistema hierárquico de exploração colonial e manutenção de privilégios. Aqui vale acrescentar como o sistema de gênero, que mantém a exploração feminina, funciona.

Em primeiro lugar, a compreensão de que a opressão de gênero não é algo natural, mas um produto histórico, uma construção social, gerada nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados, tendo em vista a associação entre homens e mulheres para a produção e reprodução de sua vida material (MARCELINO, 2019, p.33).

Nessa passagem corroboramos que a discussão em torno do gênero é uma construção social, e algo muito maior do que determinar quem é homem e quem é mulher, sobretudo descrever quem é essa mulher. No sistema capitalista, as mulheres são determinadas de acordo com o interesse do capital, e cada ‘tipo de mulher’ serve a um interesse distinto, como podemos ver nas personagens. No caso de Ponciá, fica evidente que não há mudança, o lugar dela de empregada já está garantido:

De que adiantara a coragem de muitos em escolher a fuga, de viverem o ideal quilombola? De que valera o desespero do Vô Vicêncio? Ele, num ato de coragem-covardia, se rebelara, matara uns dos seus e quisera se matar também. O que adiantara? A vida escrava continuava até os dias de hoje. Sim, ela era escrava também. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava do desespero, da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, de organizar novos quilombos, de inventar outra e nova vida (EVARISTO, 2002, p.71).

Aqui, temos uma passagem que se refere aos negros de modo geral, mas que exemplifica bem a condição das mulheres no sistema capitalista: várias mudanças acontecem, mas as bases estruturais permanecem as mesmas. No excerto há o questionamento sobre a mudança e a conclusão que tudo permanece da mesma maneira. Ponciá vai para a cidade e o lugar de exploração a está esperando, ou seja, saiu da roça para a cidade, mas de fato nada mudou. A ilusão da ida para cidade, que lá “as pessoas trabalham muito, mas ficam ricas” (p.59) é vendida como forma de manter a engrenagem. Para Ponciá e, sobretudo, para Luandi “existia sofrimento só na roça. Na cidade todos eram iguais. Havia negros soldados” (p.63). Ao longo da narrativa, fica perceptível a falácia da chance de mudança radical, pois o sistema funciona para que isso não aconteça.

No caso de Oribela, ela alimenta a engrenagem do capital servindo como mantenedora da sociedade branca, impedindo a mistura de raças, garantindo a hierarquização pela cor. Seu corpo era apenas um objeto destituído de individualidade.

Disse o padre ser eu pura e virgem donzela criada no mosteiro de freiras, à luz da absconsa, que podia passar a papinhas de pão relado, leite fresco coado e uns alfinetinhos, de pele rosa e bela e olhos madressilva, ainda a florescer o corpo, de alma que se podia amansar como se faz a um cavalo, se era defeituosa, deixasse a pão e água que me iam alimpar, como me houvera ferrado para vender por moura e ferro no pé (MIRANDA, 1996, p.56).

Nessa passagem a personagem está sendo apresentada para seus pretendentes a marido e é anunciada por suas características físicas, primeiro associadas à beleza e ao comportamento, porém, fica claro que pode ser tratada de maneira desumana, animalizada caso não cumpra o papel esperado para o tipo de mulher que é: branca que deve se casar e ter filhos brancos para construir a nova sociedade. Por ser destituída de voz, se torna um mero objeto para o bom funcionamento da engrenagem.

Não é apenas a classe que une Oribela e Ponciá. Na condição feminina, a partir da perspectiva de Marx, ambas são reprodutoras sociais. Oribela deveria ter filhos portugueses para formar a sociedade brasileira. Ponciá deveria ter filhos para se transformarem em mão de obra barata. E segue:

as feministas enxergaram algo que Marx não viu: que as mulheres, por conta da divisão sexual do trabalho, historicamente estiveram à frente de um papel central – além de parcela fundamental do trabalho produtivo, são responsáveis pelas atividades ligadas ao trabalho reprodutivo: procriar, preparar comida, lavar roupa, criar os filhos, cuidar dos idosos etc., essenciais para a reprodução da vida (MARCELINO, 2019, p.34).

O papel de reprodução social está bem claro na nossa sociedade atualmente. Sabemos que essa condição biológica feminina é um fator preponderante de sua opressão. Para a sociedade se manter viva, é preciso que novos indivíduos sejam ‘produzidos’. A maternidade é vendida como algo essencial na vida de uma mulher, mas por trás dessa crença reside um projeto maior que está diretamente atrelado à engrenagem capitalista. Nas obras analisadas essa ideia da reprodução social ficam evidentes, porém as duas personagens conseguem subverter essa ordem.

Oribela, na sua segunda tentativa de fuga de Francisco de Albuquerque é resgatada pelo mouro, pelo qual se apaixona. Dessa relação nasce um menino, “era meu filho nascido no canto onde anoitece o mundo, cujo se deu nome de um pau, um mero e místico império da majestade real mas que para nada ainda prestava, quem nem era português e nem da Cauchinchina [...] Era o cabelo claro da cor do mel” (MIRANDA, 1996, p.203). Oribela cumpre o papel da maternidade, no entanto, não com o homem português. O texto deixa bem claro que aquela criança ainda não prestava para nada, já que não era fruto de sua ‘relação oficial’.

Ponciá, de maneira muito distinta, também não atende ao preceito da reprodução social.

Na manhã quase desperta, não muito longe dali, o choro de fome ou frio de uma criança invadiu repentinamente os ouvidos de Ponciá. Lembrou-se dos sete filhos que tivera, todos mortos. Alguns viveram por um dia. Ela não sabia bem por que eles haviam morrido. [...] Os médicos disseram que eles morriam por causa de uma complicação de sangue. Depois dos sete, ela nunca mais engravidou (EVARISTO, 2022, p.47).

O texto não nos fornece muitas informações a respeito dos filhos mortos da personagem. No entanto, é possível inferirmos duas hipóteses sobre suas mortes. A primeira diz respeito à condição social de Ponciá, que vivia na pobreza. Em outras palavras, alimentação ruim e falta de cuidados essenciais para uma gestante. A pista sobre o problema sanguíneo diz muito sobre essa negligência, sobre a falta de recursos materiais para um acompanhamento adequado. A segunda, de ordem psicológica, tem a ver com o estado de apatia no qual a mãe se encontrava. Seu distanciamento do mundo, sua busca pela família, as agressões do marido, a necessidade de cumprir a herança de seu Vô Vicêncio, tudo isso era transformado em Ponciá em um espectro de mulher, impedindo uma condição favorável para a gestação. No que tange ao cumprimento de seu destino, que era a busca de libertação da condição de semiescravidão, não ter os filhos era uma forma de romper com o ciclo da violência sofrida pelos negros. Ao não ‘vingarem’, as crianças estavam livres da dor e sofrimento de serem negros.

[...] o trabalho reprodutivo foi por muito tempo ou equivocadamente desconsiderado ou visto de maneira subordinada ao trabalho produtivo no interior do marxismo, tornando ausente, portanto, a discussão sobre o quanto ele é um elemento decisivo, tendo em vista que suas atividades – sexualidade, limpeza, educação, etc. – contribuem para a reprodução da força de trabalho, sem a qual não existiria desenvolvimento capitalista (MARCELINO, 2019, p.35).

Nessa passagem, Marcelino nos deixa evidente como esse trabalho é fundamental para o funcionamento do sistema. Para manter os homens, e algumas mulheres, no poder, é preciso um exército cuidando dos itens essenciais da vida humana. Sem esses cuidados a engrenagem deixa de funcionar. Esse ponto justifica, ainda, o fato de tentarem manter, a todo custo, o sistema hierárquico tal qual ele está. Quando mulheres subvertem a ordem da reprodução cria-se rachaduras no sistema. Por isso, assim como há atualização do racismo, há também atualização do machismo atrelado à maternidade.

Mais especificamente, não denotou que o trabalho de produzir trabalhadores – que envolve as atividades de procriação, criação e cuidado – tem uma característica de gênero, justificada inicialmente pela capacidade biológica da mulher, e reforçada pela ideologia do “mito materno”, que relega as mulheres as atividades ligadas à esfera doméstica. Assim, as mulheres no lar reproduzem diária e geracionalmente a força de trabalho que a sociedade capitalista precisa (MARCELINO, 2019, p.35).

No caso de Ponciá, a mulher negra, o trabalho de reprodução social é considerado intrínseco a sua existência. As mulheres negras, como já vimos com Angela Davis, eram triplamente exploradas no processo escravocrata, justamente por sua capacidade de reprodução. Quando Conceição Evaristo constrói Ponciá, uma mulher que não consegue ter filhos sua escrita promove uma ruptura, uma fratura na ‘ordem natural’ de procriação e manutenção do trabalho de reprodução social imposto ao corpo da mulher negra. O mesmo acontece com Ana Miranda, quando cria uma personagem que engravida de outro homem, e não do marido, rompendo com a lógica familiar imposta pelo sistema capitalista, que determina a formação da família nuclear, atrelada ao acúmulo de bens e capital, passados de geração para geração.

[...] a pressão sofrida dentro do ambiente de trabalho e do lar, combinada à exclusão da vida política, foi um fator decisivo para a revolta e organização das mulheres a partir do final do século XIX. E as feministas socialistas, em especial, produziram contribuições que aprofundaram a compreensão deste cenário, imprimindo, desde o início, um tema que se tornou uma tônica dos

debates do feminismo marxista, em oposição ao feminismo liberal: a relação entre gênero e classe (MARCELINO, 2019, p.39).

Não queremos incorrer em anacronismo, Oribela, por exemplo, é uma personagem do século XVI. No entanto, vale salientar que ela é fruto do contemporâneo, do tempo presente, o que faz com que a sua construção ficcional esteja perpassada pela discussão feminista, pela necessidade de debater a condição das mulheres, o que nos permite fazer tais associações. Ponciá segue pelo mesmo caminho. Destacamos, mais uma vez, a necessidade da escrita feminina na literatura, que cria possibilidade outras de olharmos para as personagens por meio de lentes diferentes.

Assim, olhar para a condição feminina a partir dessa lente é fundamental para a luta de classes, já que “[...] a libertação da mulher seria uma etapa importante para a conquista do poder pelo proletariado, não sendo possível a revolução sem a emancipação das mulheres, nem a emancipação das mulheres sem uma revolução” (2019, p.41). A luta de classes passa pela transformação estrutural de um sistema que encerra mulheres em lugares fixos. Quando percebemos que ‘se trabalhar muito a vida muda’ é uma falácia, é preciso criar outros mecanismos para modificar as condições preestabelecidas para as mulheres.

Outra contribuição fundamental do feminismo marxista é a questão da ‘adjetivação’ do termo mulher.

A partir dessas contestações, o próprio uso da categoria “mulher” foi também relativizado, ou adjetivado: mulher trabalhadora, negra, homossexual, etc. Além disso, a introdução do conceito de gênero foi uma inovação nesse sentido (HARAWAY, 2004, p. 211), pois, articulado com as categorias de raça, classe, nacionalidade, sexualidade, foi capaz de oferecer uma dimensão mais próxima do que é realmente “ser mulher” (MARCELINO, 2019, p.39).

A adjetivação, ou seja, a determinação, como temos enfatizado ao longo do trabalho, é essencial para a emancipação das mulheres. Já entendemos que não é possível avançar sem que haja um trato diferenciado para as especificidades femininas. O olhar que garante uma qualificação para o termo mulher tem o poder de transformar não apenas a forma de enxergar a figura feminina, mas também de abrir possibilidades para modificar a realidade. Na literatura, quando as autoras subvertem a ordem, essa mudança acontece.

A partir desses apontamentos, trazemos para o debate a obra *Feminismo para os 99%*, publicada em 2019, que tem como centro de discussão a luta de classes e aponta caminhos, a partir da perspectiva feminina, para superá-la. O título já diz muitas coisas, pois garante a

inclusão da maior parte da sociedade, incluindo homens e todas as mulheres ‘adjetivadas’. Na introdução à edição brasileira, Talíria Petrone enfatiza a realidade do Brasil.

O feminismo é uma urgência no mundo. O feminismo é uma urgência na América Latina. O feminismo é uma urgência no Brasil. Mas é preciso afirmar que nem todo feminismo liberta, emancipa, acolhe o conjunto de mulheres que carregam tantas dores nas costas. E não é possível que nosso feminismo deixe corpos pelo caminho. Não há liberdade possível se a maioria das mulheres não couber nela (p.10).

E acrescenta, “nosso feminismo não pode ignorar que no Brasil 34,5% da população urbana vive em assentamentos precários, sendo a maioria de mulheres e negras que estão à frente desses lares. Nosso feminismo precisa enfrentar a pobreza. A pobreza no Brasil é feminina e negra” (p.10). Essa afirmativa é uma realidade que precisa ser enfrentada na nossa sociedade. E Petrone não se furta em perguntar o que nos é caro aqui: “com quais mulheres os feminismos diversos dialogam? Que mulheres estão convencidas sobre a importância do feminismo? De que mulheres tratam os feminismos? Quais mulheres seguem ainda guetificadas e marginalizadas nos feminismos?” (p.12).

Nosso debate se funda nessas questões: sobre quais mulheres estamos falando, a partir de que perspectiva? Entendemos que ao olhar a condição feminina, representada pelas personagens das obras do *corpus*, pelas lentes do feminismo marxista conseguimos observar as nuances que as aproximam. Oribela e Ponciá são pobres. Oribela é branca e europeia, porém não se encaixa na categoria mulher do feminismo neoliberal. Esse olhar para as diferenças garante que seja possível criar um movimento uno, que se funda a partir da diversidade, mas obtendo um ideal comum.

A consolidação do sistema capitalista no mundo está imbricada com a invasão e dominação dos territórios latino-americanos e a imposição ao mundo de um modelo de ser humano universal moderno que corresponde, na prática, ao homem, branco, patriarcal, heterossexual, cristão, proprietário. Um modelo que deixa de fora diversas faces e sujeitos, em especial as mulheres. O feminismo dos 99% não se furta de romper com essa lógica colonizadora (p.13).

As narrativas aqui analisadas contemplam essa figura do homem europeu que domina tudo e todos. Em *Desmundo* temos a representação do homem português com Francisco de Albuquerque e em *Ponciá Vicêncio* temos o coronel Vicêncio, proprietário das terras e dos negros, vide o nome da personagem. As obras ficcionalizam esses agentes promotores do

capitalismo no Brasil e demonstram como eles exercem seu poder patriarcal sobre o corpo das mulheres. As autoras não se esquivam de demonstrar o combate a esse poder em suas narrativas. Frisamos, assim, a importância da autoria feminina para a mudança do *status quo* social.

Partimos, então, para o que Cinzia Aruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser trazem em seu manifesto. As autoras começam criticando o feminismo neoliberal que, apesar do verniz emancipador, que “condena a discriminação” e defende a “liberdade de escolha”, “se recusa firmemente a tratar das restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres” (ARUZZA [et al], 2019, p.29). Acrescentam,

Em vez de buscar abolir a hierarquia social, visa a ‘diversificá-la’, ‘empoderando mulheres talentosas’ para ascender ao topo. Ao tratar as mulheres como ‘grupo sub-representado’, suas proponentes buscam garantir que algumas poucas almas privilegiadas alcancem cargos e salários iguais aos dos homens de sua própria classe. Por definição, as principais beneficiárias são aquelas que já contam com consideráveis vantagens sociais, culturais e econômicas. Todas as demais permanecem presas no porão (ARUZZA [et al], 2019, p.29).

Percebemos que o feminismo liberal tem como função a emancipação de um grupo de mulheres, sem levar em conta a adjetivação. Ao tratar as mulheres como universais, exclui aquelas que não se enquadram no grupo de mulheres brancas. Vale ressaltar que esse posicionamento não é um ‘descuido’, mas algo intencional. O objetivo é acabar com a desigualdade para algumas mulheres, até porque, para que isso ocorra, é preciso que mulheres racializadas se mantenham na subalternidade para garantir que poucas estejam no topo da hierarquia social. A resposta para o feminismo do “faça acontecer” é o feminismo que “impede que aconteça”, logo “não temos interesse em quebrar o telhado do vidro enquanto deixamos que a ampla maioria limpe os cacos” (2019, p.31).

[...] o feminismo que vislumbramos tem como objetivo atacar as raízes capitalista da barbárie metastática. Recusando-se a sacrificar o bem-estar da maioria a fim de proteger a liberdade da minoria, ele luta pelas necessidades e pelos direitos da maioria – das mulheres pobres e da classe trabalhadora, das mulheres racializadas e das migrantes, das mulheres queer, das trans e das mulheres com deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da ‘classe média’ enquanto o capital as explora (ARUZZA [et al], 2019, p.29).

Esse é um feminismo que contempla as personagens aqui analisadas, pois abarca as diferenças existentes entre elas. Cada uma é explorada de uma maneira pelo sistema. Para as autoras, o cerne do problema é o capitalismo, já que “[...] sociedades capitalistas também são,

por definição, a origem da opressão de gênero. Longe de ser acidental, o sexismo está entranhado em sua própria estrutura” (2019, p.39). Para a engrenagem capitalista funcionar, é necessário existir peças fixas que sustentam o acúmulo de capital e as mulheres são elementos essenciais no processo, sobretudo com o trabalho de reprodução social. Nas duas narrativas esse sistema aparece de maneira clara.

Em *Desmundo*, o capitalismo aparece em sua forma embrionária com a expansão ultramarina, a ‘conquista de novos mundos’ e a dominação e exploração de terras e povos por meio da força. Em *Ponciá Vicêncio*, o sistema está aprimorado, já que a narrativa trata da pós escravidão, uma das técnicas mais cruéis de acúmulo de capital. Foi com a escravização de seres humanos que riquezas incalculáveis foram construídas. Nesse cenário de exploração de terras e pessoas, as mulheres têm um papel preponderante.

O capitalismo, porém, estabeleceu outros modelos, notadamente ‘modernos’, de sexismo, sustentados pelas novas estruturas institucionais. Seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo. Com esse golpe, o capitalismo reinventou a opressão das mulheres e, ao mesmo tempo, virou o mundo de cabeça para baixo (ARUZZA [et al], 2019, p.39).

Como o avanço do capitalismo, muitas coisas foram se modificando. Com a proibição da escravização, foi necessário novas formas de manter a geração de lucros. Mais do que nunca a formação de novos indivíduos, com o trabalho de reprodução social, se tornou fundamental para sustentar a engrenagem. Ainda dentro das senzalas, as negras eram tratadas como matrizes reprodutoras, como nos apontou Davis. Com a superação desse mecanismo, a manutenção da procriação foi reinventada, sobretudo quando surgem as fábricas que precisam de mão de obra barata. Esses trabalhadores são os filhos das mulheres negras, indígenas, brancas pobres etc. Nesse cenário, a opressão das mulheres ganha novos contornos. Elas precisam trabalhar, se reproduzir e cuidar dos filhos e todos à sua volta.

Como feministas marxistas e socialistas, levantamos algumas questões incômodas: o que a trabalhadora precisou fazer antes de chegar ao trabalho? Quem fez seu jantar, arrumou sua cama e aliviou seu estresse para que ela pudesse voltar ao trabalho após uma jornada fatigante, dia após dia? Será que alguém fez esse trabalho de produção de pessoas ou foi ela mesma que executou – não apenas para si, mas também para os demais membros de sua família? (ARUZZA [et al], 2019, p.82).

Nesse excerto fica evidente como o trabalho feminino é explorado em sua máxima potência. Os trabalhos de cuidado não cessam, há um acúmulo de responsabilidades pela vida de todas as pessoas que recaem apenas sobre as mulheres. Se são elas que geram o filho, é delas a responsabilidade de alimentá-lo, instruí-lo. Se elas tem um parceiro e ele provém os recursos financeiros, é das mulheres a responsabilidade de garantir que tenham comida disponível, roupa para trabalhar. Essas responsabilidades atribuídas às mulheres não se findam se elas também são provedoras, ou seja, se trabalham para ter dinheiro, é só mais uma das tantas responsabilidades que acumulam.

O histórico entrelaçamento do feminismo com o racismo também assumiu formas ‘mais sutis’. Mesmo onde não eram explicitamente racistas, as feministas liberais e radicais, sem distinção, definiram o ‘sexismo’ e as ‘questões de gênero’ de um modo que universaliza de forma enganosa a situação de mulheres brancas, de classe média. Extraíndo o gênero da raça (e da classe), elas priorizam a necessidade das ‘mulheres’ de escapar da vida doméstica e ‘sair para trabalhar’ – como se todas nós fôssemos donas de casa de bairros abastados! (ARUZZA [et al], 2019, p.58).

As atualizações que o capitalismo sofre de tempos em tempos faz com que a exploração ganhe novas formas, mais sutis, que transfigura o abuso em algo bom, como é o caso da maternidade. Vende-se a ideia da maternidade como algo maravilhoso, mas ao olharmos com cuidado compreendemos que isso é só mais forma, romantizada, de garantir que a reprodução social siga firme. Por isso a necessidade do rompimento da universalidade feminina. A maternidade romantizada não contempla a ampla maioria das mulheres, apesar de se fazer crer que é igual para todas pelas lentes do feminismo neoliberal. As autoras afirmam, “nada que mereça o nome de ‘liberação das mulheres’ pode ser alcançado em uma sociedade racista, imperialista” (p.59). Em outras palavras, é preciso garantir que as especificidades de raça e classe sejam contempladas. No que diz respeito à maternidade, sabemos que o tratamento é completamente distinto para mulheres ricas e pobres.

Finalizamos essa breve explanação sobre feminismo e marxismo, com a seguinte passagem “A reprodução foi relegada ‘à família”, onde foi feminizada e sentimentalizada, definida como ‘cuidado’ em oposição a ‘trabalho’, realizada por ‘amor’ em oposição do dinheiro” (p.85). A idealização da família e do cuidado mantém firme o sistema. Nas narrativas, a ideia de família é explorada com clareza. Oribela se casou para ter uma família, ter filhos portugueses. Ponciá se juntou com seu homem, seguiu trabalhando e tentando ter os filhos que

nunca vieram. Ambas representam o que o sistema quer: manter a subjugação e a exploração dos corpos, cada uma à sua maneira.

5 – AS PERSONAGENS, ORIBELA E PONCIÁ, RETRATOS DAS MULHERES BRASILEIRAS

*Assim, quando se propõe a escrever um romance,
uma mulher constata que está querendo
incessantemente alterar os valores estabelecidos –
querendo tornar sério o que parece insignificante a
um homem, e banal o que para ele é importante.*

Virginia Woolf

Após o percurso feito até aqui, de estudar a fortuna crítica das obras, de pensar as questões relacionadas à autoria feminina e aos movimentos feministas plurais, sempre da perspectiva múltipla do ser mulher, chegamos ao momento de observar mais detidamente as personagens que compõem as narrativas *Desmundo* e *Ponciá Vicêncio*, Oribela e Ponciá, duas representações ficcionais da complexidade feminina brasileira. É a partir do contato com elas que estudaremos a condição feminina, dadas as reflexões que suas existências proporcionam.

Antes de adentrar aos universos específicos de cada personagem, faz-se necessário discutirmos a importância da personagem para a ficção, como ela se forma e o que ela é capaz de fazer dentro de uma narrativa, já que é por ela que se cria o ponto de contato entre o real e o ficcional. Antonio Candido, em *O discurso e a cidade*, busca fazer uma “crítica integradora”, mostrando “de que maneira a narrativa se constitui a partir de materiais não literários manipulados a fim de se tornarem aspectos de uma organização estética regida pelas próprias leis, não as da natureza, da sociedade ou do ser” (CANDIDO, 1998, p.9). Essa perspectiva crítica é importante para pensar a literatura de autoria feminina, que busca, de modo geral, trazer para o campo literário uma nova perspectiva que, inevitavelmente, passa pela realidade das mulheres não ficcionais.

Entendemos que em *Desmundo* e em *Ponciá Vicêncio* essa transmutação do social para o ficcional acontece de maneira plena, pois os dados da realidade aparecem nas obras de tal forma que “natureza, sociedade e ser parecem presentes em cada página, tanto assim que o leitor tem a impressão de estar em contacto com realidades vitais, de estar aprendendo, participando, aceitando ou negando, como se estivesse envolvido nos problemas que eles suscitam” (CANDIDO, 1998, p.9). Sentimos a dor experimentada por cada personagem como

se fosse real, já que perpassa pelo imaginário do leitor a condição de sofrimento enfrentada pelas mulheres, brancas e negras.

De fato, uma das ambições do crítico é mostrar como o recado do escritor se constrói a partir do mundo, mas gera um novo mundo, cujas leis fazem sentir melhor a realidade originária. Se conseguir realizar esta ambição, ele poderá superar o valor entre 'social' e 'estético', ou entre 'psicológico' e 'estético', mediante um esforço mais fundo de compreensão do processo que era a singularidade do texto (CANDIDO, 1998, p.9-10).

No caso de *Desmundo*, a autora busca na história do Brasil sua personagem central e, através desses dados, ficcionaliza uma personagem que reproduz uma visão de mundo atual da condição feminina. Dessa maneira, essa aproximação com o real se dá em duas frentes, a primeira diz respeito ao fato histórico em si e a segunda está relacionada à possibilidade de existência de uma mulher combativa em relação aos seus direitos, fato que é totalmente possível na atualidade, dado o avanço dos movimentos feministas e a própria autoria feminina. Assim, Ana Miranda constrói em sua narrativa um universo verossímil.

[...] Saindo o sol a termo, para o outro lado do mundo, com seu desraiar, esperei nada mais ver que sombras, o vigia adormeceu no fundo da guarita, abri o portão devagar e pelos cantos da pedra escorreguei, tomando o caminho aprendido, sem pressa, para não ver perdida minha sorte nem ser encontrada por bárbaros ou bugios bravos ou gatos ou serpes, no rumo da cidade, que parecia chegar, ai Deus, Aldeia Galega, Landeira, Ranginha, iu ui, tudo é terra minha, me perdendo pelas matas a lamentar minha pouca preparação, até que avistei umas luzes alumando o céu e mudei a este rumo, mais uma caminhada e entrei na cidade (MIRANDA, 1996, p.109).

Nessa passagem, a autora narra a primeira fuga da personagem. O trecho inicia com uma descrição poética do anoitecer. Oribela espera o escuro da noite para se esgueirar portão afora e ir em busca de sua liberdade. A personagem não se conforma com o casamento nem com a prisão em que vive nas terras do marido. Ela, ardilosa e atenta, sabe que a nau irá partir na manhã seguinte e, sabiamente, espera o guarda dormir para fugir. Adentra a mata e se guia pelas luzes da cidade para chegar até o destino que ela gostaria de ter. Percebemos que Oribela não se conforma, não se curva ao destino a ela imposto, ela tenta, insiste em se livrar do casamento imposto, tenta retornar ao convento. Ana Miranda constrói uma personagem que luta pelo que quer, mesmo diante das adversidades, reflexo da condição contemporânea feminina que luta por seus direitos.

Já em *Ponciá Vicêncio*, a obra se fundamenta da história pós escravidão e é relatada a partir de uma autora negra que tem sua história pessoal atrelada a esse trágico período da história. Do mesmo modo, é possível dizer que Conceição Evaristo é fruto dessa história e cresceu ouvindo-as, conseqüentemente, isso está refletido em sua obra. Outro ponto relevante nessa discussão é o fato de Ponciá buscar ascensão social na cidade grande e encontrar saída no trabalho doméstico. Como já vimos, o trabalho doméstico era, e ainda é, o destino da maioria das mulheres negras, com baixíssima remuneração, resultado de uma abolição que não proporcionou nem a reparação nem as condições materiais de existência dessas pessoas. Portanto, trata-se de uma obra que explora o pacto da verossimilhança com o real.

Procurando acordar a coragem que havia adormecido sob o efeito do medo, Ponciá se dispôs a indagar às senhoras, que saíam da igreja, se não estavam precisando de alguém para trabalhar. A cada cristã, a pergunta era feita de sopetão, pois poderia ser que a fala ficasse soterrada na garganta. Quando saiu a primeira, ela se aproximou rápido, mas a moça seguiu em frente, e quando Ponciá conseguiu abrir a boca, a dona já estava longe. E assim foi com outras. Decidiu, então, esperar com as palavras arrumadas (EVARISTO, 2002, p.37).

Notamos nesse trecho que, apesar do trabalho doméstico ser o destino de mulheres como Ponciá, ele não vem tão fácil. Para que a mulher recém-chegada à cidade se insira no mercado de trabalho, ela passa, antes, por um processo de humilhação. Antes de conseguir o emprego, Ponciá é ignorada, passa despercebida aos olhos dos cristão na casa de Deus. Há uma fina ironia da autora, já que não há acolhimento de pessoas como Ponciá na porta da igreja, elas são invisíveis, e quando vistas, são consideradas estorvos, contrariando a máxima cristã de que devemos amar os outros como a nós mesmos. Fica explícito, ainda, a inabilidade da personagem em se comunicar, agravando sua invisibilidade. Ela precisa ‘arrumar as palavras’, ou seja, a fala não é espontânea, é preciso pensar, organizar e, principalmente, se submeter. Dessa maneira, ambas as narrativas se constroem a partir de elementos externos. Além disso, essa correspondência com a realidade se dá pela forma como as narrativas são compostas, numa intensa relação entre conteúdo, disposição dos capítulos e, sobretudo, trabalho com a linguagem.

Em outras palavras, é a forma como as obras são produzidas, com um fim em si mesmas, que faz com que haja essa percepção de realidade. É possível sugerir que é essa sensação que aproxima as obras de seus leitores. A partir desse viés interpretativo, no estudo desse *corpus* é inevitável retomar, ao peso dos movimentos feministas e movimentos negros que passam a impulsionar as obras de autoria feminina, além dos dados historiográficos, tanto no que diz

respeito ao resgate de escritos esquecidos, quanto no surgimento de novas autoras, que passam a ficcionalizar a história de mulheres.

Isto posto, faz-se primordial pensarmos como as personagens centrais de cada romance são construídas e como elas podem proporcionar ao leitor o efeito de estar lidando com um ser real. Antes de lançar luz em *Oribela* e *Ponciá*, é fundamental destacar alguns pontos apresentados por Antonio Candido sobre a constituição de personagens.

É uma impressão praticamente indissolúvel: quando pensamos no enredo, pensamos simultaneamente nas personagens; quando pensamos nestas personagens simultaneamente na vida que vivem, nos problemas em que se enredam, na linha do seu destino – traçada conforme uma duração temporal, referida a determinadas condições de ambiente. O enredo existe através das personagens; as personagens vivem o enredo. Enredo e personagem exprimem, ligados, os intuítos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam (CANDIDO, 2014, p.53).

A partir desse excerto, observamos que as obras em análise se fundam a partir da construção das personagens, que são inseridas em suas realidades ficcionais, com seus problemas e isso faz com que se estabeleça o "pacto ficcional", isto é o contrato implícito entre o autor e o leitor. Esse contrato tácito provoca uma suspeição de se tratar de uma história real. Assim, compreendemos que há uma busca por dados que estão disponíveis na sociedade e, por meio deles, há uma transmutação, um trabalho de linguagem que transforma tais elementos em ficção.:

A personagem é um ser fictício, - expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção *ser*? Como pode existir o que não existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende dessa possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial (CANDIDO, 2014, p.55).

Ponciá e *Oribela* representam fatos históricos que provocam essa sensação de um ser ficcional que suscita o efeito de real. Além disso, há o trabalho com a linguagem feito pelas autoras que, ao construir os enredos, o fazem de modo que essa “impressão da mais lídima verdade existencial” seja um atributo do texto. Dito isso, vale acrescentarmos que, conforme aponta o autor, as personagens são abordadas de modo incompleto, e assim, o autor, “ao abordar as personagens de modo fragmentário, nada mais faz do que retomar, no plano da técnica de caracterização, a maneira fragmentária, insatisfatória, incompleta, com que elaboramos o conhecimento dos nossos semelhantes” (CANDIDO, 2014, p.58). Para Candido, essa forma

incompleta de construir as personagens corresponde com o modo como as pessoas se conhecem, apenas recortes de sua existência, não sua inteira complexidade.

Dessa maneira, sabemos das personagens apenas o essencial para nos convencer de que sua história é real. Tanto de Ponciá quanto de Oribela, temos algumas informações de suas vidas na infância e suas relações familiares. No entanto, cada autora se propõe a contar os recortes feitos, e nada além disso. É a finitude de informações que garante essa aproximação com o real. E acrescentamos,

O Homo fictus é e não é equivalente ao Homo sapiens, pois vive segundo as mesmas linhas de ação e sensibilidade, mas numa proporção diferente e conforme avaliação também diferente. Come e dorme pouco, por exemplo; mas vive muito mais intensamente certas relações humanas, sobretudo as amorosas (CANDIDO, 2014, p.63).

O excerto sintetiza o que vem sendo dito, não há uma correspondência perfeita, há a inspiração no ser de carne e osso e, sobretudo, há a intensidade da vivência humana expressa em cada personagem. As obras destacam aquilo que é mais importante para o enredo e o que mais causará impacto no leitor. Assim, “a personagem é complexa e múltipla porque o romancista pode combinar com perícia os elementos de caracterização, cujo número é sempre limitado se os compararmos com o máximo de traços humanos que pululam, a cada instante, no modo-de-ser das pessoas” (CANDIDO, 2014, p.59).

Assim, é possível dizer que ambas, Oribela e Ponciá, são grandes personagens dadas as fortes temáticas que as envolvem e a forma como cada autora as construiu, profundas, porém simples, como aponta Candido “a força das grandes personagens vem do fato de que o sentimento que temos da sua complexidade é máximo; mas isso, devido à unidade, à simplificação estrutural que o romancista lhe deu” (CANDIDO, 2014, p. 59).

Quando viu Ponciá parada, alheia, morta-viva, longe de tudo, precisou fazê-la doer também e começou a agredi-la. Batia-lhe, chutava-lhe, puxava-lhe os cabelos. Ela não tinha um gesto de defesa [...] Ela não reagia, não manifestava qualquer sentimento de dor ou de raiva. E desde esse dia, em que o homem lhe batera violentamente, ela se tornou quase muda. Falava somente por gesto e pelo olhar (EVARISTO, 2002, p.83).

Ponciá é uma personagem que traz consigo a representação da dor das mulheres negras que vivenciam experiências similares. Longe de casa, da família, trabalhando como doméstica, tem de enfrentar a violência doméstica. É muito sintomático o seu mutismo. Se era difícil manifestar suas ideias para pedir trabalho, expressar-se diante da violência do companheiro era

impossível. Não havia formas de “organizar as palavras” apanhando. Conceição Evaristo traz para a história de Ponciá elementos cotidianos da vida das mulheres negras, com destaque para a violência doméstica, consequência do sistema que explora corpos negros.

Em *Desmundo*, a força interna da personagem se dá de outra forma.

Não me pude livrar da natureza de minha alma e do meu estado tormentoso, perdida no meu mesmo labirinto em que o desassossego se mostra em diversas figuras para nos fazer dar mais créditos a seus enganos e falsidades. Estava eu ali, metida nas atribulações, caída nas mãos da inciência, num afogamentos de mim, a me provar Deus diante do confundimento, da sanha, da heresia, caída em minha natureza de estar sempre andando pelos lugares sós e apartados de minha alma a esperar colher nos hortos alheios um grão de amor, uma semente de caridade, consumida pelos desejos da fantasia e o sonho de ter só meu o que quero e as mais graves tentações do mundo (MIRANDA, 1996, p.156).

Oribela, enquanto narradora protagonista expressa seus anseios, seus desejos. Através de uma linguagem onírica, imaginativa, ela revela suas vontades e age em prol de conseguir o que almeja. A natureza de sua alma é livre. Oribela é, dessa maneira, uma personagem que representa o anseio feminino por liberdade, quer soltar-se dos grilhões do patriarcado e tenta encontrar meios de realizar sua vontade. Ela é irrequieta, está sempre aturdida em seus pensamentos e desejos. Oribela verbaliza “o sonho de ter só meu o que quero e as mais graves tentações do mundo”, não se conforma e vai em busca do que quer.

Outra questão que se coloca é, se as existências das personagens forem transpostas para a realidade, ou seja, se as órfãs e as mulheres negras pós escravidão forem colocadas em perspectiva com mulheres reais, Oribela e Ponciá têm correspondências com essas vidas, no entanto, não na mesma complexidade. Compartilhamos a dor de Oribela, mas não é possível saber como foi, de fato, a vida das meninas órfãs portuguesas que ajudaram a construir a sociedade brasileira. Candido faz a seguinte colocação: “assim, numa pequena tela, o pintor pode comunicar o sentimento dum espaço sem barreiras” (CANDIDO, 2014, p. 60). Dessa analogia, compreendemos que em cada obra há tudo que precisa existir sobre o enredo que a compõe e os personagens que vivenciam essas experiências. Nas narrativas em análise, cabem um universo de possibilidades sobre as personagens.

Elas se parecem com pessoas reais porque têm características de pessoas reais e porque representam mulheres que se identificam com suas histórias, com suas vivências, entretanto, isso por si só não garante uma existência concreta. Os limites que o romance estabelece garante

que haja um universo único e absoluto e dele é possível extrair dados e informações das personagens que são suficientes para encantar e provocar conhecimento.

No caso específico da literatura de autoria feminina, ter acesso às histórias dessas mulheres é fundamental para a obtenção de um ponto de vista diferente sobre as mulheres e suas histórias. No entanto, suas vidas são apenas um recorte, traços de existências inventadas, profundas e intensas. Esse entendimento é necessário já que estamos lidando com teorias que tratam da realidade, como é o caso do feminismo, por exemplo, e é preciso delimitar a realidade e a ficção.

Para compreender a existência dessas personagens, encaramos suas construções através dos textos literários, como cada autora, nos dizeres de Brait (1987, p.11), deu “forma às suas criaturas”, construindo “a independência, a autonomia e a ‘vida’ desses seres de ficção”. É por meio desse trabalho que é possível percebermos como Ponciá e Oribela tornam-se personagens que representam uma realidade exterior à literatura. Essa correspondência é essencial para o trabalho, para entendermos como elas ficcionalizam a existências de mulheres reais, suas dores, sofrimentos e, sobretudo, suas diferenças. As personagens das obras do *corpus* podem, então, serem definidas como mulheres possíveis, como se lê a seguir:

[...] representar mulheres “possíveis” que refutam as imagens tradicionais, historicamente, a ela imputadas pelo pensamento patriarcal, como aquela marcada pela fragilidade excessiva e/ou delicadeza, pela santidade ou perversidade extrema, e, por fim, aquela que sinaliza a super-mulher surgida nos anos 1960, capaz de se multiplicar para dar conta de tudo o que se espera dela: competir no mercado de trabalho, honrar com as responsabilidades de mãe, de esposa e de dona-de-casa e, além de tudo isso, manter-se linda, magra e desejável (ZOLIN, 2009, p.114).

Zolin nos mostra como as personagens podem ser marcadas por essas características da realidade, de suas existências serem possíveis aos olhos do leitor. Oribela e Ponciá podem ser lidas dessa maneira por nos reconhecermos em suas dores. É a riqueza dessa relação que nos permite pensá-las pelas lentes da autoria feminina e dos feminismo plurais. Ao produzirem seus textos, as autoras trazem para a literatura esse ponto de contato com a realidade, mas não apenas isso. Elas constroem, por meio da escrita, personagens que apresentam características mais realísticas em relação às mulheres, fogem do padrão de personagem feminina mantido pelo cânone por séculos, criam novas perspectivas, e novas possibilidades, muito distintas daqueles que estávamos acostumados a ver na literatura escrita por homens.

A construção dos personagens a partir da ótica feminina traz para o leitor a experiência de conhecer mais sobre as mulheres a partir das próprias mulheres. No nosso entendimento, Ana Miranda cria Oribela para romper com barreiras do silêncio imposto. Coloca no centro de uma narrativa em primeira pessoa uma menina que cospe na cara de um homem no século XVI, que foge do marido e que tem um filho fora do casamento. Essa escrita é possível na contemporaneidade, quando, enfim, as mulheres passam a ter o direito à escrita, à publicação.

Conceição Evaristo, também promove a subversão da ordem, de maneira contundente por fazer parte do grupo de mulheres negras que precisou travar muitas batalhas para ter o direito básico de educação. Assim, Ponciá surge como uma figura que busca a ruptura. Ela tem coragem de ir para a cidade, apesar do destino certo como doméstica, e é o ímpeto de sair, de buscar novos horizontes, que faz com que ela consiga se desvencilhar dos grilhões, encontrar seu caminho de volta para a casa. Não apenas de volta para a vila, mas de volta para a ancestralidade, para o reencontro com suas origens.

As narrativas do *corpus* se tornam possíveis a partir desse movimento contestatório do que está dito, do que está posto como natural, como normal. Por muito tempo se fez crer que as mulheres não escreviam por incapacidade. Hoje é sabido que isso é uma falácia, já que havia muitas barreiras a serem derrubadas. Com o avanço das pesquisas e com a mudança de perspectiva, aspecto fundamental no processo, temos ciência de que os negros nunca aceitaram a escravização, que muitas mulheres escreveram ao longo dos séculos. O que acontecia era o apagamento e silenciamento de vozes que não fossem do homem branco.

Corroboramos tal pensamento com o seguinte excerto:

Pajem do sinhô-moço, escravo do sinhô-moço, tudo do sinhô-moço, nada do sinhô-moço. Um dia o coronelzinho, que já sabia ler, ficou curioso para ver se negro aprendia os sinais, as letras de branco, e começou a ensinar o pai de Ponciá. O menino respondeu logo ao ensinamento do distraído mestre. Em pouco tempo reconhecia todas as letras. Quando sinhô-moço certificou-se de que negro aprendia, parou a brincadeira. Negro aprendia sim! Mas o que o negro ia fazer com o saber do branco? O pai de Ponciá Vicêncio, em matéria de livros e letras, nunca foi além daquele saber (EVARISTO, 2002, p.17).

Por meio de um paradoxo, Evaristo nos mostra o que o negro representava na vida de um branco. Ao mesmo tempo que era tudo, por servi-lo, acompanhá-lo, era nada. Ao perceber que o menino negro era capaz de aprender, o sinhô para a brincadeira, ou seja, para o coronelzinho seu ‘escravo’ não passava de um brinquedo, de uma marionete em suas mãos, para fazer tudo que ele queria. Ao ter a dúvida em relação ao que poderia ser feito pelo negro

com o conhecimento apropriado pelo branco como seu, a brincadeira deixou de ter graça e transformou-se em ameaça.

Essa passagem é significativa porque demonstra que havia interesse do pai de Ponciá em aprender as letras, mas isso lhe foi negado no instante em que passou a ser uma ameaça para o menino branco. Ponciá teve ‘mais sorte’, conseguiu iniciar sua alfabetização através de missionários que passaram pela vila, “começou a formar as sílabas e, quando já estava formando as palavras, a missão acabou” (p.26), no entanto ela persistiu e “foi avançando sozinha e pertinaz pelas folhas da cartilha. E em poucos meses já sabia ler” (p.26).

Percebemos nessas passagens a dificuldade de acesso dos negros ao conhecimento, tomados de assalto pelos brancos, como se esse direito fosse exclusivo. Nos dois momentos da narrativa é perceptível a vontade de aprender. No caso de Ponciá ela consegue avançar sozinha, mas são muitas as restrições. Assim, fica evidente o silenciamento. Como produzir conhecimento sem a aprendizagem básica das primeiras letras? Em *Desmundo*, a questão educacional também aparece, porém promove outras reflexões.

Oribela cresce em um convento, logo, tem a oportunidade de aprender a ler e a escrever, tem acesso aos livros, sabe ler a bíblia, realidade muito distinta das meninas negras, que viviam presas em senzalas. A personagem sabe sobre os ‘ensinamentos necessários’ que uma mulher deve ter ao dizer que “pobre as que não tiveram mães e lhes ensinar as artes mais altas” (p.44). Em outras palavras, a menina órfã, apesar de todo sofrimento, era instruída e tinha conhecimentos diferentes das indígenas e negras. No entanto, é necessário ressaltar que essa instrução não era emancipadora, ao contrário, era um mecanismo de construção de uma boa esposa, saber ler, saber bordar, saber se comportar, como se lê a seguir.

Não querer com os olhos catar ora aqui ora acolá, não atalhar as palavras de quem fala e ouvir, que é sábio, não cuspir em ninguém nem diante de alguém, não consentir que cheguem ao corpo, não repreender os outros mais a si mesmo, não tomar emprestado dinheiro ou veste, limpar o corpo por fora como por dentro, saber ser menor que todos os outros, não provar de tudo à mesa, não querer saber onde estão as baixelas dos inimigos, falar pouco ou baixo, diante de uma porta, bater ou chamar e entrar só se mandarem. Tantas coisas nos ensinavam para nos lustrar e ver se havia entre as órfãs da rainha uma que fosse mais proveitosa (MIRANDA, 1996, p.40).

Nessa passagem fica evidente como as meninas brancas eram educadas e instruídas para serem polidas, educadas, gentis e quase invisíveis diante da sociedade. Essa educação era uma preparação para o casamento. Em outras palavras, era necessário que as órfãs seguissem um

modelo idealizado de comportamento, que atendia a necessidade do homem branco, ou seja, ser quase invisível aos olhos dos outros e estar sempre pronta para servir.

Diante do exposto, podemos compreender a complexidade e grandiosidade das personagens femininas dos dois romances em foco. A construção ficcional de cada autora nos proporciona enquanto leitores a sensação de estarmos diante de duas mulheres reais. Essa é a razão de estudá-las pelas óticas da autoria feminina e dos feminismos plurais. É a partir do desenvolvimento desses campos teóricos que personagens como Ponciá e Oribela podem existir na ficção. Logo, voltamos a frisar a importância da escrita feminina, que surge por meio do acesso ao conhecimento e que garantiu que mulheres pudessem contar suas próprias histórias e nos apresentar outros pontos de vistas de histórias que conhecíamos por um único viés. Assim, é importante dizer que “Histórias importam. Muitas histórias importam. Histórias têm sido usadas para expropriar e tornar maligno. Mas histórias podem também ser usadas para capacitar e humanizar. Histórias podem destruir a dignidade de um povo, mas histórias também podem reparar essa dignidade perdida”.⁵

5.1 – Oribela, a mulher portuguesa

A vista de uma colina distante tangeu dentro do meu coração música de boas falas, como doçainas e violas d’arco, a ventura mais escondida clareia a alma. Ali estava bem na frente a terra do Brasil, eu a via pelos estores treliçados, lustrada pelo sol que deitava. Uxtis, uste, xulo, cá! Verdadeira? Tão pequena quando pudesse eu imaginar, lavada por uma chuva de inverno, verde, umas palmeiras altas no sopé, por detrás de nuvens de tapeçaria, véu de leve fumo. Hio, hio, huhá. Espantada que a alegria pudesse entrar tão profundamente em meu coração, em joelhos rezei. Deus, graças, fazes a mim, tua pequena Oribela, a mais vossa mercê em idade inocente, um coração novo e um espírito de sabedoria, já estão tão cegada pela porta de meus olhos que nada vejo senão deleitos, folganças do corpo, louvores, graças prazentes e meu coração endurecido, entrevado sem saber amar ou odiar. Assim como o azeite acende o lume, a vista acende o desejo. Dá a mim a graça de muitas lágrimas com que lavar o meu sonho, maior que meu corpo (MIRANDA, 1996, p.11).

Esse é o primeiro parágrafo da obra de Ana Miranda e traz consigo as características fundamentais de Oribela. Desde as primeiras linhas fica evidente que é a personagem quem irá

⁵ Disponível em:

https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript?language=pt. Acesso em 12/03/2023.

contar sua história. A construção em primeira pessoa traz para a obra a perspectiva feminina na forma mais genuína: esta não é apenas uma obra sobre mulheres, é contada a partir do ponto de vista de uma mulher, de uma criança como fica claro na construção “idade inocente”. É nesse momento que se revela tratar-se de uma estrangeira chegando ao Brasil. Sua origem, a cor da sua pele, são elementos fulcrais.

O excerto traz também alguns elementos que estão presentes ao longo de todo o texto e estão intimamente ligados às características da personagem. Oribela é religiosa, criada em um convento, logo, a presença divina irá perpassar toda a narrativa. É a Deus que ela recorrerá em todos os momentos, bons e ruins. Vale destacar a presença das interjeições, que revela outra característica importante: Oribela é uma personagem sonhadora, imaginativa, tal qual a criança que é. Os elementos oníricos aparecem em alguns momentos e é sua capacidade de sonhar e imaginar que a transforma numa menina questionadora e combativa.

Desse primeiro parágrafo, que dá o tom de toda narrativa, é fundamental destacar, ainda, a dor que está presente na fala da personagem, apesar de sua tenra idade, é um “espírito de sabedoria”, devido às tantas dores sofridas em sua curta existência. Ficou órfã muito cedo e foi entregue pelo pai ao convento. No entanto, é preciso destacar que, apesar de suas experiências negativas, há esperança em suas falas, em sua vida, uma expectativa de libertação de sua condição. Esse é o motor da narrativa, o desejo, a esperança e a vontade de Oribela de transformar sua realidade.

Para contar a história dessa personagem, Ana Miranda, representa em *Desmundo* um período histórico brasileiro que determinou as condições sociais que vivemos na atualidade, sobretudo para as mulheres. Sua história é relevante porque ela não é uma mulher qualquer. Oribela é enviada ao Brasil para contribuir com o processo colonizador, sendo responsável por garantir a formação de uma sociedade igual a Portugal, com os valores cristãos e, principalmente, uma sociedade branca, sem a miscigenação dos portugueses com indígenas e negras. Sua relevância, no entanto, não se limita ao ideal colonizador e patriarcal. Oribela demonstra, ao longo da narrativa, sua força enquanto personagem que consegue problematizar sua condição feminina.

La tirar de mim o cheiro de lã podre, vestir camisa limpa, lavar o sal da pele, comer fruta da árvore, carne assada, esquentar as mãos num fogão de lenha, assentar à mesa, adeus ferrugem, adeus carne de porco na banha, ai um pão quente, um ceitil de cerejas, tudo parecia alta maravilha, qualquer botão de corno, qualquer fita, nova vida, sem rezar pelas monções nem temer as tempestades e jogar os pequenos ágnus-dei de cera na água para acalmar, rainha de nossa sorte, lançar às águas as cartas de baralho, os livros de pecado e fornicções fora do preço de nossa vida tão mal paga, que nada vale, ia poder

andar numa relva, ter uma igreja onde assistir à missa e imagem de santa, deixar malda de leite à janela para os mortos, lavar minha boca, que sentia os dentes escuros de mula espanhola, ide deitar numa cama sem me importar se era dia santo ou domingo e ao acordar comer chorizos de sangue, depois de estômago cheio rezar pois, disse meu pai, na hora do batismo encostaram em minha testa uma cruz e eu gritara muito, prova de haver coisa em mim (MIRANDA, 1996, p.12).

Uma das principais características de Oribela é sua constante demonstração de esperança por uma vida melhor. Fica evidente como a travessia do mar foi longa e difícil e a necessidade de ter uma vida mais tranquila, com higiene, com comida e com a religião, tão importante para ela. Esses são seus desejos de menina ao chegar na nova terra, já que, como demonstrado ao longo do texto, sua vida em Portugal não fora nada fácil, como fica evidente na passagem que relata o momento de seu batismo e a fala de seu pai. Constantemente a personagem relembra as ações do pai e o poder patriarcal que exercia sobre seu corpo. Além disso, no trecho ‘prova de haver coisa em mim’ antecipa o que virá depois: seu comportamento destoante do que está predeterminado para as mulheres.

[...] mas cada dia me fizeram mais distante de onde fora eu arrancada com muita pena por serem meus pés quais abóboras nascidas no chão, minhas mãos uns galhos que se vão à terra e a agarra por baixo das pedras fundas. Aquele era o meu destino, não poder demandar da minha sorte, ser lançadas por baías, golfos, ilhas até o fim do mundo, que para mim parecia o começo de tudo, era a distância, a manhã, a noite, o tempo que passava e não passava, a viagem infernal feita aos olhos das outras órfãs que me viam e descobriam, de meus enjoos, das náuseas alheias, da cor do mar e seu mistério maior que o mundo (MIRANDA, 1996, p.15).

Nessa passagem fica evidente que o momento de felicidade com a chegada passa e Oribela se dá conta de seu destino, se dá conta de ‘não poder demandar de minha sorte’. Sua condição está clara. Não há escolha. Seu destino foi traçado por outrem. A palavra ‘arrancada’ demonstra sua saída a força, a retirada de sua terra sem sua permissão, de forma violenta, sendo lançada ao mundo, a própria sorte. Depois desse choque de realidade, a personagem começa a conhecer o mundo novo, suas características, os povos que habitam, suas formas de viver e vai se adaptando.

Numas moradias de pedra e outras casas a serviço do rei, bem cerradas as portas, de umas frestas das janelas se viam sombras escuras de gente nos espreitando, deviam ser as mulheres do lugar, tivessem birra de nós, lá de trás da casa, ó sol, feito umas galinhas chocas. Por cima dos muros, umas varas davam grande cópia de melindrosas boninas e jasmíns se enredavam pelos troncos e edificios. Uma escrava saiu da porta e assombrada vi que suas vestes

rangiam, os pendentos nas orelhas muito bem esmaltados, fosse uma fidalga num coche ao paço ou às Endoenças, alma a caminho do inferno, seu colo supunha joias de ouro, margaridas, que são Jesus no colo das boas mulheres e pérolas no das putas e das regateiras (MIRANDA, 1996, p.35).

Esse excerto evidencia valores cristãos que trazem consigo questões importantes sobre a condição feminina: o revelar de uma hierarquização que se manifesta, a princípio, pela raça. Há uma valoração e há, ainda, a percepção de uma rivalidade entre as mulheres, construída pelo patriarcado, com o objetivo claro de não permitir que as mulheres se unam contra o sistema. Se há uma rivalidade estabelecida, a chance de existir uma união feminina é pequena. Essa é uma das tantas artimanhas do sistema patriarcal para encerrar mulheres em sua condição. A construção da rivalidade associada à crença do pecado feminino são peças fundamentais dessa engrenagem social.

“E nos mandaram em joelhos rezar, que fazíamos pouco de nossos ímpetos mulheris dados ao demônio que devíamos temer e vigiar, vivia o Mau dentro de nossas almas negras, para não sermos arrebatadas pelo espírito do maligno e que depois nós fôssemos confessar em joelhos” (MIRANDA, 1996, p.41). Há dois elementos fundamentais nessa passagem. O primeiro diz respeito à condição feminina associada ao demônio, a necessidade de rezar para que o ‘espírito do maligno’ se afaste. Numa sociedade fundamentada na cultura cristã, essa relação deposita sobre as mulheres um enorme peso, já que suas atitudes fora das regras determinadas pelo sistema cristão, faz com que sejam ‘endemoniadas’. Além da associação com o demônio, há a expressão ‘almas negras’, que pode ser entendida como uma alusão ao que é sujo, pecaminoso, fora dos padrões cristãos, numa clara alusão aos negros, que além da pele escura, não pratica a mesma religião, conseqüentemente, tem valores culturais diferentes, considerados pelo branco colonizador como inferior.

Percebemos que a desvalorização da população negra se faz presente no universo da menina portuguesa, há uma hierarquia e há uma associação do negro ao que é ruim. Esses elementos nos são importantes para pensarmos a diferença entre as mulheres. A personagem portuguesa não está livre dos preconceitos aos quais está exposta. Ela os reproduz apesar de ser também uma vítima do sistema.

Neste mundo não há prazer permanente, nem tristeza que logo esvaneça, assim como as coisas todas tem fim e termo. E se diz. Quem vai ao longe casar ou vai enganado ou vai enganar. Veio um mau augúrio em mim, uma tristeza tão grande como se tivessem dado uma pensa de açoites, na lembrança do que diziam. Para enriquecer, tudo é bem. Agradei não ter recebido o mais ruim de todos os males, que fora ser escolhida para casar com o mouro para ter

minha alma direta ao fim de todos infernos e fiquei um grande tempo pensativa com o sangue gelado de medo de que podia ter o mouro, chifres debaixo do chapéu e pelas nas botas de cordovão (MIRANDA, 1996, p.61).

Mais uma passagem que revela como preconceito está arraigado na personagem portuguesa. Apesar do sofrimento de ter de se casar a força com um homem mais velho, há um sentimento de gratidão por não ter sido escolhida a se casar com o mouro, homem muçulmano negro. No decorrer da narrativa, é ele quem a salva e é com ele que tem um filho, com o mouro Ximeno Dias, numa clara demonstração de que não é possível controlar tudo, já que a personagem tinha preconceito em relação a sua religião. Não havia como a coroa de Portugal determinar todos os relacionamentos, além disso, essa relação demonstra a fratura no empreendimento português de transformar o Brasil numa vitrine da matriz.

É preciso destacar, no entanto, que os desmandos sobre o corpo da mulher branca permanecem, como veremos a seguir.

Oh como és parva. Uma perdida! Decho que praga, tão bom homem parece ele e tu uma frouxa, rabugenta, pé-de-ferro, regateira, baça, demoninhada, pardeus, forte birra é esta que tomas contigo, ora vai0te, eramá, como te amorfinas, mexeriqueira e sonsa, que rosto de mau pesar para casarem contigo, tinhosa, que cheiras a raposa, rasto de burra, torta defumada (MIRANDA, 1996, p.57).

Após recusar seu primeiro pretendente a marido, esse é o tratamento dado à personagem pelo padre. A associação do comportamento feminino com os ideais cristãos faz com que as mulheres tenham que seguir o que é determinado pela Igreja. Se há qualquer mudança naquilo que está estabelecido como certo, existe um processo de subjugação e violência. Apesar de haver um sistema prisional imposto pela religião, é a ela que Oribela recorre nos momentos mais difíceis, não há na personagem nenhum processo reflexivo sobre como é a própria igreja que a faz sofrer.

Entre divagar sobre o poder de Deus, do rei, do papa, sendo cada um soberano, um da alma, um do corpo, um da fé, seus sacerdotes e seus círios, fiquei. Que governam nosso espírito em trabalho de agonia, só na reverência havia salvação, uma triste hora antes que anoitecesse tão pasmada estava eu, com tanto medo de ser castigada, que me não atrevera a declarar com palavras mais nada enquanto pensava no poder que movia meu ser infeliz, a alma em pedaços e quem é que fazia justiça desse mundo, se Deus tinha orelhas tão grandes assim para meu ínfimo murmúrio. Fora eu roubada de tudo quanto levava, sem deixarem nem um pai ou a mãe (MIRANDA, 1996, p.86).

Esse trecho revela uma característica importante da personagem e sua condição feminina. Essa passagem se dá após a primeira fuga do marido. Oribela não se adapta e quer voltar a todo custo para Portugal, no entanto, é resgatada pelo marido e passa a viver com medo de sua condição, pois sabe que não pode fazer o que quiser com sua vida. Ela não tem essa escolha. E, ao final, quando fiz que ‘fora roubada’, entendemos que dela não foram retirados apenas bens materiais, mas tudo que teve de mais importante em sua vida, a começar pela morte da mãe, deixando-a órfã e à mercê do Estado patriarcal, que a enxerga apenas a partir de sua condição biológica.

As fêmeas vacas davam bezerros todos os anos, desde novilhas e mesmo as velhas seguiam parindo até a morte, umas pretas e lisas que pareciam vidradas no resplendor e brancura e outras de muita virtude, que eram leves e duras, vacas como que umas órfãs da rainha, oh, que trabalhos tinham aqui por nossos pecados, obrigadas a mísera vida cumprindo uma sentença, vacas do céu, desconfiadas, cada uma a penar por si, sem tempo, cha cha cha, samicas doudejais vós? Cha cha cha demoninhadas, de olhos tão marejados, senhoras, que cada momento de hora são mil anos de tristura (MIRANDA, 1996. p.101).

Oribela se compara com as vacas, uma vida como a dos animais, sentenciada pelo desejo do homem, com o destino certo de reproduzir, de parir até a morte, de garantir que a sociedade permaneça da forma que deseja a coroa portuguesa. Qualquer tentativa de fuga desse destino é brutalmente castigada.

Senti uns passos e atrás na areia vinham dois marujos, com seus barretes, em um modo de arremeter e saltei, corri com toda a ligeireza de minhas pernas, mas logo me alcançaram, na areia rasgaram a minha camisa e se lançaram sobre mim, se servindo um como esposo, outro me agarrando as mãos. Por amor de Deus, não me façam mal, eu pobre mulher te peço com lágrimas prostrada, que não arranques tua força contra minha fraqueza porque sou mulher que não sei me defender, nem sei mais que chorar diante de Deus a sem razão (...) (MIRANDA, 1996. p.111).

Oribela não tem o direito de escolha, não pode fugir. Desacompanhada do marido, está fadada à má sorte.

Quando Oribela foge do marido pela primeira vez, numa tentativa desesperada de se libertar e retornar a Portugal, depara-se com a dura realidade da ausência de liberdade do corpo feminino, pois arriscar-se sozinha no ‘desmundo’ é criar oportunidade para que a virilidade masculina atue. No excerto transcrito, notamos o poderio que a figura masculina detém sobre o corpo feminino. Os tripulantes da nau, ao se depararem com Oribela correndo pela praia, se sentiram no direito de abusar de seu corpo, estuprando-a brutalmente. Dessa

forma, percebe-se que além de não poder ir e vir, o corpo feminino está em constante vulnerabilidade, já que há na sociedade patriarcal uma cristalização de que o corpo feminino é propriedade do masculino, e isso é manifestado independentemente se há laços matrimoniais ou não, se é mulher e está no caminho o direito de abuso se estabelece (PEREIRA, 2019, p.44).

O sistema não deixa alternativa. É preciso seguir as regras, ou o castigo é certo, como se lê a seguir:

Partiu Francisco de Albuquerque em seu cavalo, sem tornar atrás os olhos para ver se eu me arrastava ou caminhava, pela estrada, trilhas, lonjuras, espinhos, cascalhos, pedras, sementes, gravetos, estrume, sem paradas para um repouso, sem nunca em esse tempo me dar de comer coisa alguma, nem água, os pés cada vez mais em suas gritas e sangue brotando deles, por todas as léguas entre a cidade e o fortim, horas que pareceram cem anos de inferno, sem respeito por minha pena, sem ouvido por minhas súplicas, bem afrontada e chorando minhas desventuras (MIRANDA, 1996, p.113).

O castigo dado a Oribela é ser arrastada mata adentro até retornar a fazenda de seu marido. Ela sente na pele, no corpo, o peso de ser mulher, o peso de fugir às regras. Ao contar suas desventuras, expressa a dor de sua condição mulhêr, de sua sujeição e desamparo. Ao longo de toda a obra acompanhamos as experiências da personagem e suas lembranças de antes da viagem ao desmundo. São essas retomadas ao passado que vão nos revelando quem é essa mulher.

Assim, é possível dizer que Oribela é audaciosa, questiona, foge. Apesar da improbabilidade de sua existência, a personagem é fruto de uma construção contemporânea, com o feminismo como pano de fundo. Em outras palavras, a criação de Ana Miranda torna essa personagem possível, com correspondência com a realidade, dados os avanços dos direitos conquistados pelas mulheres. Oribela é sonhadora e seus pensamentos transcendem a vida que lhe está destinada. Essa é uma determinação dada por sua criadora e que revela tratar-se de uma personagem que promoverá grandes feitos. As características que lhe são conferidas são imprescindíveis para que o leitor saiba quem é a personagem.

Estamos diante de uma personagem intensa, que consegue se livrar de um casamento cuspidando na cara de seu pretendente, e, apesar de ser obrigada a casar-se com outro, não se esmorece na luta por sua vontade de ser liberta. Foge, é resgatada. Foge mais uma vez e sela seu destino de libertação como veremos mais adiante.

5.2 – Ponciá, a mulher negra

Quando Ponciá Vicêncio viu o arco-íris no céu, sentiu um calafrio. Recordou o medo que tivera durante toda a infância. Diziam que menina que passasse por debaixo do arco-íris virava menino. Ela ia buscar o barro na beira do rio e lá estava a cobra celeste bebendo água. Como passar para o outro lado? Às vezes ficava horas e horas na beira do rio esperando a colorida cobra do ar desaparecer. Qual nada! O arco-íris era teimoso! Dava uma aflição danada. Sabia que sua mãe estava esperando por ela. Juntava, então, as saias entre as pernas tampando o sexo e, num pulo, com o coração aos saltos, passara por debaixo do angorô. Depois se apalpava toda. Lá estavam os seinhos, que começavam a crescer. Lá estava o púbis bem plano, sem nenhuma saliência, a não ser os pelos. Ponciá sentia um alívio imenso. Continuava menina. Passara rápido, de um só pulo. Conseguira enganar o arco e não virara menino (EVARISTO, 2002, p.13).

A obra de Conceição Evaristo também começa anunciando características fundamentais de sua protagonista, demonstra a inocência de uma menina que terá sua história narrada por outrem. Diferente de Oribela, Ponciá será contada, falarão por ela, demonstrarão como foi sua trajetória de descoberta de si mesma. Além da questão do narrador, esse primeiro parágrafo traz elementos culturais importantes da população negra, através da palavra angorô, da mitologia bantu. O excerto já indica o trabalho com o barro, a conexão com a terra, com as origens. No desenrolar da narrativa, essa passagem se torna essencial para compreender as dores da mulher negra.

Ao longo da narrativa percebemos que Ponciá Vicêncio tem uma personalidade quieta e introspectiva. Carrega consigo o peso da herança deixada por seu avô e, dessa forma, passa sua vida voltada para si mesma, de forma apática, cada vez mais calada e mergulhada em seus pensamentos, aguardando que a herança se cumpra. Essas características ficam evidentes na seguinte passagem:

Ponciá Vicêncio deitou na cama imunda ao lado do homem e de barriga para cima ficou com o olhar encontrando o nada. Veio-lhe a imagem de porcos no chiqueiro que comem e dormem para serem sacrificados um dia. Seria isto vida, meu Deus? Os dias passavam, estava cansada, fraca para viver, mas coragem para morrer também não tinha (EVARISTO, 2017, p.29).

Há nesse trecho a dor que Ponciá carregava consigo, a dor de sua existência marcada pela escravização, pela exploração dura e constante. Logo no início da narrativa Ponciá é caracterizada com os traços de seu avô que enlouqueceu. Andava encurvada, com o braço para trás e a mão fechada, a imitar o avô cotó que se automutilou após um ataque de fúria frente a

sua condição desumana de escravizado. Também ria e chorava como ele e vivia absorta em seus pensamentos, na mesma inconformidade vivida por Vô Vicêncio. Todas essas características são determinantes para o desenvolver da narrativa, que culminará numa busca incessante por identidade e liberdade dos negros, o desejo mais profundo do avô.

Sua apatia com o mundo pode ser relacionada com a precariedade ainda vivida pela população negra, em especial as mulheres, que ainda estão imersas em trabalhos domésticos, como é o caso da personagem, muitos desses trabalhos são análogos à escravidão. Dessa forma, Conceição Evaristo constrói uma personagem que vive os reflexos pós escravidão que se perpetuam para a população negra fora da ficção. Essa indiferença com o mundo de dor que a rodeia fica evidente na passagem a seguir:

Nos dias em que ficou no povoado, à espera do trem, por várias vezes sentiu o vazio, a ausência de si própria. Caía meio morta, meio desfalecida, vivendo, porém, o mundo ao redor, mas não se situando, não se sentindo. As pessoas não se assustavam com o desfalecimento de Ponciá. Ela ia e vinha de suas ausências, nenhum pavor, nenhuma estranheza dos outros ela percebia (EVARISTO, 2002, p.55).

Não era apenas a personagem que tinha apatia pelo mundo. Este também não a percebia, num processo claro de invisibilidade da população negra. Essas características da personagem e da condição negra vão sendo desvendadas através de um vai e vem ao passado, revelando dados da subjetividade de Ponciá. Os capítulos são desenvolvidos de maneira curta e intercalados entre passado e presente, formando uma narrativa circular, não-linear. Essa forma gera uma expectativa em torno do enredo e faz com que o leitor vá compreendendo as angústias da personagem principal à medida em que em fatos do passado vão aparecendo ao longo da narrativa. Essa maneira de contar também cria uma expectativa em relação ao que está sendo narrado, já que quando retorna ao passado, apesar de elucidar pontos elementares da trama, há um corte no que está por vir, no que irá acontecer com as personagens. Tal característica fica evidente com a questão da herança deixada por Vô Vicêncio para Ponciá, pois ao longo de todo texto, nesse vai e vem, espera-se saber o que é essa herança.

Como já dito anteriormente, não é Ponciá quem conta sua história. No entanto, quem a narra tem conhecimento do que se passa na vida de cada personagem, da angústia vivida por cada um, intensificando, dessa forma, a denúncia da condição da população negra. Com esse tipo de narração, é possível dar visibilidade para todas as nuances da história, evidenciando outros personagens que serão fundamentais para as transformações que Ponciá passará ao longo da narrativa, como é o caso de seu avô.

A menina ouvira dizer algumas vezes que Vô Vicêncio havia deixado uma herança para ela. Não sabia o que era herança, tinha vontade de perguntar e não sabia como. Sempre que falavam dele (falavam muito pouco, muito pouco) a conversa era baixa, quase cochichada, e quanto ela se aproximava, calavam. Diziam que ela, assim como ele, gostava de olhar o vazio. Ponciá Vicêncio não respondia, mas sabia para onde estava olhando. Ela via tudo, via o próprio vazio (EVARISTO, 2002, p.27).

Nessa passagem fica claro como o destino e as características da personagem são profundamente marcados por outros personagens. A obra de Evaristo não é apenas sobre Ponciá, mas sobre a condição negra. Isso fica evidente pela ausência da determinação espacial. Não há, ao longo de toda narrativa, uma demarcação espacial precisa, ou seja, não se sabe se a história se passa em Minas Gerais, local de origem da autora, ou em qualquer outro local do Brasil. No que diz respeito ao espaço, apenas há a separação entre a Vila Vicêncio e a cidade.

Essa característica é relevante para o entendimento da obra e da personagem, pois revela a repetição da história de exploração de homens e mulheres negras em todo o país. É possível dizer, dessa maneira, que os sofrimentos experimentados pela família de Ponciá são os mesmos de todos os outros negros que foram trazidos para o Brasil para serem escravizados e continuaram num ciclo de exploração, mesmo após terem sua liberdade decretada. As dores de Ponciá, são as dores das mulheres negras. A história de Ponciá apresenta ao leitor discussões fundamentais sobre a realidade da mulher negra, sobre questões identitárias e de supressão de direitos básicos, mantenedores da dignidade, como a capacidade de falar, de expressar seus sentimentos e necessidades.

O tempo passava, a menina crescia e não se acostumava com o próprio nome. Continuava achando o nome vazio, distante. Quando aprendeu a ler e a escrever, foi pior ainda, ao descobrir o acento agudo de Ponciá. Às vezes num exercício de autoflagelo ficava a copiar o nome e a repeti-lo, na tentativa de se achar, de encontrar o seu eco. E era tão doloroso quando grafava o acento. Era como se estivesse lançando sobre si mesma uma lâmina afiada a torturar-lhe o corpo [...] Ponciá Vicêncio era para ela um nome que não tinha dono (EVARISTO, 2017, p.26).

Essa passagem revela um dado importante sobre a identidade da personagem. Ela não se reconhecia com seu nome. Apesar de ter desejado tanto aprender a ler e escrever, quando conseguiu se deparou com um nome que não lhe pertencia, com um acento que funcionava como ‘lâmina afiada a torturar-lhe’. Essa tortura vinda também do sobrenome que vinda da “reminiscência do poderio do senhor” (p.27). Nem o nome de Ponciá lhe pertencia de verdade.

A questão da identidade da personagem segue como um problema. Ponciá, que já não se reconhecia em seu nome de batismo, perde ainda mais suas referências quando decide ir para a cidade.

Quando Ponciá Vicêncio resolveu sair do povoado em que nascera, a decisão chegou forte e repentina. Estava cansada de tudo ali. De trabalhar o barro com a mãe, de ir e vir às terras dos brancos e voltar de mãos vazias. De ver a terra dos negros coberta de plantações, cuidadas pelas mulheres e crianças, pois os homens gastavam a vida trabalhando nas terras dos senhores, e, depois, a maior parte das colheitas serem entregues aos coronéis. Cansada da luta insana, sem glória, a que todos se entregavam para amanhecer cada dia mais pobres, enquanto alguns conseguiam enriquecer todos os dias. *Ela acreditava que poderia traçar outros caminhos, inventar uma vida nova.* E, avançando sobre o futuro, Ponciá partiu no trem do outro dia, pois tão cedo a máquina não voltaria ao povoado. Nem tempo de despedir do irmão teve. E agora, ali deitada de olhos arregalados, penetrados no nada, perguntando se valera a pena ter deixado a sua terra. O que acontecera com os sonhos tão certos de uma vida melhor? Não eram somente sonhos, eram certezas! Certezas que haviam sido esvaziadas no momento em que perdera o contato com os seus. E agora feita morta viva, vivia (EVARISTO, 2002, p.30, *grifo nosso*).

Essa passagem nos revela muitos traços importantes da personagem. Ela cria uma repentina coragem de sair da vida e buscar novos caminhos. Apesar de sua aparente apatia, dentro havia esperança de uma vida melhor. No entanto, há mais uma perda de sua precária identidade. Ao se afastar de seus familiares, de seus ancestrais, a personagem perde a vontade de viver. Em relação à condição da mulher negra, há a uma antecipação do que virá depois: o encontro com um destino traçado, apesar da crença na invenção de uma vida nova. Para a mulher negra, esse é um caminho tortuoso já que as regras da sociedade não permitem grandes transformações para sua condição, como se revelará ao se deparar com uma única oportunidade: a de ser doméstica.

Aos poucos, Ponciá foi-se adaptando ao trabalho. Ficou mesmo na casa da prima da moça, que ela havia encontrado na igreja. Foi aprendendo a linguagem dos afazeres de uma casa da cidade. Nunca esquece o dia em que a patroa lhe pediu para que ela pegasse o *peignoir* e, atendendo prontamente o pedido, ela levou-lhe a saboneteira. Essa muito, mas ia aprendendo muito também. Estava de coração leve, achava que a vida tinha uma saída. Trabalharia, juntaria dinheiro, compraria uma casinha e voltaria para buscar sua mãe e seu irmão. A vida lhe parecia possível e fácil (EVARISTO, 2002, p.38, *grifo da autora*).

Ser doméstica foi o único trabalho, apesar de não ter buscado por outro. Não havia a menor chance. Essa passagem revela seu desconhecimento sobre muitas coisas, mas também

sua esperança de ter uma vida melhor, diferente daquela da vila. Em sua permanência na cidade, Ponciá experimentou outras dores diretamente relacionadas à sua condição feminina.

Lembrou-se também de que, quando pequena, vivia sonhando com o dia em que, grande, teria um homem e filhos. Lá estava ela agora com seu homem, sem filhos e sem ter encontrado o modo de ser feliz. Talvez o erro nem fosse dele, fosse dela, somente dela. Ele era assim mesmo. Durante todos aqueles anos, calado, do trabalho para casa, sempre na repetição do mesmo gesto [...]. Ultimamente andava muito bravo com ela, por qualquer coisa lhe enchia de socos e pontapés. Vivia a repetir que ela estava ficando louca [...]. Ele sentia saudades da outra Ponciá Vicêncio, aquela que ele conhecera um dia. E se perguntava, sem entender, o que estava acontecendo com a sua mulher. Ela que, antes, era feita formiga laboriosa resolvendo tudo. Ela que muitas vezes saía junto com ele na labuta diária do fogão, da limpeza, das trouxas de roupas nas casas das patroas. O que estava acontecendo com Ponciá Vicêncio? (EVARISTO, 2002, p.47).

Essa passagem revela elementos fundamentais sobre a mulher negra. A vontade de construir uma família, de ter filhos, de ser feliz, ideal que não foi atingido pela personagem. Ponciá não consegue ter filhos, perdeu sete. Esse dado contraria a expectativa sobre o corpo feminino negro, sempre associado à reprodução, como vimos em Angela Davis (2016). É possível inferir que a personagem está num estado de apatia com a vida, mergulhada numa tristeza tão profunda que não deseja que os filhos ‘vinguem’, para que não seja necessário sofrer tudo que ela e todos os negros sofrem.

Outro dado relevante desse excerto é a violência a qual está exposta dentro do casamento. O homem de Ponciá a agride constantemente. Seja por estar bêbado, seja por não se conformar com seu alheamento com a vida. Esse fato revela um dado triste da condição feminina, que é sempre estar exposta à violência dentro de seu próprio lar, como também acontece com Oribela. Aqui os motivos são outros. Há no homem de Ponciá o revelar de uma brutalidade que vem das agressões sofridas enquanto negro o que, certamente, não justifica a violência. O que se coloca, no entanto, é o fato de as mulheres estarem sempre expostas a uma condição de violência doméstica.

E por fim, há o despertar para o fato de as mulheres negras estarem sempre associadas ao trabalho duro e pesado do dia a dia. O homem de Ponciá sente falta disso nela, da mulher trabalhadora, ‘feito uma formiga’. Às negras sempre foi imposto o trabalho duro e pesado das lavouras, como bem apontado por Sojourney Truth no trecho visto no primeiro capítulo. A ausência dessa característica é motivo de estranhamento e também de violência.

Ao longo da narrativa vai se desenhando o estado de precariedade em que se encontra a mulher e a população negra. Ponciá vive uma vida de exploração, primeiro na roça e depois na cidade. Ela saíra da vila para mudar de vida, mas isso demora muito, já que a exploração não para de existir. “Quando Ponciá Vicêncio, depois de muitos anos de trabalho, conseguiu comprar um quartinho na periferia da cidade, retornou ao povoado. O trem era o mesmo, com as mesmas dificuldades e desconforto” (EVARISTO, 2002, p.41). Foram muitos anos de trabalho para conseguir um quartinho, “nas redondezas da cidade” (p.41), demonstrando não só a demora em conseguir qualquer melhoria de vida, como também a exclusão. O quartinho não é no centro, é na periferia, reafirmando o processo de exclusão social das classes desfavorecidas, decorrente da pobreza, da estigmatização social e do isolamento. A configuração espacial da obra evidencia essa relação de ruptura social. Diante desses elementos, é possível dizer que Ponciá reflete a condição da mulher negra, que tem seu papel social pré-determinado desde sempre, o que impacta na sua possibilidade de mobilidade social. Há, no entanto, uma força que a move apesar de tudo. A força de sua ancestralidade, tônica central da obra de Conceição Evaristo.

Recorremos à autora enquanto crítica para nos auxiliar no entendimento de sua obra.

Se há uma literatura que nos invisibiliza ou nos ficcionaliza a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Aseenhorando-se ‘da pena’, objeto representativo do poder falocêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma autorrepresentação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do ‘outro’ como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, ‘como direito, assim como se toma o lugar da vida (EVARISTO, 2005, p.54).

Evaristo enquanto autora literária constrói uma personagem cheia de dores, atravessamentos de sua condição racial. E ela mesma nos ensina que essa é uma forma de romper com o que diziam sobre as mulheres negras. Ao ‘assenhorar-se da pena’, passa a utilizar a ferramenta de exclusão a seu favor. Ao ter acesso à escrita, ao ter voz e poder falar, sua escrita transforma a maneira como as mulheres negras são narradas: deixam de ser objetos e transformam-se em sujeitos, em agentes da própria história. Quando a autora pode contar a

história de Ponciá, suas dores e vivências, ela constrói essa nova perspectiva, mudando o visãõ que tínhamos da mulher negra.

Para nos auxiliar nesse entendimento, trazemos a análise proposta por Stephanie Borges, que afirma “romances de autoras negras discorrem sobre a subjetividade de mulheres negras e suas visões de mundo de forma complexa, desafiando as imagens de controle criadas pela sociedade racista” (BORGES, 2021, p.39). Essa autora corrobora o que já foi dito por Evaristo. Destacamos a expressão ‘imagens de controle’ para reforçar nosso posicionamento em relação à importância da escrita feminina e dos movimentos feministas, que possibilitam o rompimento dessas imagens cristalizadas na sociedade e que são prejudiciais para o corpo da mulher negra. Nessa perspectiva, podemos afirmar que *Ponciá Vicência* é uma obra marcada “pelos contrastes entre como a mulher negra é tratada pela sociedade e como ela se vê” (2021, p.40).

Essa escrita, que constrói personagens complexas, com nuances específicas, transforma-se, dessa maneira, num caminho de dissolução “das desigualdades sociais que são parte da herança de um processo de abolição da escravidão que não incorporou pessoas negras na sociedade em condições de cidadania plena” (2021, p.42). Finalizamos essa análise com Evaristo:

A literatura não é um texto histórico, ela não é um texto religioso, não é um texto sociológico, não é um texto pedagógico. Então, por não ser isso tudo, o texto literário tem essa capacidade de transitar aqui e ali. A literatura dialoga com várias áreas do conhecimento. E mais do que isso, tem a capacidade de convocar as pessoas, de falar na sensibilidade das pessoas. Eu gosto muito de dizer isso: ninguém chora diante de um dicionário e as palavras estão lá, arrumadas bonitinhas. Mas elas só ganham sentidos, elas só te tocam se você transformar em uma vivência possível, que você já observou, até em uma ficção (EVARISTO *apud* BORGES, 2021, p.56)

A literatura tem a capacidade de transformar as histórias e apresentar vivências possíveis. Ponciá é uma personagem que nos faz enxergar muitas possibilidades, nos faz ver como tudo que vem sendo discutido até aqui se materializa na obra, estabelecendo uma correspondência direta com a realidade das mulheres negras e, como efeito, nos mostra outras perspectivas para essas existências.

5.3 – Oribela, Ponciá e os feminismos plurais

Entendidas os procedimentos da criação das personagens, feitas as associações com a realidade e reforçada a ideia da importância da escrita feminina no processo de emancipação das mulheres e, sobretudo, demonstradas as particularidades de cada uma enquanto personagens que representam as mulheres brasileiras, partimos para uma análise a partir dos femininos plurais, que nos permite olhar para as diferenças, sem criar distinção ou hierarquia de opressão, buscando entender que há nuances que precisam ser respeitadas. A partir do entendimento de cada movimento feminista, é possível analisarmos as personagens dentro de espectros que contemplem suas existências ficcionais de maneira completa.

Entendemos que o patriarcado é uma forma de organização social, que é implementado na sociedade brasileira pelo projeto colonizador e sua força é exercida pela figura do patriarca, o homem branco europeu. Seu poderio se manifesta por meio da violência física e simbólica que acomete as vivências femininas. Em *Desmundo*, é a Igreja quem determina o destino de Oribela: ela deve casar-se com o colonizador e contribuir para a formação de uma nova sociedade. Essa imposição faz com que ela tenha que seguir as regras do seu marido, Francisco de Albuquerque, o patriarca, vivenciando os abusos físicos e psíquicos impostos por ele e seu sistema.

Em *Ponciá Vicêncio*, a figura patriarcal é representada pelo coronel Vicêncio. Ele é o colonizador Assim, coronel Vicêncio e Francisco de Albuquerque são representantes do poder patriarcal e do poder colonial que essa posição, de homem branco, lhes garante.

Como representante da igreja em *Desmundo*, temos a personagem Velha, mulher que cuida das órfãs até entregá-las aos maridos. Logo no início da narrativa ela afirma categoricamente “que laranjeiras são para se colher laranjas assim como órfãs são para casar, guardai vossa virtude entre muralhas de pedra, antes que venham as unhas de um ladrão a vossas pérolas” (MIRANDA, 1996, p.24). Essa passagem evidencia o papel das meninas na sociedade patriarcal, preservar a juventude e a pureza para servir aos homens portugueses.

Para representar o poderio do coronel na sociedade, trazer uma passagem com o pai de Ponciá ainda criança, pois representa de maneira brutal o poder exercido pelo homem branco sobre os corpos negros.

Era pajem do sinhô-moço. Tinha a obrigação de brincar com ele. Era o cavalo que o mocinho galopava sonhando conhecer todas as terras do pai. Tinham a mesma idade. Um dia o coronelzinho exigiu que ele abrisse a boca, pois queria mijar dentro. O pajem abriu. A urina do outro caía escorrendo quente por sua goela e pelo canto de sua boca. Sinhô-moço ria, ria. Ele chorava e não sabia o que mais lhe salgava a boca, se o gosto da urina ou se o sabor de suas lágrimas (EVARISTO, 2002, p.17).

Esse excerto representa a passagem do poder de geração para geração. Ainda que não seja uma violência contra uma mulher, foco de estudo desse trabalho, essa passagem demonstra o nível de subjugação imposto aos corpos negros. Uma criança negra é considerada um brinquedo na mão de uma criança branca. Há uma “autorização” implícita de que é possível fazer o que quiser com esses corpos e isso se estende, com certeza, ao corpo feminino negro que, como já vimos, sempre foi agredido, explorado, estuprado sem o menor pudor.

Diante disso, é preciso compreender a diferença na forma de opressão entre as mulheres negras e brancas para utilizar as ferramentas que os movimentos feministas oferecem para modificar a condição feminina. Essa distinção surge a partir da determinação do que é raça, como vimos anteriormente. Em *Desmundo* essa diferença entre as raças fica muito evidente já no início, quando Ana Miranda traz como paratexto a carta ao Rei D. João, enviada por Manoel da Nóbrega, já citada anteriormente. Nela fica explícito que as brancas são para casar.

A formação da sociedade brasileira está calcada na diferença entre as raças das mulheres. Nas terras recém-descobertas havia mulheres, porém, que não atendiam aos ideais de formação de sociedade almejados pelo coroa portuguesa, que queria evitar a todo custo a miscigenação dos portugueses com as negras e indígenas, por isso enviou as meninas órfãs. A partir desse movimento, o destino das mulheres, brancas e racializadas, é traçado: branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar, como nos diz Lélia Gonzalez (2019).

Em *Desmundo*, Oribela, a mulher portuguesa, é estuprada, arrastada por um cavalo, perseguida e é ela quem é a dona da casa, cabe a ela o lugar de esposa, a mãe dos filhos. Com as naturais, Francisco de Albuquerque tem os filhos bastardos, se serve delas ‘como animais’, e com as negras não era diferente. As negras e as indígenas serviam apenas para a exploração do trabalho e exploração sexual, não para o casamento e para a constituição da família. Este era um papel destinado às brancas portuguesas.

“Espantava morcegos das palhas, ria de qualquer coisa triste, vestia um tafetá verde e chamava Temericô. Acenava muito ao falar, em voz desentoadada dizia que saísse a que abanava, uma que não sabia entender minha linguagem e a que banhava, *três aias me tratavam*” (MIRANDA, 1996, p.119, *grifo nosso*). Nesse excerto, Oribela está sendo castigada por seu

marido após tentativa de fuga e há três indígenas cuidando dela e de seus machucados. Essa distinção também aparece em outro momento, quando Oribela foge pela segunda vez e está na casa do mouro, Ximeno Dias, e diz “Mas que vida era essa, ficar em uma casa pouco avistando mais que a rua por umas janelas pequenas e o mar, numa câmara de dormir, *sem aia que me cuidasse*, sem haver nada do que se dá às senhoras, o que faria eu?” (MIRANDA, 1996, p.174, *grifo nosso*). Presa em um quartinho, a personagem questiona o fato de não haver o tratamento dado às senhoras e nem ter aia para cuidar dela. Vale destacar que Oribela tem a possibilidade de ‘tornar-se senhora’ devido ao fato de ser branca, já que sua condição social de órfã pobre não lhe garantia esse *status*.

Filhas dos demos, mas os olhos que se punham em nós destarte, neste país, não eram mais vazios, avistavam curiosos e as gentes até queriam saber nossos nomes, feito agora fôssemos de carne e alma, humanas, talvez com um desprezo por sermos fracas moças mal vestidas, mas não mais aquele não ver as nossas pequenezas, nem parecia que pensavam no que nossas mãos podiam, manter acessos os fornos e lumes, lavar roupas nos lavadouros, levar água ou girar as colheres nas panelas, lidar aos teares ou às agulhas e nossos corpos aos deleites da carne, não, nem mais despidas do silêncio que a cor da nossa pele branca e o nosso ar de cristãs, mancebas donzelas, era dote. De pobre, éramos ricas, de um tipo de cabedal nascido de nossa própria natureza, feito uma terra boa para plantar, ou uma mulher feia de alma boa. [...] Apenas mulheres, órfãs, pobres, mas tratadas como as italianas, as de pura pele e claros olhos e sem buços, que cheiravam como flores e brilhavam como o raio do sol, rainhas do purgatório, deusas dos infernos, cassandras dos destertos, flores de desertos (MIRANDA, 1996, p.42).

Ao longo da narrativa Oribela demonstra consciência da sua condição degradante como mulher pobre a serviço dos interesses da coroa portuguesa. Os corpos das meninas órfãs não lhes pertenciam. Por não terem família, e para evitar que se transformassem em prostitutas, exercendo um papel que não era do interesse da sociedade portuguesa, as meninas órfãs eram utilizadas de acordo com a necessidade da Coroa de Portugal, já que elas estavam sob sua guarda. Assim, o envio das meninas para se casarem na colônia era perfeitamente justificável, elas contribuíram para a formação de uma nova sociedade colonial que refletisse os valores da Matriz, ou seja, evitaria a miscigenação entre os povos, garantindo que os portugueses instalados no Brasil formassem famílias portuguesas. Mesmo diante dessa imposição aos corpos das meninas, há uma demarcação clara das diferenças existentes entre as mulheres que figuram a obra:

Manso o mar, desceram os baús, os barris, as coisas no desembarcadouro. Içados numas cordas nas gaiolas desceram os cavalos e as vacas, mareados, de náusea, que uns iam ao chão logo soltados dos cabos. Bares de pimenta do estreito do Meca e outra drogas sem que o rei tivesse notícia, corjas de roupas, azeite, vinho, ferramentas, mulheres africanas com algemas nas mãos que não traziam no corpo mais que a pele pregada aos ossos, duas crianças de leite mandadas pelo rei para crescerem línguas conhecedores das falas dos brasilos, tudo veio ao terreiro em carros tangidos por bois e cafres muito arduamente terra acima (MIRANDA, 1996, p.38).

No início da narrativa há uma descrição do que está sendo descarregado da nau em solo brasileiro, as mulheres africanas aparecem em meio a objetos e animais, como mais uma ‘coisa’ que foi trazida pelos colonizadores. Diante dessas representações das figuras femininas presentes na obra de Ana Miranda, é possível dizer que há um abismo que separa tais mulheres, e é necessário marcar as diferenças e lançar mão de teorias que deem conta de abarcar existências tão distintas. A crítica ao feminismo civilizatório feita por Vergès (2020) caminha nesse sentido, ou seja, não é possível dizermos que todas as mulheres sofrem o mesmo tipo de opressão. Este feminismo se funda na existência da mulher negra objetificada, pois é o trabalho dessas mulheres que garante que mulheres brancas mantenham seus privilégios.

Assim, quando Beauvoir diz “O destino que a sociedade propõe tradicionalmente à mulher é o casamento. Em sua maioria, ainda hoje, as mulheres são casadas, ou o foram, ou se preparam para sê-lo, ou sofrem por não sê-lo” (2016, p.185) é possível analisar a condição de Oribela por essa perspectiva, já que ela foi enviada ao Brasil para se casar, para cumprir esse papel social. No entanto, essa mesma afirmativa não consegue compreender a condição das indígenas e das negras que eram exploradas sexualmente, mas jamais chegariam ao *status* de esposa. Corroboramos tal afirmativa quando pensamos em Ponciá, que se junta com seu homem, não há o ritual do casamento religioso, como o garantido a Oribela

Na obra de Evaristo, a figura feminina branca aparece pouco e é na posição de domínio: ela é a patroa de Ponciá. Ao longo da narrativa, o lugar da mulher negra está determinado de duas maneiras claras: as mulheres da roça, que trabalham junto com os maridos ‘em suas terras’, cedidas pelo coronel, sempre num círculo vicioso de dependência com a casa grande e a Ponciá, que sai desse lugar em busca de mudança de vida, mas que cai num outro lugar predeterminado, o lugar da empregada doméstica, como vimos em Lélia Gonzalez (2020).

Ponciá aguardou essa última com as palavras já desgarrando dos lábios. Tinha de ser breve. Mal a dona saiu, ela tocou-lhe o braço. Explicou-lhe que estava chegando à capital. Viera de trem. Aquele trem que passava no povoado de “Vila Vicêncio”. Estava à procura de trabalho. A dona olhou para ela de cima

a baixo. Disse não estar precisando, mas uma prima talvez estivesse. Escreveu em um pedacinho de papel o endereço e depois leu bem alto para Ponciá Vicêncio, pedindo que ela fosse lá, ainda naquela manhã. [...] Aos poucos, Ponciá foi-se adaptando ao trabalho. Ficou mesmo na casa da prima da moça, que ela havia encontrado na igreja. Foi aprendendo a linguagem dos afazeres de uma casa da cidade (EVARISTO, 2002, p.38).

Nessa passagem há alguns elementos que demarcam a vivência sofrida das mulheres negras. O deslocamento de seu lugar de origem e o afastamento de seus familiares marcam a existência de Ponciá. Ela precisa sair de perto de sua família para tentar uma vida diferente, longe da exploração que conhece. Há também as marcas da dificuldade de expressar pensamentos e sentimentos, a personagem não teve oportunidade de frequentar a escola, aprendeu as primeiras letras com um missionário que passou pela vila, mas tudo com muita dificuldade, inclusive precisou aprender uma nova linguagem para lidar com a atividade e a vida na cidade. E por fim, demonstra que já havia para Ponciá um destino certo na cidade grande, trabalhar como doméstica na casa de mulheres brancas.

A partir desse contexto, reiteramos que o lugar da empregada doméstica estabelecido para as mulheres racializadas favorece mulheres brancas. Enquanto elas desbravam o mundo em prol dos direitos das ‘mulheres’, existem as Ponciás fazendo o trabalho de cuidado e limpeza em suas casas. Nesse sentido, pensamos a existência de Ponciá a partir das marcas da colonização e da classe. A personagem é fruto da exploração do capital, que explorou corpos negros para o acúmulo de riquezas. Finda a exploração escancarada, tivemos como resultado um contingente enorme de mulheres empobrecidas, que precisam se submeter a outros tipos de abuso e exploração para sobreviver. Retomamos o pensamento de Angela Davis:

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviçais domésticas”. Aos olhos dos ex-proprietários de escravos, “serviço doméstico” devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão. Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, babás, camareiras e domésticas de todo tipo, as mulheres brancas do Sul rejeitavam unanimemente trabalhos dessa natureza. Nas outras regiões, as brancas que trabalhavam como domésticas eram geralmente imigrantes europeias que, como suas irmãs ex-escravas, eram obrigadas a aceitar qualquer emprego que conseguissem encontrar (DAVIS, 2016, p.99).

Tendo em vista que os Estados Unidos também foram um país que sofreu com a experiência da colonização, são grandes as similaridades com o processo brasileiro, já que a ideia de libertação foi uma utopia para os negros nos dois países, e para as mulheres negras foram destinados os espaços domésticos e subalternos. A narrativa de Conceição Evaristo ficcionaliza essa realidade quando Ponciá não se conforma com a realidade do campo, e parte para a cidade em busca de uma transformação em sua vida, ela se depara com uma única possibilidade: tornar-se empregada doméstica. Como já dito anteriormente, o processo de ‘libertação’ dos negros não trouxe muitas mudanças no funcionamento da sociedade capitalista e na forma como eles eram tratados pelos brancos. A abertura das senzalas mudou apenas a forma da exploração e no caso das mulheres negras, essa atualização se deu com a criação da empregada doméstica, como bem explica Lélia Gonzalez:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua própria família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto a exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas (GONZALEZ, 2019, p.244).

Se quando a escravidão ainda era permitida existiam as mucamas, ou seja, as mulheres negras que eram trazidas das senzalas para a casa grande, com o intuito de fazer o trabalho doméstico e cuidar dos filhos, no pós-escravidão esse trabalho foi atualizado, surgindo a empregada doméstica, já que as mulheres brancas não queriam desenvolver essas atividades. Como aponta Davis na realidade norte-americana, nem as mulheres brancas e pobres queriam exercer essa atividade dada a humilhação que ela provocava.

Acontece que a mucama ‘permitida’, a empregada doméstica, só faz cutucar a culpabilidade branca, porque ela continua sendo a mucama com todas as letras. Por isso ela é violenta e concretamente reprimida. Os exemplos não faltam nesse sentido; se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho, fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em ‘lidar com o público’? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em ‘boa aparência’? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é ‘natural’ que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais etc. e tal? (GONZALEZ, 2019, p.247).

Nessa passagem a autora aprofunda mais a discussão: no lugar da doméstica ocupado pelas negras há um total apagamento dessas existências. As mulheres negras passam a viver escondidas dentro das casas das patroas, fazendo o trabalho pesado e a elas não é dado outro

tipo de oportunidade, pois seguem presas ao trabalho de reprodução social, na maioria das vezes mal remuneradas e até vivendo em condições de semiescavidão. Ponciá era livre para ir e vir, mas estava ali, presa a esse lugar de subalternidade reservado a ela quando decidiu sair da vila. E nessa sua jornada na cidade pouco ela consegue do que estava em busca, sua liberdade. Ao contrário, ela se fecha em si mesma para tentar se encontrar com sua essência e cumprir a herança do avô.

Para aprofundarmos a questão da diferença entre as mulheres, trazemos mais um excerto da obra de Conceição Evaristo:

Tempos e tempos atrás, quando os negros ganharam aquelas terras, pensara que estivesse ganhando a verdadeira alforria. Engano. Em muito pouca coisa a situação de antes diferia da do momento. As terras tinham sido ofertas dos antigos donos que alegavam ser presente de libertação. E, como tal, podiam ficar por ali, levantar moradias e plantar seus sustentos. Uma condição havia, entretanto, a de que continuassem todos a trabalhar nas terras do Coronel Vicêncio. O coração de muitos regozijava, iam ser livres, ter moradia fora da fazenda, ter suas terras e os seus plantios. Para alguns, Coronel Vicêncio parecia um pai, um senhor Deus. O tempo passava e ali estavam os antigos escravos, agora libertos pela ‘Lei Áurea’, os seus filhos, nascidos do ‘Ventre Livre’ e os seus netos, que nunca seriam escravos. Sonhando todos sob os efeitos de uma liberdade assinada por uma princesa, fada-madrinha, que do antigo chicote fez uma varinha de condão. Todos, ainda, sob o jugo de poder que, como Deus, se fazia eterno (EVARISTO, 2002, p.42).

Nessa passagem, há uma representação de como o processo de libertação dos negros aconteceu. Eles foram libertos das senzalas e ganharam pedaços de terras em que podiam plantar. Na teoria, uma forma de garantir que tivessem meios de se sustentarem e uma forma de reparação com essa população. A prática, entretanto, demonstrou que o modelo estabelecido pelos coronéis não funcionava, já que existia uma dependência entre os ex escravizados e o antigo dono. Eles precisavam se manter trabalhando nas grandes lavouras, mantendo o ciclo de dependência sempre ativo. Não havia, portanto, possibilidade de autonomia plena nem para os homens e nem para as mulheres. Em outras palavras, a exploração apenas mudou o estatuto legal do sujeito, assim como o processo de colonização. O Brasil torna-se ‘livre’, deixa de ser uma colônia, mas a colonialidade mantém-se sempre ativa. Nesse cenário, a manutenção da colonialidade é uma forma de continuar dominando os negros, os pobres, as mulheres.

Assim, pensar as personagens Oribela e Ponciá pelas lentes do decolonialismo é uma forma de lançar luz para a condição feminina expressa no literário a partir de uma outra perspectiva. Ao fazer esse movimento analítico inicia-se uma desmistificação dos conceitos e formas de pensar o mundo vinda da Europa. A decolonialidade, portanto, questiona quais

teorias estão sendo mobilizadas para pensar as mulheres e passa a produzir teorias que sejam mais condizentes com a realidade das muitas formas de existir femininas. Ao forjar as possibilidades de emancipação feminina, branca e negra, cria-se condição não apenas de existir uma literatura escrita por mulheres, mas novas epistemologias que deem conta de analisar essas figuras sem a interferência do viés branco europeu.

Até aqui destacamos as diferenças entre as personagens, mas há um ponto de união entre elas que pode ser entendido e analisado pelo feminismo marxista. Elas são pobres. Ainda que Oribela tenha ‘vantagens’ em relação à Ponciá, sua condição de pobreza a mantém no mesmo lugar de subjugação e degradação, mesmo que seja de maneiras distintas. Mesmo que tenha estudado, seu corpo também era objeto da reprodução social, mesmo que tivesse aia para cuidar, o marido lhe agrediu, mesmo que pudesse ser esposa, devia obediência. A origem portuguesa e o branco da pele não foram suficientes para suplantar sua condição de pobreza, de órfã. Seu corpo, assim como o de Ponciá, pertencia ao sistema colonial, que fez dele o que bem quis.

Salientamos, então, que é necessário pensar a pluralidade dos movimentos, já que cada um terá características distintas para pensar as muitas mulheres existentes em nossa sociedade profundamente marcada pela desigualdade de gênero, raça e classe, como estamos vendo ao longo do trabalho. No Brasil essa distinção está profundamente marcada pela colonização e pela colonialidade que fundam o sistema capitalista como sistema econômico aqui adotado. Foram os homens europeus, colonizados e capitalistas, que determinaram o destino de Oribela e Ponciá. Foram eles que, ao determinar a hierarquia racial, impuseram as marcas que, aos mesmo tempo, as distanciam e aproximam. Assim, torna-se fundamental que o pensamento feminista observe as vivências femininas pela lente da pluralidade, para que as Oribelas e Ponciás, como representantes ficcionais das mulheres brasileiras, sejam vistas à partir de suas especificidades para que, no futuro, todas possam ser tratadas de maneira equânime, como prega o feminismo para os 99%.

5.4 – Oribela e Ponciá, as mulheres libertas

Diante de todas as discussões feitas até aqui, encerramos esse estudo apontando para as mudanças possíveis na condição feminina que são reveladas pelas obras. As duas narrativas são encerradas de maneira positiva para as personagens. Essas finalizações são reflexo da voz feminina na literatura. As duas personagens sofrem muito, no entanto, encontram caminhos

novos pelos quais almejavam em suas existências ficcionais. Oribela reencontra com o mouro e o filho, Ponciá reencontra com seus familiares, descobrindo o poder do barro e da ancestralidade em sua vida. Ambas conseguem, cada uma dentro de sua realidade, se encontrarem enquanto indivíduos. As autoras não apenas escrevem suas histórias a partir de uma perspectiva diferente, mas constroem finais diferentes.

Iniciemos com Oribela. Antes da redenção, a personagem é destituída de tudo, inclusive tem seu filho roubado por Francisco de Albuquerque.

Francisco de Albuquerque partira levando meu filho e seu saco de coisas, a santa do oratório, vacas, vaqueiros, armas, o mesmo que dizer, não iam tornar tão cedo. Não iam tornar nunca mais. [...] Teria matado meu filho? Ai, dá-me Deus meu tamanhinho, não tenho outro menino, que não o possam ferrar para vender. [...] Por minha ordem se ateou fogo à casa com as coisas dentro, queria eu nada do que me deram ali, desde o mais pequeno lume de cera às cantareiras de louca, os baús de dona Branca, o vestido preto, vestida eu estava com a pobre roupa de órfã com que viera pelo mar, a coifinha lavrada, a almofadinha de seda e o dedal, o coxim, o rosário, fiquei só com a caravelinha (MIRANDA, 1996, p.209).

Ana Miranda cria um ambiente de desespero para a personagem. O marido foi embora e, com ele, levou o filho de Oribela, fruto de sua traição com Ximeno Dias. Para ela, sobrou a casa, os naturais doentes, a Viliganda abandonada, o baú da sogra assassinada pelo filho, as roupas, toda a ‘riqueza’ do marido. Sobrou o desespero, a angústia e a solidão de se perceber sozinha no mundo, sempre órfã e, agora, também sem o filho. É significativo que mande atear fogo em tudo, sobrando para si apenas a roupa usada na travessia transoceânica.

No nosso entendimento, o fogo, as labaredas, o apagamento das ‘relembrações’ são formas de expurgo, de livramento de sua história de abuso e violência no ‘desmundo’. Sem o marido, a última palavra de mando é de Oribela, em outra clara demonstração de libertação, já que, até então, ainda que tenha tomado as decisões pelas fugas, nesse caso há de fato uma possibilidade de mudança, pois estava claro que ‘não iam tornar nunca mais’. A partir daquele momento, Oribela passaria a ser dona de si, como sempre quis.

Vale destacar que ausência do filho e a percepção da solidão da orfandade não permite que este seja um momento de alegria, como vemos a seguir:

[...] sabendo que me dava Francisco de Albuquerque o mais cruel de todos os castigos e ainda levando meu filho, ia ficar eu sozinha com a gente rude da terra, viver entre eles e me ver tornar cada dia mais um animal besta, até nem sabia quando, mas que se salvasse deste degredo meu filho, se é que o cão não o havia morto (MIRANDA, 1996, p.210).

Já no fim da narrativa, a personagem ainda é submetida ao abandono, ao desespero. Ela tem consciência da miséria e da solidão de sua vida. A autora expõe até os últimos momentos da narrativa o sofrimento de Oribela, fruto de sua condição feminina. Esse seria o preço a ser pago por tanta desobediência da ordem patriarcal, por não ter seguido as regras do marido, da igreja e da sociedade.

Muito fiquei ao pé da igreja assentada numa espera de não sei o que, de que o sol se fosse, a noite se fosse, o tempo, a vida, numa contemplação de pensamento, os olhos perdidos na fonte e nas apartações por convinável mesura a esfriar da queadura e a memória dos males e pecados (MIRANDA, 1996, p.210).

Após atear fogo na fazenda, ela volta para a cidade e vai para a porta de igreja, seu lugar de refúgio, já que está sempre se lembrando do convento e nunca perde a fé que tem. No entanto, nesse momento de sua vida, nem a igreja é capaz de lhe trazer o conforto que espera. E segue,

“(...) fome é um tipo de fogo que se acende no meio das gentes, que se ateia com tanto ímpeto que até os olhos ardem e resseca tudo por dentro e vai sendo uma faca que revira o dentro como se buscando o fio da vida e em nosso rosto se fora um diabólico labirinto, sonhamos com grandes feiras e que se comeria um rato da lama, é a fome feito um monstro que assenta em nosso ventre e nos rasga estripando [...] Por medo da fome, da orfandade, do abandono, quis que tornasse Francisco de Albuquerque (MIRANDA, 1996, p.210).

A solidão feminina é exposta de maneira crua nessa passagem. Aqui intensificada pelo fato de Oribela ser uma criança, de 12 ou 13 anos. A sua condição faz com que deseje a volta de seu algoz opressor, aquele que a estuprou, agrediu, humilhou, tirou seu filho. No delírio da fome e da miséria, Oribela deseja ter o marido de volta, para livrar-se da solidão e do abandono. Essa é uma questão muito cara da condição feminina, quando pensamos na correspondência com a realidade, já que muitas mulheres aceitam a brutalidade do machismo devido à pobreza em que se encontram. Ana Miranda traz esse dado para a ficção, salientando como a falta de alternativa pode ser determinante na vida de alguém.

Há ainda, nesse cenário, um pedido de perdão a Ximeno:

O homem sempre perdoa, haveria de me perdoar a alma de Ximeno ser eu causa de suas desgraças, como sempre fora eu assim nascida, que há dois tipos de mulheres, as que vêm para servir e as que vêm para a discórdia, assim como há mares mansos e bravios, assim como há lagartos com rabo e sem rabo sendo

eu das piores serventias, mesmo às outras mulheres (MIRANDA, 1996, p.213).

Vejam que a mulher, mesmo tendo todos os seus direitos usurpados, ainda é capaz de se culpabilizar por uma situação que não foi ela quem provocou, afinal, o mouro a resgata desacordada. Ainda que essa atitude a tenha ajudado, não foi uma escolha deliberada ir até ele. Esse sentimento de culpa por tudo que acontece ao redor da mulher é uma construção do sistema patriarcal que se vale desse sentimento como mecanismo de prisão.

Entendemos, dessa maneira, que personagem sofre de todas as formas possíveis até os últimos momentos da narrativa. Ana Miranda explora todas as possibilidades de opressão feminina, criando um amplo espectro de abusos, desde a viagem forçada até a culpa pelo desejo de ser livre. No entanto, a redenção de Oribela acontece. Ainda que de maneira rápida, sem grandes explicações do que aconteceu, sem detalhes, de maneira crua, há o reencontro de Oribela com Ximeno e com o filho.

[...] estamos aqui para purgar a alma, feito as corujas que matam as cobras, a nos fazer lanhar as tristezas. Uxtis, uxe, xulo, cá! Por que me mandou Deus para tal fim? Todo o meu mundo esvaneceu, estava eu endoidando, dormindo, sonhando? Ouvi o choro do meu filho, virei e na porta, atravessado pelos raios derradeiros do sol, os cachos em fogo puro, estava o Ximeno com uma trouxa de criança no colo. Hou há (MIRANDA, 1996, p.213).

Essas são as últimas linhas do romance. Oribela questiona Deus sobre sua existência, sobre sua vinda ao desmundo, numa demonstração de seu desespero. Esse momento de desespero é interrompido pelo choro do bebê, que chega no colo de Ximeno, com seus cabelos de fogo. A sentença, ainda que breve, pouco explicada, nos indica uma ‘salvação’ dessa menina mulher. Inferimos que depois de todo o sofrimento é possível que a personagem tenha conseguido sua tão sonhada liberdade. O reencontro com Ximeno e o filho representa a única escolha que Oribela pode fazer. Não sabemos o que vem depois, mas sabemos que ela reencontra aquele que lhe abrigou, que a cuidou e que representa um dos únicos momentos felizes que tem ao longo de toda a narrativa.

Compreendemos que esse final é possível num tipo de romance que tem a mulher no centro da narrativa. Oribela briga, luta, foge, sofre muito, até os últimos momentos, mas consegue uma saída, uma abertura para a vida livre que sempre almejou. Reiteramos que essa é uma história possível na contemporaneidade e que tem respaldo no desenvolvimento da literatura de autoria feminina, questionadora contumaz do cânone e das representações fixas

femininas, e do feminismo. São esses movimentos teóricos que garantem o surgimento de Oribela e de Ponciá, que também tem sua redenção garantida.

Na obra de Conceição Evaristo algumas pistas nos são dadas sobre o cumprimento da herança do avó. Maria Vivêncio vai para a cidade em busca dos filhos, da conexão perdida que faz tanta falta para toda a família. Primeiro encontra o filho e, juntos, têm a missão de encontrar Ponciá. Antes disso, já começamos a vislumbrar esse encontro com a ruptura de Ponciá com seu homem.

Desde o dia em que o homem de Ponciá havia batido nela tanto e tanto, a ponto de fazer sangrar-lhe a boca, depois, condoído do sofrimento que infligira à mulher, nunca mais ele agrediu-a, e se tornou carinhoso com ela. Foi tanto pavor, tanto sofrimento, tanta dor que ele leu nos olhos dela, enquanto lhe limpava o sangue, que descobriu não só o desamparo dela, mas, também, o dele. Descobriu como eram sós. [...] Desde então, ao perceber a solidão da companheira e a sua própria, o homem viu na mulher o seu semelhante tomou-se de uma ternura intensa por ela. [...] O homem de Ponciá Vicêncio, se não alcançava a vida outra da mulher, aceitava o que não entendia. E quando, ainda, tinha ânsias de prazer sob o sexo erguido, afastava-se dela, pois a muito a mulher havia se abatido de tudo. Pouco a pouco, mais e mais, Ponciá se adentrava num mundo só dela, em que o outro, cá de fora, por que gostasse dela, encontrava uma intransponível porta (EVARISTO, 2002, p.93).

Após anos de violência, de silenciamento, de brutalidade, de pobreza, o homem de Ponciá compreende a natureza de sua mulher, a natureza da solidão dos negros. Ele, destituído de nome, entende que ambos são forjados pela dor de serem quem são e passa a aceitá-la como é, cessando a violência praticada por anos. A ruptura do ciclo de agressão nos indica que a vida da personagem está passando por uma transformação significativa. Além dessa mudança no relacionamento, Ponciá se fecha cada vez mais na sua solidão e na sua necessidade não dita de retornar para os seus. A brutalidade do silenciamento dos negros se manifesta de diversas formas, no caso de Ponciá o silêncio de uma vida inteira a fazia triste, introspectiva, incapaz de dizer aquilo que realmente desejava, que era voltar ao barro e se libertar das amarras da escravização. Em outras palavras, esse retorno significa retornar à ancestralidade, recuperar a memória dos antepassados e se libertar da opressão.

Um dia, depois de olhar para o homem como se não o visse, depois de tantos anos recolhida, enterrada, morta-viva dentro de casa, Ponciá Vicêncio sorriu, gargalhou, chorou dizendo que sabia o que devia fazer. Ia tomar o trem, voltar ao povoado, voltar ao rio. Dizendo isto, apanhou debaixo do banco a estatueta do homem-barro. Pegou ainda uns panos e com um gesto antigo, com um modo rememorativo de sua mãe, perguntou se não havia folhas de bananeira

secas e palhas de milho para embrulhar o barro. Em seguida fez uma pequena trouxa e lentamente saiu (EVARISTO, 2002, p.104).

O excerto nos mostra o encontro da personagem consigo mesma quando começa a rir e a chorar tal qual o avô. O cumprimento da herança se inicia nesse momento em que ela decide voltar à terra e ao rio. Da mesma maneira que, num ímpeto, ela decide ir para a cidade, num outro rompante decide retornar. Recolhe seu homem-barro e sai em busca daquilo que passou a vida buscando. Não havia mais o que ser feito pelo seu homem, nada e nem ninguém a impediria de cumprir sua missão. O processo já estava iniciado com o riso e o choro. E é nesse ritual de passagem que a personagem dá início a sua libertação.

O encontro com a liberdade não acontece apenas com a personagem principal. Seu irmão, Luandi, agora soldado, ‘homem de importância’, também descobrirá que a farda de soldado que passou a usar não representa nada, é mais um desejo ilusório de ser reconhecido pelo sistema.. Ele só toma consciência de si, quando o reencontra com a irmã na estação de trem, seu local de trabalho.

Seu olhar escorregava de um ponto a outro da pequena estação e eis que de repente capta a imagem de uma mulher que ia a vinha, num caminhar sem nexo, quase em círculo, no lado oposto em que ele se encontrava. E, apesar de a estação ser pequena, a Luandi pareceu que uma distância de séculos se impunha entre ele e a mulher-miragem. Silhueta ao longe, que demorava infinitamente a se concretizar diante dele. E, sem conseguir dar um passo em direção ao que precisava alcançar, só a voz dele mexeu gritando um nome (EVARISTO, 2002, p.106).

Mulher-miragem, espectro de alguém que estava em busca de si. Foi assim a aparição de Ponciá para o irmão na estação de trem. Ela foi em busca de reencontrar-se com os seus, com o barro, com sua ancestralidade perdida, mas seu alheamento era tamanho que seu nome “ecoou na estação como um apito do trem e ela nem prestou atenção alguma ao chamado. Andava, chorava e ria dizendo que queria voltar ao rio. Luandi acercou-se carinhoso da irmã dizendo-lhe que sabia o caminho do rio e que haveria de levá-la” (2002, p.106).

Não dá para saber se reconhece ou não o irmão, que não consegue conter as lágrimas ao reencontrar a irmã. Nesse momento, na união familiar, que tudo começa a fazer sentido na vida deles.

Maria Vicêncio, agora de olhos abertos, contemplava a filha. A menina continuava bela, no rosto sofrente, feições de mulher. Por alguns momentos, outras fazes, não só a de Vô Vicêncio, visitaram o rosto de Ponciá. A mãe

reconheceu todas, mesmo aquelas que chegavam de um outro tempo-espaço. Lá estava a sua menina única e múltipla. Maria Vicêncio se alegrou; o tempo de reconduzir a filha à casa, à beira do rio estava acontecendo. Ponciá voltaria ao lugar das águas e lá encontraria a sustância, o húmus para o seu viver (EVARISTO, 2002, p.108).

Enfim, todos juntos em busca de si mesmos. No encontro com a mãe, a personagem encontra refúgio. Logo estarão em casa. Antes disso, vale destacar o fato de Maria ver em Ponciá o rosto de muitas mulheres. Sua filha era única, porém múltipla por representar as mulheres negras, suas dores e sofrimentos. Essa passagem é muito significativa para essa pesquisa, já que demonstra na literatura a multiplicidade de mulheres existentes e que podem ser representadas por uma só, mas sem perder a individualidade.

A visão de Maria Vicência no rosto da filha também representa o retorno às ancestrais, as mulheres que vieram antes delas, as conhecidas e as desconhecidas, todas unidas em prol da liberdade. Quando Ponciá consegue retornar, se encontrar, se libertar, de alguma maneira ela abre espaço para que isso aconteça com todas as outras mulheres que figuram em seu rosto. De volta à terra, tudo faz sentido “lá fora, no céu cor de íris, um enorme angorô multicolorido se diluía lentamente, enquanto Ponciá Vivêncio, elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não haveria de se perder jamais, se guardaria nas águas do rio” (idem, 2002, p.111). Ponciá Vicêncio é uma mulher liberta.

6 – CONCLUSÃO

Objetivamos com essa pesquisa aprofundar os estudos sobre a condição feminina na literatura de autoria feminina. Partimos da pergunta o que é ser mulher e as obras foram escolhidas para nos auxiliar na compreensão desse questionamento e refletirmos como o substantivo mulher é plural. Para respondermos tal dúvida, compomos a pesquisa com estudos da fortuna crítica das obras de Ana Miranda e Conceição Evaristo para destacarmos a importância que cada uma tem no cenário literário contemporâneo.

Além disso, discutimos sobre a literatura de autoria feminina, seu percurso histórico e sua necessidade diante de um cenário literário dominado por homens e que, por muito tempo, perpetuou ideias errôneas sobre as vivências femininas. Nessa composição não poderia faltar o estudo do feminismo que, tal como as mulheres, é múltiplo. Compreender suas diferenças nos garante melhor aproveitamento do que cada um pode oferecer como ferramenta de pesquisa e, também, de luta em prol dos direitos das mulheres. Por fim, analisamos as personagens, Oribela e Ponciá, a partir de tudo que foi discutido ao longo do trabalho para que pudéssemos compreendê-las de maneira mais profunda, sobretudo a partir das diferenças existentes entre elas. Esse percurso nos proporcionou reflexões necessárias.

Ao longo da pesquisa, foi possível notar como as obras *Desmundo* e *Ponciá Vicêncio* são complexas em suas constituições. Esse olhar foi possível ao analisarmos os trabalhos já escritos sobre elas. Percebemos que mesmo que temática feminina seja recorrente, sempre há uma nova perspectiva, uma nova forma de crítica, pois também se mudam as figuras que observam os romances. Cada pesquisador, cada crítico consegue extrair algo novo. Essa é uma reflexão necessária porque durante muito tempo a literatura escrita por mulheres foi subjugada e marginalizada, tal qual os corpos de suas autoras. Hoje, com o avanço da crítica e das pesquisas, conseguimos perceber que esse foi e, de certa maneira, ainda é, apenas mais um mecanismo de encerrar as mulheres em papéis prefixados.

Ana Miranda e Conceição Evaristo rompem as barreiras que o cânone literário nos impôs durante muito tempo. Suas escritas trazem para o centro da literatura contemporânea discussões que antes eram ignoradas. As autoras subvertem a ordem das coisas e produzem obras densas e que proporcionam inúmeras possibilidades de análise. Não são ‘escrita de mulher’, ‘coisa sem importância’, são obras que possuem trabalho de pesquisa, de vivência humana, de construção textual. Em outras palavras, têm a riqueza da forma tão valorizada pelos eruditos além de ter a subjetividade daquelas que sempre desejaram contar suas histórias, em

demonstrar que o que estava dado não condizia com os fatos. Obras como as aqui estudadas destroem o discurso da objetividade literária, da universalidade. Elas provam que é possível fazer literatura com riqueza na forma e com subjetividade no conteúdo.

A autoria feminina ganha força à medida em que temos o desenvolvimento dos movimentos feministas, que garantem direitos básicos às mulheres, como o acesso à educação. As mulheres sempre escreveram, esse não é acontecimento recente. Entretanto, essa escrita ganha força na contemporaneidade e cada vez mais novos espaços são criados, ainda que haja muito a ser conquistado, pois, infelizmente, ainda existe resistência em relação a pesquisas como essa. Há quem diga que a autoria feminina é só ‘coisa de mulher’ e não objeto sério de análise e estudo.

No que tange ao feminismo, percebemos que a diversidade impera quando falamos na luta das mulheres. O entendimento e a abrangência são muito divergentes a depender de quem está no comando. Para nossas observações, ficou claro que é preciso ampliar o espectro de mulheres que o feminismo abarca. Os movimentos são plurais, mas chegará um momento em que, para que de fato haja mudança, a união deverá ser mais profícua. E ela não acontecerá se corpos forem deixados para trás. Logo, é preciso abarcar as diferenças das mulheres como estamos destacando ao longo da pesquisa.

Não é possível acolher Oribela e esqueceras indígenas, as negras. Não é possível olharmos para Ponciá e não ver tantas mulheres negras vítimas do sistema social racista. As personagens estudadas nos trouxeram muitas perspectivas sobre a existência feminina, sobre a complexidade do que é ser mulher. A palavra mulher sozinha não quer dizer muita coisa, é mais um substantivo da língua portuguesa que determina seres do sexo feminino, diretamente relacionado à biologia. No entanto, quando adjetivamos, quando damos uma especificidade, transformamos a forma de olhar para essa mulher.

Oribela é a menina-mulher órfã. Ponciá é a menina-mulher negra. Mesmo que no sistema social a primeira tenha privilégios por ser branca, sua pobreza a coloca em situações degradantes, assim como as vivenciadas por Ponciá. Não queremos aqui elencar um sofrimento maior que o outro, uma dor maior que a outra. A dor e o sofrimento só podem ser descritos por quem vive. O que objetivamos foi destacar que se as mulheres são diversas, é preciso tratar suas dores com os remédios corretos. Se isso não é feito, muitos corpos ficarão para trás.

A literatura, nesse sentido, consegue nos mostrar essas vivências únicas e, ao mesmo tempo diversas, porque elas abarcam muitas mulheres. Ana Miranda busca na história do Brasil dados que a permitem criar Oribela, intensa, lutadora, sonhadora e experientista na narrativa

muitas dores por ser quem ela é. Sua representação é o reflexo de uma sociedade construída na exploração do corpo feminino, como vimos claramente na perspectiva marxista do feminismo. Conceição Evaristo se faz valer da experiência de seu povo, das experiências de seus antepassados, para criar uma personagem que revela muitas facetas da mulher negra brasileira.

Muitas foram as diferenças apontadas em relação às duas personagens, mas não podemos deixar de frisar que ambas são pobres. Essa condição as coloca num patamar de exploração que se equivale em vários momentos. A pobreza as limita nos romances porque ela limita as mulheres reais. Essa condição social é fruto da exploração dos corpos femininos e de um sistema econômico que vê nas mulheres sua maior fonte de riqueza: são elas que geram e cuidam daqueles que fazem a engrenagem capitalista girar e não parar nunca.

Para finalizar, ressaltamos que as obras escolhidas têm grande relevância no cenário literário brasileiro contemporâneo por todas as questões já discutidas, mas, sobretudo, por tratarem de questões tão importantes que transcendem o literário, por terem em suas centralidades narrativas personagens tão significativas e que representam tão as mulheres plurais. Ao observar Oribela e Ponciá em conjunto, ao pô-las em perspectiva, percebemos as nuances do que é ser mulher de carne e osso, apesar de serem seres de papel. Assim, temos em *Desmundo* e em *Ponciá Vicêncio*, um retrato do que é ser mulher no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN 978-85-98349-75-6

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. Abril Cultural / Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1981.

ARAÚJO, Flávia S. **Uma escrita em dupla face: a mulher negra em *Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo**. 2007. Dissertação (mestrado) – Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2007.

ARAÚJO, Rosângela O. S. **A “escrevivência” de Conceição Evaristo em *Ponciá Vicêncio*: encontros e desencontros culturais entre as versões do romance em português e em inglês**. 2012. Tese (doutorado) – Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB/CCHLA, João Pessoa, 2012.

ARUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. (2019). **Feminismo para os 99%. Um Manifesto**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial.

AUGEL, Moema Parente. **E agora falamos Nós: literatura feminina afro-brasileira**. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/artigos/artigos-teorico-conceituais/157-moema-parente-augel-e-agora-falamos-nos>. Acesso em 19/08/19.

AZEVEDO, L. M. Ideologias literárias da cor na reconfiguração do cânone brasileiro. In: AZEVEDO, L. M. **Estética e raça: ensaio sobre literatura negra**. Porto Alegre: Sulina, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo. Fatos e Mitos**. Tradução Sérgio Millet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo. A experiência vivida**. Tradução Sérgio Millet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BELLIN, Greicy Pinto. **A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem**. Revista FronteiraZ, São Paulo, n. 7, dezembro de 2011.

BORGES, Stephanie. Poesia e negritude: o pensamento de Audre Lorde e Conceição Evaristo. In: **Introdução ao pensamento feminista negro: por um feminismo para os 99%** / Aleksandra Kollontai ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021. Recurso Digital. Disponível em: https://boitempoeditorial.files.wordpress.com/2021/03/por-um-feminismo-para-os-99_introducao-ao-pensamento-feminista-negro_textos-de-apoio.pdf. Acesso em: 13/03/2023.

BRAIT, Beth. **A personagem**. 3 ed. São Paulo/SP: Ática, 1987.

BRANDOLT, M. R. **A crítica feminista articulada ao literário**. Anuário de Literatura, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 265–275, 2015. DOI: 10.5007/2175-7917.2015v20n1p265. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2015v20n1p265>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

_____. A personagem do romance. In: CANDIDO [et al] **A personagem de ficção**. 13ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2014 (Coleção debates: 1 / dirigida por J. Guinsburg).

_____. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1998.

_____. A dialética da malandragem. In: **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1998. p. 19.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, 2003 17(49), 117-133. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948> (Acesso em 23/02/2023).

CESÁRIO, Irineia L. **Ventos do Apocalipse, de Paulina Chiziane, e Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo: laços africanos em vivências femininas**. 2013. Tese de Doutorado –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Estudos Comparados de Literaturas de
Língua Portuguesa, São Paulo, 2008.

COLLINS, Patricia H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

DALCASTAGNÉ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Vinhedo: Ed. Horizonte/ Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. Heci Regina Candiani. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Recurso Digital.

DIONÍSIO, Dejair. **Ancestralidade Bantu na Literatura Afro-Brasileira: reflexões sobre o romance "Poncia Vicêncio", de Conceição Evaristo**. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Org. Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400 p.

DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de Literatura Afro-Brasileira. In: **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Orgs: Thomas Bonnici, Lúcia Osana Zolin. 3ª ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2019.

EVARISTO, Conceição. **Da representação à autorrepresentação da mulher negra na literatura brasileira**. Palmares, ano 1, n. 1 (2005), p. 57-62.

_____. A escrituragem e seus subtextos. In: **Escrituragem: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Organização Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes; ilustrações Goya Lopes. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

_____. **Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade.** Scripta, Belo Horizonte, v.13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

_____. **Ponciá Vicêncio.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina.** Petrópolis: Vozes, 1971.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo.** São Paulo: Claridade, 2015.

GARTNER, Mariléia. **Mulheres contando história de mulheres: o romance histórico brasileiro contemporâneo de autoria feminina.** 2006. Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

GOMES, Cláudia E. **Oribela: o uno que se desdobra.** 2000. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Teoria Literária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Org. Heloísa Buarque de Hollanda. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto.** Org. Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400 p.

HIRATA, Helena [et al.] (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009 (324 p.).

hooks, bell. E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo. Tradução Bhuvi Libanio. – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano.** Tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Omar S. **O comprometimento etnográfico afro-descendente das escritoras negras Conceição Evaristo e Geni Guimarães**. 2009. Tese de Doutorado. Departamento de Teoria Literária e Literaturas do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

LOBO, Luiza. Negritude e Literatura. In: **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. In: **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Org. Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440p.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Org: Heloísa Buarque de Hollanda. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MARCELINO, Giovanna H. **Feminismo, ponto de renovação do marxismo**. Revista Outubro, n. 33, 2º semestre de 2019.

MARQUES, Gracielle. **A vos das mulheres no romance histórico latino-americano: leituras comparadas de *Desmundo*, de Ana Miranda, e *Finisterre*, de María Rosa Lojo**. 2016. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

MIRANDA, Ana. **Desmundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MIRANDA, Fernanda. **Corpo de Romances de Autoras Negras Brasileiras (1859-2006): Posse da História e Colonialidade Nacional Confrontada**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa. – São Paulo, 2019.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de:

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist*

Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PEREIRA, Juliana C. M. **As figurações do feminino em *Desmundo* (1996), de Ana Miranda**. 2019. Dissertação de Mestrado – Pós-Graduação Estudos Literários, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2019.

PEREIRA, J.C.M.; TABAK, F.M. Orfandade feminina, poder e sexualidade: figurações da memória feminina em *Desmundo* (1996), de Ana Miranda. **Revista do Sell**. Uberaba, v. 7, n. 3, p.1-21, jun. 2018.

PIEDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2017. 64 pp.

PINTO, Marcela A. **Rememoração e lembrança: a revisão de perspectivas históricas em *Beloved* (1987), de Toni Morrison, e *Desmundo* (1996), de Ana Miranda**. 2010. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2010.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Org. Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400 p.

RAMIRO, Sarah F. S. **Rizoma, Feminismo e Diferença em *Desmundo*, de Ana Miranda**. 2012. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Departamento de Letras, Goiânia, 2012.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017. Livro digital, s.p. (Feminismos Plurais).

SCHMIDT, Rita T. Da ginolatria à genologia: sobre a função teórica e prática feminista. In: FUNCK, Susana Bornéo (Org). **Trocando ideias sobre a mulher e a literatura**. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês, Universidade Federal de Santa Catarina, 1994.

SCHMIDT, Rita T. Na literatura, mulheres reescrevem a nação. In: **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Org. Heloísa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400 p.

SCHOLLHAMMER, Karl E. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, Ana R. S. da. (2018). **Literatura de autoria feminina negra: (des)silenciamentos e ressignificações**. Portfólio - Revista De Letras, 2(1). Recuperado de <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/3622>.

SOUZA, Rosa M. L. **Similaridades e diferenças: o negro nos Estados Unidos da América e no Brasil segundo Alice Walker e Conceição Evaristo**. 2008. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês – Departamento de Letras Modernas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Trad. Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 144 p.

VÍDEO. **Resenha de Ponciá Vicêncio mais entrevista com a autora**. Publicado em Canal Bondelê. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=FyZjFD5liOc>. Acesso em 13/08/2022.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução Adriana Buzzetti. 1ª ed. São Paulo: Lafonte, 2020.

ZOLIN, Lúcia. Literatura de autoria feminina. In: **Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Orgs: Thomas Bonnici,, Lúcia Osana Zolin. 3ª ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2019.

ZOLIN, Lúcia O. **A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade**. *Ipotesi*, Juiz de Fora. v. 13, n. 2, p. 105 -116, jul – dez 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19188>. Acesso em: 09/02/2023.